

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

JACKSON VITAL SOUTO

**Resistência e Trabalho no Campo no Município de Santana dos
Garrotes/PB**

Recife - 2012

JACKSON VITAL SOUTO

**Resistência e Trabalho no Campo no Município de Santana dos
Garrotes/PB.**

Dissertação apresentada em cumprimento parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia à Comissão Examinadora da Universidade Federal da Pernambuco – Campus I, sob orientação do Professor Caio Augusto Amorim Maciel, Dr^o.

Orientador: Prof^o. Caio Augusto Amorim Maciel, Dr^o.

Recife - 2012

Catálogo na fonte
Bibliotecária Divonete Tenório Ferraz Gominho, CRB4-985

S726r Souto, Jackson Vital.
Resistência e trabalho no campo no município de Santana dos Garrotes/PB. / Jackson Vital Souto. – Recife: O autor, 2012.
197 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Caio Augusto Amorim Maciel.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco.
CFCH. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2012.
Inclui bibliografia, apêndices e anexos.

1. Geografia. 2. Trabalho migratório. 3. Associações de trabalhadores - Resistência ao governo. 4. Trabalhadores rurais. I. Maciel, Caio Augusto Amorim (Orientador). II. Título.

910 CDD (22. ed.) UFPE (CFCH2012-122)

JACKSON VITAL SOUTO

**Resistência e Trabalho no Campo no Município de Santana dos
Garrotes/PB.**

Dissertação Aprovada em _____ / _____ / 2012.

Prof^o. Caio Augusto Amorim Maciel, Dr^o.
Orientador–UFPE.

Prof^o. Cláudio Ubiratan Gonçalves, Dr^o.
Examinador – UFPE.

Prof^a. María Franco García, Dr^a.
Examinadora Externa - UFPB/ PB.

Recife - 2012

AGRADECIMENTOS

Sou grato a pessoas de alguns círculos: amigos, profissão e familiar. Dentre os amigos Gírlân Cândido pela força na produção dos mapas e Gina Caécia na fase das disciplinas, nossas curiosidades comuns e diálogo. A caminhada produziu mais dúvidas do que certezas e a clareza de que estamos na trilha correta, o campo crítico do conhecimento científico, embora em trincheiras diversas. Wendell, Tatiana e Miscileide pelas luzes no tratamento dos dados e na tradução. Aos trabalhadores sem terra, camponeses dos sítios e dona Maria com sua pousada simples, mas acolhedora em Santana dos Garrotes. Senhor Francisco e Nelito seres iluminados. Profissionalmente para enumerar o risco de equívocos seria grande, mas uma aproximação é possível. Os momentos e o prazer da boa companhia de amigos como os historiadores e filósofos Nilmar, Diogo e Fabio Gama recheados por prosas no bar de seu “Peixoto” na capital dos paraibanos, Jampa. Aos amigos e professores do Grupo de Estudos Marxista Elisabeth Teixeira – GEMET, Pablo, Wladi, Romero, Patricia, Fabrício e Nunes. A boa acolhida fez a diferença na caminhada rica, intensa e cheia de crises que é o percurso da consciência. Devo também a outros grupos de estudos, estes no espaço da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE. O Laboratório de Estudo sobre o Espaço, Cultura e Política – LECGeo, as ricas trocas na leitura de textos e nas observações pertinentes sob coordenação dos professores Caio e Cláudio ou simplesmente Bira. A caminhada de leituras junto ao grupo da “questão dos pretos” e quilombos, sob coordenação da Professora Marie Christine Dabat. Este último apesar da curta passagem tornou claro em minha formação a escala que assume a categoria da totalidade na teoria crítica marxiana. À professora Maria Beatriz Pontes, que apesar das nossas diferenças, legou em minha formação a importância da pesquisa na transformação da realidade. Por último às irmãs queridas Jô Vital e Fernanda (*In memoriam*). Ao meu pai, ex-camponês, que me ensinou a “força do silêncio”. Mais do que falar, o aprendizado do ouvir/escutar/observar camponês. Minha mãe, exemplo de dignidade e força para continuar o desafio do viver. Em especial minha companheira de ciclo e de jornadas, Josimery. Ser mulher que orienta meu olhar, instinto e desejos, companheira de lutas e conquistas.

SOUTO, Jackson Vital. **Resistência e Trabalho no Campo no Município de Santana dos Garrotes/PB** 2012. 197f. Dissertação de Mestrado em Geografia. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

RESUMO

Por que estudar o trabalho no campo? Nosso compromisso está associado com nossa militância e atuação política razão pela qual fizemos a opção em entender e estudar a importância das organizações do trabalho tais como são as Associações de Trabalhadores Rurais. O recorte espacial, a escala do município agrícola de Santana dos Garrotes localizado no Vale do Piancó Sertão do Estado da Paraíba, permitiu que o desenvolvimento do projeto levasse em conta a organização e as contradições entre o espaço urbano e o agrário. Após breve aproximação bibliográfica realizamos uma exploração no espaço do campo e das cidades e podemos entender parcialmente a organização dos trabalhadores rurais sem terra e camponeses. Os lampejos de análise tiveram como caminhos metodológicos a construção de formulário e roteiro de entrevista semiestruturado combinado às conversas informais. Nossa amostra inicial contou com aproximadamente 20% do total de produtores de arroz vermelho no município de Santana dos Garrotes, muito embora nosso estudo não tenha se preocupado com exatidão estatística. Enquanto categorias explicativas o desenvolvimento desigual do espaço agrário pelas diferentes formações sociais e econômicas permitiu que (re) colocássemos as contradições reproduzidas nos mundos do trabalho. Seguimos adiante procurando aproximar o leitor da história da constituição do município de Santana dos Garrotes, das comunidades rurais e sítios estudados para então de forma aproximativa analisarmos os espaços das Associações de Trabalhadores Rurais enquanto territórios produtores de luta e de resistência do Trabalho frente ao Capital e ao Estado capitalista. Após aplicarmos 69 formulários em estabelecimentos rurais entrevistamos 9 presidentes de Associações quando então tentamos nos amparar teoricamente. O diálogo realidade-teoria-realidade exigiu de nós a capacidade de construir “pontes” entre a geografia agrária e do trabalho com outras ciências sociais. Noções como metabolismo social foram associadas a conceitos, tais como, o de sistema agrícola e espaço agrário, explicativos do mundo do trabalho migrante no espaço do campo. Nossa breve reflexão saiu em defesa das Associações de Trabalhadores Rurais, desde que constituídas pelos trabalhadores, enquanto espaços produzidos pelo trabalho capazes de na luta fazer frente ao domínio do Capital e controle do Estado Capitalista.

Palavra-chave: trabalho migrante, resistência, espaço agrário, luta de classes.

ABSTRACT

Why would we study the work in the field? Our commitment is associated with our membership and political action which is why we chose to understand and study the importance of work organizations such as the Rural Workers Associations. The spatial area, the scale of agricultural municipality of Santana dos Garrotes, located in the Piancó Valley, in the countryside of the state of Paraíba, allowed the development of the project to take into account the organization and its contradictions between the urban and agricultural. After a brief bibliographic approach, we carried out an exploration within the countryside and cities and we can partially understand the organization of landless rural workers and peasants. The flashes of analysis had methodological approaches the building of a form and script of semi-structured interviews combined with informal conversations. Our initial sample included approximately 20% of red rice producers in Santana dos Garrotes, although our study has not been concerned with statistical accuracy. While explanatory categories uneven the development of the agrarian space by different social and economic formations allow (re) placement the contradictions we put in the worlds of work. We continued looking forward to bring the reader of the history of the establishment of the municipality of Santana dos Garrotes, rural communities and sites studied in order to then analyze the approximate areas of the Associations of Rural Workers territories as producers struggle and resistance against the Labour and Capital and the Capitalist State. After applying 69 forms on farms interviewed nine presidents of associations after that we try to support theory. The dialogue between and reality- theory-reality demanded of us the ability to build "bridges" between the geography of the land and work with other social sciences. Notions such as social metabolism were associated with concepts such as the farming system and agrarian space, explaining the world of migrant labor within the field. Our brief reflection came out in support of the Associations of Rural Workers, in case that they are constituted by workers, as spaces produced by labor capable of doing in the fight against the domination of Capital and control of the Capitalist State.

Keyword: migrant labor, resistance, agrarian space, class struggle.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	15
1.1 Limpando o Terreno do Método Teórico	15
1.2 O Método de Pesquisa: Uma aproximação à Análise	28
2. ESPAÇO HISTÓRICO DE CONTRADIÇÕES E O SER TRABALHADOR	32
2.1 Notas Teóricas ao Ser do Trabalhador ou Por Onde Entender o Trabalho.....	48
2.2 Crise e Estado Capitalista na Mobilidade Sócio-espacial do Trabalho.....	59
2.3 O Estado Desenvolvimentista pós 1970 – Os Sentidos da Reestruturação Produtiva do Capital e do Espaço na Periferia do Sistema	64
2.3.1 José Sarney – A “Nova República” e o Brasil de 1986-90.....	72
2.3.2 FHC, Lula e os Grilhões do Neoliberalismo na Periferia do Sistema	75
3. APROXIMAÇÕES AO ESPAÇO E CONTEXTO DO SEMIÁRIDO PARAIBANO	82
3.1 Notas da Ocupação do Sertão-Colônia até os Dias Atuais – O Grande Piancó como Limite	88
3.2 O Espaço da Sede Municipal de Santana dos Garrotes – História e Organização	95
3.3 Terra, Propriedade e Estrutura Fundiária Municipal	108
4. TRABALHADORES DO CAMPO E SUAS ASSOCIAÇÕES: ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA?	128
4.1 Condições de Vida e de Trabalho no Espaço Agrário de Santana dos Garrotes	132
4.2 O Começo da História? As Associações de Trabalhadores Rurais Como Possíveis Espaços de Resistência.....	169
5. CONCLUSÕES	179
6. REFERÊNCIAS	182
APÊNDICES	190
ANEXOS	196

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Evolução da População em Santana dos Garrotes	96
TABELA 2 – Amostra dos Sujeitos Pesquisados	110
TABELA 3 – Evolução da Malha Fundiária Municipal	115
TABELA 4 – Evolução da Condição dos Produtores.....	117
TABELA 5 – Quadro Sócio-demográfico dos Trabalhadores do Campo.....	133
TABELA 6 – Registro de Aparelhos eletroeletrônicos do Campo.....	135

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Mapa de Localização do Município de Santana dos Garrotes.....	47
FIGURA 2 - Condições de Manutenção da PB 426	101
FIGURA 3 - Trecho da PB 426 em Construção.....	102
FIGURA 4 - Vista Aérea do Município de Santana dos Garrotes.....	106
FIGURA 5 - Mapa Rodoviário e Hidrológico de Santana dos Garrotes/PB	112
FIGURA 6 - Presença de Pontão na Comunidade “Pé de serra”	125
FIGURA 7 - Baixio de Arroz Vermelho na comunidade Serra Branca.....	142
FIGURA 8 - Momento de Colheita de Arroz Vermelho	144

LISTA DE SIGLAS

CEB's	- Comunidades Eclesiais de Base.
CPT	- Comissão Pastoral da Terra.
DNIT	- Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
EMATER	- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba.
EMBRAPA	- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
EMEPA	- Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/ A.
FAO	- Organização das Nações Unidas para agricultura e alimentação.
FIBGE	- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
INTERPA	- Instituto de Terras e Planejamento Agrícola da Paraíba.
MDA	- Ministério do Desenvolvimento Agrário.
MIRAD	- Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário.
MST	- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
PROTERRA	- Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agricultura do Norte e Nordeste.
STR	- Sindicato dos Trabalhadores Rurais.
SUDENE	- Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.
UFPE	- Universidade Federal da Pernambuco.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve como objetivo entender a dinâmica da produção de arroz vermelho¹ e as ações de ordenamento do espaço no município de Santana dos Garrotes. Para tal empreitada adotamos a década de 1980, em função da crise do algodão no ano de 1985, como recorte temporal e a escala municipal. Neste sentido compreendemos que o trabalho vive vários momentos de (des) realização e a realidade do campo e da agricultura no município tem no trabalho migrante uma das expressões. Por outro lado e como resposta àquela dominação se produzem ações, estratégias e táticas históricas de resistência do trabalho ao capital. A forma observada pelos trabalhadores do campo em Santana dos Garrotes foi a Associação de Trabalhadores Rurais, que dentre outras prerrogativas tem como finalidade organizar o trabalho, a produção e a formação ideológica.

A primeira parte do trabalho tentou-se “limpar” o terreno do método expositivo e teórico. Como procedimento metodológico a pesquisa de caráter exploratório, no espaço do município, permitiu que observássemos a realidade dos trabalhadores e camponeses. O uso do método descritivo combinado à revisão bibliográfica nos aproximou do referencial teórico acerca dos sistemas agrícolas, então conformadores de diferentes paisagens. Diferentemente de um conjunto de autores que enumeram seis métodos: axiomático, hipotético-dedutivo, indutivo, dialético, de análise-síntese e hermenêutico, o autor em que nos acostamos precisa que os métodos são os seguintes: hipotético-dedutivo, dialético e fenomenológico. A razão da redução justifica o autor, é que eles contêm as características de um método científico, como leis e categorias², e

¹ Daqui por diante utilizaremos arroz vermelho como cultura principal nas comunidades rurais estudadas, muito embora reconheçamos a existência de outros nomes dados à mesma espécie de arroz (*Oryza Sativa*) como é chamado também por arroz da terra.

² Na dialética as categorias aparecem ora como pares contraditórios ora como elementos de uma tríade, são elementos que fazem parte de sua estrutura e que compõem seu movimento. [...] é preciso acrescentar e destacar o espaço e o tempo, que Kant chamou de dois postulados, sem os quais não se pode conceber a realidade. Para Marx, espaço e tempo estão implícitos na ciência da história e são citados sem a necessidade de enfatizá-los como categorias (SPOSITO, 2004. p. 46).

Para melhor entendimento de nosso estudo consideraremos categorias a partir da ontologia de Marx que divide em 3 momentos os problemas categoriais dos seres (inorgânico, orgânico e social). [...] o ser só pode ser abordado como ser se for objetivamente determinado em todos

estão historicamente relacionados a procedimentos específicos e teorias disseminadas pela comunidade científica Sposito (2004, p. 29).

A segunda parte do trabalho desenvolvido a partir de revisão bibliográfica a tentativa foi aproximar o leitor à temática do trabalho e as contradições em reprodução no espaço do campo e da agricultura frente ao capital e ao Estado capitalista. Partimos da discussão das correntes de interpretação dos sujeitos sociais que vivem da venda de força de trabalho. Entendemos que a reprodução do sistema metabólico do capital ocorre simultaneamente à coexistência a outros modos de produção, de ser e de vida, embora sob subordinação direta e indireta, formal ou real. Apesar de nossa preocupação central não está relacionada aos termos e posicionamento de classe foi importante ressaltar as relações históricas e a complexidade que o desenvolvimento do ser social estabelece com os outros seres. Temos clareza de nossas limitações de tempo e de espaço, portanto, teóricas para o

os sentidos. Um ser privado de determinações é apenas produto do pensamento: uma abstração de todas as determinações, cuja totalidade somente faz do ser um ser. [...] Outra constatação de Marx, estreitamente ligada a isso, [...] é que as categorias são formas do ser, determinações da existência. Vê-se aqui novamente o contraste radical com qualquer gnosiologia idealista, segundo o qual as categorias são produtos de nosso pensar sobre a constituição do ser, especialmente suas determinações concretas. O terceiro momento [...] chegamos a conceber o mundo, não dualisticamente na forma de “coisas” (bem como formas de pensamento coisificadas) e energias “imaterias”, mas como complexos, cujas inter-relações internas bem como a dialética do movimento desencadearam processos irreversíveis (portanto, históricos) (LUKÁCS, 2010, p. 172).

Para Quaini (1979), é um fato que a geografia de Kant permaneceu como uma geografia física, “um quadro geral da natureza e dos seus efeitos”, em que o homem entra somente enquanto efeito da natureza [...].

Já em Hegel a geografia se coloca não como uma disciplina naturalista, mas como uma disciplina histórica, como estudo das possibilidades de vida que o ambiente oferece aos povos localizados nas diversas regiões da terra e como uma das chaves para compreender a história do mundo. Dentre os princípios interpretativos do quadro lógico e dialético da filosofia de Hegel está a “história universal,” é a realização do espírito: “a história do mundo representa a idéia do espírito, enquanto ela se mostra na realidade como série de formações exteriores” diz Hegel. Em particular “o espírito do mundo” realiza-se nos diversos “espíritos dos povos” (ou povos “cósmico-históricos”), os quais estão “separados”, no tempo e no espaço [...]. Chegamos, assim, ao núcleo da “geografia histórica” ou história geográfica de Hegel: a dialética como método para instituir as correlações entre estruturas geográficas e modos de vida dos povos. [...] Em poucas palavras, a dialética de Hegel mostra, de um lado, a sua verdade lógica e metodológica (e, portanto o seu lado progressivo em relação a Kant) enquanto unidade de opostos (ser-pensamento, liberdade-necessidade, etc) e, portanto, por aquilo que nos interessa aqui, enquanto unidade de natureza e história, mas por outro lado, demonstra seu caráter regressivo (mesmo em relação a Kant) e mistificador, enquanto tal unidade é unidade no pensamento, enquanto não é dialética do trabalho humano, na relação concreta e histórica com a natureza (como em Marx), mas essencialmente, dialética do trabalho espiritual, da idéia. [...] (QUAINI, 1979, p. 32).

esgotamento acerca do tema das classes sociais e do pertencimento, inclusive de classe.

O terceiro capítulo teve como fim contextualizar o espaço agrário do sertão paraibano, sua especificidade natural e o desenvolvimento social desigual. É neste espaço de rígida estrutura agrária que mudanças econômicas e políticas se reproduzem, sem, no entanto alterar o ordenamento social e metabólico sob domínio do capital.

Com “lampejos” de reflexão partimos para analisar, no quarto e último item, os limites impostos pelo capital à organização do trabalho na forma das associações de trabalhadores rurais. Dentre os limites a fragmentação se espacializa quando o capital promove a mobilidade do trabalho no espaço, em última instância determinado econômico e politicamente pela luta de classes. Portanto a tentativa foi compreender o potencial político das ações, estratégias individuais e coletivas na construção da resistência enquanto desafio e disputas territoriais pelos trabalhadores.

O desenvolvimento da agricultura no Brasil, sob o capitalismo, se concretizou reproduzindo uma diversidade de modos de vida e de ser, de formações sociais e econômicas distintas, embora sob hegemonia do grande capital proprietário de terras e de renda. No campo a dominação de classe capital-trabalho ocorreu simultânea à expansão da grande propriedade e da agroindústria com a fusão do capital agrícola ao industrial. As contradições foram acirradas e ganharam novos contornos após a virada do século XIX.

A compreensão do ser e dos sujeitos que trabalham no campo, enquanto fração da classe trabalhadora³, não nos redime da questão teórica

³Martins (1996) interpretando Lefebvre nos lembra da emergência de “ir a Marx”, mas um retorno crítico, isto é, retorno a um Marx datado, situado no tempo e na história. O Marx de uma obra inacabada, por isso mesmo cheia de preciosos fios desatados, que era e é preciso retomar.

Temos clareza do debate aberto acerca das novas configurações das classes sociais, do (re) ordenamento sócio-territorial assumidos no mundo do trabalho, bem como das feições que os sujeitos que vivem da venda da força de trabalho estão a reproduzir nos mundos do trabalho. Uma série de caminhos na interpretação da formação, do caráter e do desenvolvimento das classes sociais na contemporaneidade se desenvolveu no seio das ciências sociais, muito embora dois aspectos mostram-se relevantes para o debate no interior da crítica marxista: levar em conta toda a obra de Karl Marx, inclusive os manuscritos e volumes não concluídos pelo autor como o volume 3 de sua obra seminal “O Capital”, ou considerar apenas aquilo que foi publicado e produzido em vida pelo autor? Conforme o entendimento e a perspectiva teórica, o campesinato é compreendido como parte da terceira classe, que vive da renda produzida na terra, a classe dos proprietários familiares de terra, embora “sui generis” (SHANIN, 1972; 2008)

central e que pode iluminar nossa preocupação com a totalidade: o entendimento que as transformações das contradições produzem no campo. O conjunto das ciências sociais deve considerar ou não como relevantes o “nó górdio” da “questão agrária” ainda por ser solucionada no Brasil, ou de outra forma pensar o desenvolvimento do campo e da agricultura enquanto fenômeno resultado das contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas com as relações de produção? Para nós a atualização da questão agrária no Brasil perpassa delinear as especificidades e peculiaridades no avanço do capitalismo no Brasil dentre elas a atualização das contradições.

O próximo item nossa tentativa foi aproximar o leitor do debate teórico e metodológico realizado pela ciência geográfica especialmente levando em conta os pressupostos do diálogo possível das geografias agrária e do trabalho com o conjunto maior das ciências sociais.

como entende parte dos populistas russos. Para estes Marx na maturidade revê seu posicionamento em relação às classes essenciais.

Por outro lado o ser camponês representa uma fração dos trabalhadores do campo, diversa, fluída, “plástica” e em movimento. Esta perspectiva trabalha com o conceito expandido de “classes sociais” e na geografia do trabalho o artigo do Professor Antonio Thomaz Junior retoma o debate com o tema “Se Camponês, se Operário! Limites e desafios para a compreensão da Classe trabalhadora no Brasil” Thomaz (2004). Estas diferenças perpassam não só a compreensão da obra e dos volumes publicados de “O Capital” (Karl Marx), levando em conta a formação e a teoria da luta de classes desenvolvida pelo autor.

1. FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

1.1 Limpando o Terreno do Método Teórico

Por onde caminhar e quais categorias de análise do espaço eleger para o estudo das contradições e das transformações junto ao conjunto de trabalhadores do campo? O que há de conseqüente no desenvolvimento das contradições que atinge desigualmente as diferentes formações sociais e trabalhadores do campo em especial às frações produtoras de arroz vermelho?

Segundo o autor o estabelecimento de categorias explicativas da realidade ajuda-nos a desvendar o desenvolvimento de formas mais evoluídas socialmente. Sua compreensão de mundo não presumia o evolucionismo histórico e linear, nem o determinismo econômico e estava apoiada no movimento real do concreto pensado na história das sociedades:

A sociedade burguesa é a organização histórica mais desenvolvida, mais diferenciada da produção. As categorias que exprimem suas relações, a compreensão de sua própria articulação, permitem penetrar na articulação e nas relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos se acha edificada, e cujos vestígios, não ultrapassados ainda, leva de arrastão desenvolvendo tudo que fora antes apenas indicado que toma assim a sua significação etc. [...] A economia burguesa fornece a chave da economia da antiguidade etc. Porém, não conforme o método dos economistas que fazem desaparecer todas as diferenças históricas e vêem a forma burguesa em todas as formas de sociedade. Pode-se compreender o tributo, o dízimo, quando se compreende a renda da terra. [...] (KARL MARX, 2011, p. 4).

Assim como a renda da terra esclarece as possíveis formas anteriores de pagamento vigentes no feudalismo, a grande propriedade privada e a transformação em renda capitalizada têm sua gênese no “cercamento dos campos”, na separação dos produtores de seus meios de produção, nas pequenas propriedades, que sob controle direto fornecia as condições materiais e subjetivas à reprodução social.

Além das formas diversas de propriedade (familiar, comunal, coletiva, individual, cooperada, limitada, ações) que o capitalismo engendrou contraditoriamente no desenvolvimento da agricultura e da indústria a história de realização do capital (produção-circulação-distribuição-consumo) esteve

permeada por alterações e permanências no quadro denominado de “modernização conservadora”.

O progresso das formas de dominação econômica do capital sobre a classe trabalhadora esteve associado à emergência do controle político-ideológico exercido pelo Estado moderno. Estes fenômenos foram historicamente perpassados não apenas pelo antagonismo entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção, mas, sobretudo, pelo conflito, resistência e unidade entre as diferentes classes Fernandes (2009).

As formações sociais e econômicas ganharam em complexidade desde o final da idade média até os dias atuais com o aparato científico da modernidade acompanhando as mudanças estruturais Marx e Engels (2007).

De outra forma a adoção de pressupostos teórico-metodológicos explicativos pela via do avanço do capitalismo na agricultura na forma de desenvolvimento das forças produtivas então em contradição com as relações de produção ou pela análise da propriedade e uso da terra na questão agrária fora essenciais para a compreensão de determinado momento histórico. As contradições em vigor no momento atual, no entanto, estão a exigir novos elementos para compreensão da sociedade do capital e os mundos do trabalho.

A dinâmica complexa da *totalidade viva do trabalho*⁴ em oposição aos grupos e classes dominantes está a exigir um aparato teórico e metodológico que dê conta de uma diversidade de fatos históricos em movimento na sociedade. Neste sentido é preciso delinear, a partir das bases ontológicas, a compreensão das transformações nos mundos do trabalho. O autor observa os efeitos que a gênese e as diferentes perspectivas teórico-metodológicas reproduziram na conformação neopositivista da sociedade moderna:

[...] Todos sabem que nas últimas décadas, radicalizando as velhas tendências gnosiológicas, o neopositivismo dominou de modo incontestado, com sua recusa de princípio em face de toda e qualquer colocação ontológica, considerada como não científica. E esse domínio se deu não apenas na vida filosófica propriamente dita, mas também no mundo da práxis. Se analisássemos bem as constantes teóricas dos grupos dirigentes políticos, militares e econômicos de nosso tempo, descobriríamos que elas – consciente

⁴ Mészáros (2006).

ou inconscientemente – são determinadas por métodos de pensamento neopositivistas. Deriva disso a onipotência quase ilimitada desses métodos; e, quando o confronto com a realidade tiver conduzido à crise aberta, essa situação produzirá grandes abalos a partir da vida política-econômica até a filosofia no sentido mais amplo do termo. [...] (LUKÁCS, 1978, p. 2).

Compreendemos que a cisão teoria-prática promovida por parte do conhecimento científico foi parcialmente responsável pela crise que vive o aparato teórico e metodológico no período moderno, muito embora temos clareza dos limites teóricos na compreensão das sociedades. Nossa preocupação perpassou por repensar as transformações e contradições concretamente em reprodução na sociedade tendo como referencial os pressupostos em que assenta a ciência geográfica, inclusive como estímulo à sua crise interna.

Assim o acúmulo de conhecimentos, desde meados do século XIX, produzidos na teoria geográfica na vertente historicista do possibilismo influenciou o desenvolvimento da geografia no Brasil no século XX, Oliveira (2004). Geógrafos iminentes revelaram categorias e preocupações do ponto de vista metodológico ao estudar determinados sistemas agrícolas, muito embora sem considerar os antagonismos e a unidade de classes. O destaque fica por conta da importância do diálogo da geografia com outros conhecimentos com o fim de explicar a formação das paisagens e a evolução das diferentes sociedades:

É obvio que para estudar a exploração agrícola é indispensável um conhecimento, [...] da fitogeografia e da zoogeografia, já que a geografia agrária estuda os sistemas de produção de determinadas espécies animais e vegetais, geneticamente vinculados à flora e à fauna existentes (VALVERDE, 1980, p. 53).

Mais adiante o autor esclarece acerca das perspectivas teóricas no interior da geografia agrária e nos revela que o determinismo ambiental viabilizado no conceito de “espaço vital” de origem “ratzeliano” não contribuiu para explicar a formação das diferentes paisagens resultantes das relações entre o meio físico e os homens. Ainda segundo o autor “De acordo com o nível técnico a que atingiu determinado grupo humano e de acordo também com as

*condições econômicas e sociais deste grupo*⁵, o meio físico poderá impor limitações” Valverde (IDEM, p. 57). Assim, sem forçar qualquer determinismo econômico ou ambiental o autor revela que o estudo do espaço é essencial na história das sociedades e da natureza.

A geografia produzida no início do século XX no Brasil refletiu não só as diferentes forças internas sociais em movimento, mas, sobretudo os pressupostos da geografia Européia. A noção de gênero de vida refletiu a predominância do positivismo na ciência geográfica pelo mundo e no Brasil não foi diferente. Como bem observa o autor à prevalência no fenômeno retira do movimento em que se assenta a renovação das contradições na sociedade moderna e coloca em relevo:

A prevalência da ciência neutra e apegada aos valores burgueses como universais consolidou o pensamento positivista e liberal e na geografia materializou-se no complexo geográfico ao longo dos anos 1940, 1950 e parte dos 1960 [...], e através dos gêneros de vida, os geógrafos agrários desenvolveram investigações sobre os tipos de agricultura, prevalecendo as atenções as paisagens rurais, os regimes agrários, os tipos de produção, enfim os gêneros de vida vinculado aos agricultores e criadores.

O principal a ressaltar das observações de Bray (2008) e é o que vai prevalecer na geografia brasileira como um todo, é que a geografia estudava os fenômenos agrários, mas não os movimentos agrários, as ações organizadas dos trabalhadores [...] (THOMAZ JR., 2011, p. 5-6)

Assim, ao estudar os fenômenos a geografia acentuou certas irregularidades climáticas, que assumiram, às vezes, tanta importância quanto à descrição do próprio clima, o que traz um grau de incerteza ao labor agrícola. É o que ocorre, por exemplo, no sertão do Nordeste, com suas secas periódicas Valverde (1980, p. 62).

A noção de modo de vida produzirá, a partir de estudos antropológicos de diferentes sociedades agrícolas, uma corrente de pensamento geográfico apoiada na distribuição das atividades agrícolas relacionando homem e natureza. Os limites e avanços colocados pelo método descritivo no interior da ciência geográfica perpassavam pelo posicionamento teórico e ideológico, outrora polemizado. O autor do debate nos recorda:

⁵ Grifo nosso.

[...] se colocava como fundante era explicar como se distribuía todo um conjunto de atividades agrícolas no mundo, [...] sem tocar nos conflitos sociais, nas polemicas teóricas e políticas efervescentes. [...] A descrição de boa qualidade de Valverde ultrapassa os limites das explicações empíricas e revela a intenção de relacionar o grupo social e a natureza, associando a geografia agrária à geografia econômica, ainda que considerasse o homem individualmente (THOMAZ JR., 2011, p. 6).

O avanço para além do empirismo, no entanto, não produziu uma geografia do trabalho associada à categoria movimento em seu interior nem tampouco o espaço como produto do trabalho ontológico.

A influência da escola determinista neopositivista na geografia brasileira predominou e somente a partir de 1970, a geografia de caráter marxista radical trará novas contribuições ao debate do espaço. Esta perspectiva se contrapõe à corrente do positivismo, então escola que prevaleceu nos estudos da geografia clássica nos séculos XIX e início do XX. Um dos expoentes da radicalidade marxista na geografia, o geógrafo italiano, esclarece acerca dos elementos essenciais ao método, dentre eles a determinação em todos os sentidos:

[...] um método que seja bem claro não admite – embora adversários e mesmo seguidores do marxismo tenham querido sustentá-lo- nem o determinismo natural, nem o determinismo econômico; não admite, em outras palavras, nenhuma “base”, quer seja natural, quer seja econômica, como esfera que antecede a mediação inter-humana (QUAINI, 1979, p. 23).

Ainda acerca das oposições no conhecimento e na epistemologia geográfica, há autores que ao discorrer o pensamento geográfico tomam-no como uma “linha” evolutiva, em que a negação é uma característica entre as sucessivas escolas de pensamento, o que nem sempre ocorreu.

Levando em conta o espaço geográfico enquanto resultado de transformações e construções realizadas pelo trabalho humano, o autor destaca que o tempo e as rupturas na geografia entre as escolas no interior do projeto dialético ganhou relevo quando:

[...] - surge em meados de 1970, apoiada no materialismo histórico e na dialética;
- rompe com a geografia tradicional lablachiana (diferenciação de áreas) e Ratzel e com os modelos matemáticos da escola quantitativa (CORREIA, 1995. p. 24).

De outra forma, em certo sentido, a fenomenologia enquanto negação das escolas anteriores abandonou os fundamentos científicos da filosofia moderna apoiados no aparato racional que se reproduziram na teoria do conhecimento. Analisando os argumentos da escola humanista, cuja preocupação está na consciência e no sentido os escritos de Husserl exerceram intensa influência na formação daquela escola:

“constata que toda consciência visa um objeto...para a consciência”,[...] a fenomenologia ultrapassa “simultaneamente o realismo e o idealismo. Ela ultrapassa o idealismo na medida em que toda consciência visa a um objeto transcendente, isto é, exterior a ela; ultrapassa o realismo na medida em que toda significação remete a uma consciência transcendental, doadora de sentido”. (VERGEZ & HUISMAN apud SPOSITO, 2004, p. 37).

Desta forma a crítica que se faz aos pressupostos da escola fenomenológica se destaca das demais perspectivas já que autonomiza certas noções e conceitos. Para a escola fenomenológica os objetos são tomados a partir do espírito consciente, embora jamais sobre objetos materializados/concretos. Não há preocupação em refletir, numa escala que leve em conta a totalidade da realidade, o movimento considerando o “concreto pensado”, a unidade no diverso como quer a dialético. É colocado acento nos níveis de consciência que os indivíduos e no máximo grupos constroem em relação aos objetos. Corrêa da Silva (1986), foi um dos pioneiros a revelar os traços da escola aqui no Brasil:

Podemos distinguir na fenomenologia dois traços fundamentais. Em primeiro lugar, trata-se de um método que consiste em descrever o fenômeno, isto é, aquilo que se dá imediatamente. Como tal, a fenomenologia não se interessa pelas ciências da natureza e se defronta com o empirismo. Também renuncia – e com isso põe-se em oposição ao idealismo – a tomar como ponto de partida uma teoria do conhecimento. Deste modo, vemos que, como método, representa uma atitude radicalmente contrária a todos os traços que predominam no século XIX. Por outro lado, seu objetivo é constituído pela essência, isto é, o conteúdo inteligível ideal dos fenômenos, que é captado em uma visão imediata: a intuição essencial (CORRÊA, 1995 p. 38).

Para além da intuição doadora de sentidos e enquanto caminho para entender as relações sociedade-natureza é importante resgatar a história social e os pores teleológicos da produção do espaço, resultado ou produto da práxis social. Como nos lembra Marx e Engels (2007), na história da organização das

diferentes sociedades humanas o desenvolvimento do ato da fala e da linguagem já presumiam certa materialidade na passagem do ar pelas cordas vocais. O desenvolvimento social por meio do progresso⁶ no século XX, ordenado pelo capital, se apoiou na apropriação do aparato científico enquanto meio de produção. Este aparato contribuiu para transformar antigas contradições, renovadas em nova roupagem nos espaços do campo e das cidades. A ciência torna-se um serviço ao mercado com a renovação das contradições.

No entanto, o conjunto de transformações históricas e espaciais não se reproduziu de forma homogênea e subordinou nexos sociais fragmentando diferentes espaços, sistemas, regiões e classes sociais ou ainda entre os países centrais e periféricos. A desigualdade é expressa na coexistência de diferentes sistemas agrários produzidos a partir de formações sociais que ao se espacializar desenvolve forças produtivas em contradição com as relações de produção e de trabalho.

Outro fato a ser ponderado é que o conflito social resultou, dentre outras causas, de contradições econômicas e políticas estruturantes do sistema do capital, historicamente reproduzidos em momentos de apropriação desigual dos frutos e resultados do trabalho. A partir de 1970, renovam-se as contradições pautadas no movimento de reestruturação produtiva do capital e dos espaços.

O conhecimento geográfico não passou imune a estas mudanças. O aparato científico, a serviço do capital no interior dos processos produtivos, simultaneamente às inovações técnicas e tecnológicas de ordem econômica, ampliou politicamente a fragmentação e ideologicamente o sentido de pertencimento da classe trabalhadora. Foi exatamente o que ocorreu:

[...] no final dos anos 1960 e início dos anos de 1970, em meio a esse debate politizado que se consolidaram no Brasil os referenciais em uso nas análises da agricultura dos Estados Unidos e países europeus, influenciado pelo neopositivismo, que tinha como trunfo explicar o avanço das relações capitalistas, a urbanização e a industrialização do campo, as matrizes e classificações agrícolas, as tipologias agrícolas (DINIZ, 1973 apud THOMAZ JR., 2011, p. 7).

⁶ [...] é algo objetivamente definível, que indica, ao mesmo tempo, o que é desejável. [...] (MARX, 1981, p. 16).

O aprofundamento das contradições capital-trabalho e capital-capital no campo exigiu que o aparato teórico e de pesquisa⁷ levasse em conta não só as inovações técnicas, mas a totalidade⁸ social em movimento. Ao aparato ideológico e econômico do capital, em franco avanço no espaço do campo, o somou-se o neopositivismo que propositadamente ao engavetar a realidade perdeu de vista as contradições da totalidade viva do trabalho inclusive no interior das estruturas e diferentes sistemas agrários.

A renovação no conhecimento geográfico ao estudar as relações da sociedade com a natureza por meio do espaço incorporou, no caso da geografia do Brasil, a noção de práxis⁹ e trabalho social fundamentados na ontologia do ser social. A teoria crítica de origem marxiana, no interior da geografia brasileira ganhará novos contornos, expressão da crise no conhecimento e das lutas ideológica e política.

Assim é que o conhecimento geográfico mais atualmente ao territorializar as contradições perpassou não somente por desvelar tipologias ou formas de paisagens, como se fosse possível modelar o espaço em movimento da totalidade viva do trabalho, mas por considera-lo historicamente. Importou compreender espacialmente o movimento complexo na organização da luta dos trabalhadores, levando em conta não só a base material, econômica e espacial, ou seja, a estrutura e os conflitos no espaço agrário, mas, sobretudo os elementos subjetivos que os seres sociais desenvolvem,

⁷ Por pesquisa entendemos a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo [...] Minayo (1994, p. 18).

⁸ De que totalidade nós nos preocupamos? Aquela que integra os diferentes fatos da vida social (enquanto elementos do devir histórico) numa totalidade, que o conhecimento dos fatos torna-se possível como conhecimento da realidade. Este conhecimento parte de determinações simples, puras, imediatas e naturais (no mundo capitalista) [...], para avançar sobre elas no sentido do conhecimento da totalidade concreta enquanto reprodução, no pensamento, da realidade. Esta totalidade concreta nunca é dada imediatamente ao pensamento. Marx diz: "O concreto é concreto porque é a síntese de várias determinações logo, unidade do múltiplo".

⁹ Por práxis compreendemos não apenas no sentido que Marx lhe atribuía em sua primeira crítica hegeliana, quando afirmava que "a teoria torna-se força material quando assumida pelas massas". A questão, antes, é a de pesquisar, tanto na teoria quanto na modalidade da sua penetração nas massas, os momentos e as determinações que fazem da teoria, do método dialético, o veículo da revolução; trata-se de desenvolver a essência prática da teoria a partir dela mesma e da relação que estabelece com o seu objeto. [...] Somente esta relação da consciência para com a realidade torna possível a unidade entre a teoria e a práxis. É somente quando a tomada de consciência implica a operação decisiva que o processo histórico deve efetuar em direção a seu próprio fim [...] (LUKÁCS, 1981, p. 61 a 68)

bem como o aparato ideológico de controle social exercido pelo Estado capitalista.

Neste sentido é que passou a ser conseqüente apreender os desafios espaciais e teóricos repostos constantemente no interior dos processos de trabalho na produção do espaço, no movimento de (des)territorialização dos trabalhadores camponeses e sem terra no campo. Assumiu importância noções tais como: fragmentação, precarização e reestruturação produtiva e do trabalho no espaço. A (des) realização do trabalho tem na fragmentação a expressão das relações vivas:

Num mundo cada vez mais contaminado pela perversidade do processo de reprodução do capital e pelo embaralhamento ideológico e conceitual, teremos (temos) que reconhecer, desde já, por meio das fraturas que identificam um sem número de relações vivas (desconectadas) do trabalho, a malha de significados que pode repor em questão a ruptura com a lógica do capital, em escala mundial. Em Antunes (1999), temos as pistas para vincular a economia informal à terceirização, subcontratação, trabalho temporário, parcial, precário, desemprego estrutural. Quer dizer, é esse processo de fragmentação da classe trabalhadora em diversos segmentos que tem prejudicado o entendimento de pertencimento de classe, diante dessa realidade movediça (THOMAZ JR., 2009, p. 167).

No Brasil o movimento de ruptura na geografia agrária repercutiu em toda a comunidade geográfica, período que vivíamos o Estado de plena ditadura. Os espaços do campo e das cidades viveu-se um momento histórico cujas manifestações populares e sociais foram contrárias aos efeitos nocivos reproduzidos nos movimentos de migração e êxodo rural ou ainda na mobilidade social do trabalho no espaço; parte da liderança sindical foi assassinada e os militantes dos partidos de esquerda e/ou oposição ficaram na clandestinidade e/ou foram perseguidos, exilados e mortos.

O crescimento desordenado e sem urbanização das grandes cidades, a piora das condições de vida e de trabalho no campo, fruto da estrutura fundiária concentrada e o empobrecimento dos camponeses que permaneceram na terra ou que foram ocupar terras em outras regiões mais distantes Thomaz Junior (2011), foram fatos históricos determinantes para o aprofundamento na história da luta e organização dos trabalhadores na segunda metade do século XX no Brasil.

O momento e os fatos históricos estavam a exigir o (re) encontro da história com a geografia. Era urgente que se produzisse uma história natural já que o avanço havia se dado no estudo das sociedades Quaini (1983). Citando Turgot, o autor enfatiza a intensa relação entre aquelas duas ciências na gênese das ciências sociais. Este diálogo constante passa a exigir de nós pesquisadores entender a realidade em toda a sua plenitude e complexidade o que a mera descrição é incapaz de refletir. O condicionamento histórico e social está na base desta perspectiva teórica e metodológica que:

[...] “colocam os homens em suas diversas distancias: uma exprime as distancias em relação ao espaço, a outra em relação ao tempo”, mas viu, também, como a geografia e a história, não podendo ser reduzidas nem á descrição de elementos coexistentes no espaço nem á cronologia – que juntos, constituem apenas a “tela na qual é necessário colocar os objetos” – penetram necessariamente uma na outra, [...] (IDEM, p. 95).

Neste sentido há uma relação entre o espaço e o tempo? E mais, a geografia e a história são ciências sociais em unidade dialética? Entendemos que sim e compreendemos que “a questão do âmbito dos processos sociais e históricos, isto é, da sua referência espacial está na obra de Marx e reaparecem densamente na obra de Lefebvre”, autores em que nos acostamos, conforme Martins (1996). O espaço ao ser produzido ganhou forma concreta, é ser, criador e criatura, com o ser social da práxis do trabalho constituindo-se simultaneamente ao transformar a natureza. Assim o ser social produz história e espaço ao transformar a natureza.

Desta maneira funcionando como motor das transformações na sociedade capitalista as contradições devem ser compreendidas não somente a partir da noção como formação econômica social¹⁰ e Leis como a do desenvolvimento desigual e do valor, mas é preciso indagar se é possível que o espaço desempenhe um papel ou uma função decisiva no estabelecimento de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema como nos lembra Lefebvre

¹⁰ O que compreendemos por formação econômica social? [...] abrange simultaneamente esses dois âmbitos da práxis: a natureza (o econômico) e a sociedade (o social). O homem age sobre a natureza na atividade social de atender suas necessidades. Constrói relações sociais e concepções, idéias, interpretações que dão sentido àquilo que faz e àquilo de que carece. Reproduz, mas também produz – isto é, modifica, revoluciona – a sociedade, base de sua atuação sobre a natureza, inclusive a sua própria natureza. Ele se modifica, edifica a sua humanidade, agindo sobre as condições naturais e sociais da sua existência, as condições propriamente econômicas (MARTINS, 1996, p. 19).

(2008). Outras indagações neste momento podem ser úteis. A força de trabalho humano, mercadoria controlada pela classe dominante¹¹, se reproduz atualmente no tempo e no espaço de forma homogênea no campo e nas cidades? Quais as implicações para o trabalho na ação do Estado e nos processos reprodutores de controle social da classe trabalhadora?

O autor nos recorda das especificidades e limites que as diversas sociabilidades e mediações impõem à compreensão teórica da realidade atual. Dentre elas a complexidade e o movimento que assume a totalidade das mediações em desenvolvimento na sociedade:

É preciso ir além nas lutas e demandas do trabalho, ou seja, a exclusividade das reivindicações dos trabalhadores proletarizados por melhores salários e condições de vida; ou os camponeses e agricultores familiares por preços mínimos, financiamentos, ou a terra para os posseiros e trabalhadores envolvidos na luta pela reforma agrária.

[...] A riqueza de sentidos e as mediações são desconsideradas quando se fragmenta a compreensão do trabalho, radicada na seara da especificidade das reivindicações, e não na estrutura societária que, de fato, pode nos oferecer a compreensão já no âmbito dos significados e do pertencimento de classe (THOMAZ JR., 2004, p. 77).

Se estivermos corretos somente considerando o complexo de processos sociais em reprodução metabólica nos diferentes espaços, as diversas mediações em que o trabalho está imerso no espaço do campo e das cidades e a coexistência simultânea e em unidade de luta e reivindicações das diferentes formações econômicas e sociais é que a riqueza de sentidos e significados concretamente pode iluminar os vazios ideológicos e políticos produzidos pela fragmentação. A mobilidade social do trabalho no espaço expressa os sentidos que a fragmentação assume nos mundos do trabalho.

Categoria central na geografia dos conflitos é o território que nos permite compreender a escala das disputas sociais e de classes baseada em ações individuais e coletivas em reprodução nos espaços do trabalho e da produção no campo. As contradições sociais e econômicas são renovadas na manutenção da grande propriedade da terra, no avanço do capital industrial na atividade agrícola, suas formas de exploração e expropriação do trabalho e na

¹¹ O que entendemos por classe dominante? A classe dominante da sociedade capitalista é a classe que possui e controla os meios de produção e que é capaz, em virtude do poder econômico que em decorrência disso lhe é conferido, de usar o Estado como instrumentos de dominação da sociedade (MILIBAND, 1982, p. 36).

mediação dos agentes do Estado evidenciando a opacidade teórica e os limites da capacidade explicativa na adoção simples da categoria paisagem. É preciso usar adequadamente as categorias evidenciando aquilo que mais rico tem a geografia: sua capacidade explicativa da totalidade da realidade. Não se trata, no entanto de defendermos o pluralismo metodológico nem tampouco o ecletismo no interior do conhecimento geográfico.

De outra forma a conformação de diferentes paisagens a partir de diversos modos de vida e formas agrícolas embora importantes na coleção de símbolos, significados e cenários imaginados não nos permite na plenitude (re) atualizar as contradições em reprodução nos territórios estudados. Mas por que dialogar na organização do espaço com o território ao invés de trabalharmos a categoria paisagem e as formas que esta assume? Como recorda-nos o autor a fortaleza que assumiu a categoria da paisagem na geografia neopositivista e tradicional nos impediu de refletir outras escalas. A ausência do conflito, da luta de classes e do movimento do trabalho não se apresenta na noção de espaço vital:

A geografia tradicional privilegiou os conceitos de paisagem e região e estabeleceram a discussão acerca do objeto e da identidade da geografia no âmbito das demais ciências (CORRÊA, 1995, p. 17). Se na geografia chamada “tradicional” o espaço não é um conceito-chave, ele comparece na obra de Ratzel encerrando “as condições de trabalho, quer naturais, quer aquelas socialmente produzidas”, consubstanciando o conceito de espaço vital (CORRÊA, 1995 apud SPOSITO, 2004. p. 88).

Ponderamos algumas questões por entendermos que não se trata de colocar como prioridade de forma “maniqueísta” uma ou outra categoria geográfica, mas levar em conta àquela que ajuda-nos a explicar nosso objeto de estudo e interesse de pesquisa: os trabalhadores pequenos produtores de arroz vermelho no município de Santana dos Garrotes, estado da Paraíba.

Entendemos que a renovação de contradições no campo ao potencializar tensões e ações sociais, momentos históricos de resistência e de luta da classe trabalhadora simultaneamente expressa à organização do espaço e o ordenamento territorial. Assim o espaço é essência viva, em constante movimento, produto do antagonismo e da luta de classes.

Ao debater as categorias é importante delimitar que diferentemente do idealismo hegeliano, os autores na crítica à metafísica repõem as categorias filosóficas não como seres autômatos e autônomos, mas enquanto essências vivas, concretas e imersas em determinações de todas as ordens. O racionalismo idealista hegeliano nos ajuda a compreender a importância que assume o uso das categorias no interior do conhecimento geográfico:

Marx e Engels criticam [...] dizendo que, para Hegel, as categorias não passam de “essências automatadas, que existem independentemente das coisas e antes delas, fazendo o papel de substâncias dessas últimas Cheptulin (1982, p. 12). Para os dois pensadores, a razão especulativa (elemento fundamental da dialética) procura “sair desse embaraço explicando o conceito geral não por uma essência morta, desprovida de diferenças, mas por uma essência viva, que distingue, no seu interior, as coisas concretas e as faz nascer no curso de seu desenvolvimento” (SPOSITO, 2004, p. 63).

Enquanto essência viva que nos ajuda a compreender o movimento concreto dos fatos e coisas, dentre elas o trabalho, é que entendemos o espaço geográfico. Categoria central e principal o espaço quando apropriado pelo trabalho e compreendido em movimento pode evidenciar a essência para além da superficialidade dos fenômenos. Não queremos com isso dizer que o espaço é autônomo ou que é superior, mas que nos ajuda a desvelar a essência no interior das mediações e das aparências em movimento na sociedade.

Temos clareza dos limites em nossa tentativa de “limpar” o terreno do método. Nossa pretensão não foi esgotar o assunto e aproximar o leitor de categorias essenciais ao conhecimento geográfico. Tentamos responder a dupla pergunta: por que e para que realizar a pesquisa? Imbricado ao método teórico está o método de exposição ou metodologia científica como comumente é reconhecida, cuja finalidade é disponibilizar e orientar o ferramental prático à disposição do pesquisador no tratamento dos achados de pesquisa. A Pergunta que nos parece essencial neste momento é como a pesquisa será realizada? Que técnicas utilizarmos na aproximação dos sujeitos de pesquisa, na coleta e tratamento dos dados? Importa, neste momento, esclarecer os instrumentos utilizados bem como o caminho percorrido durante nossa observação inicial de caráter exploratória e descritiva para então passarmos aos lampejos de análise.

1.2 O Método de Pesquisa: Uma Aproximação à Análise

Neste momento é importante delinear os procedimentos na execução da presente pesquisa que tem o estudo do espaço da pequena produção, no município de Santana dos Garrotes, um de seus pressupostos. A pesquisa exploratória foi o melhor instrumento para atualizar as contradições em desenvolvimento na realidade dos sujeitos sociais no campo. Segundo Gil (1999, p. 43), o método de investigação também conhecido como método expositivo tem como objetivo proporcionar os caminhos e meios para garantir a objetividade e a precisão no estudo dos fatos sociais, fornecendo uma orientação referente à obtenção, processamento e validação de dados.

Os elementos principais na conformação da metodologia, de forma sintética, são apresentados como definição da amostragem, coleta de dados e organização e análise de dados (MINAYO, 1994, p. 43).

Dentre uma diversidade de formas de estudar a organização do espaço da pequena produção, questionamos a importância que assume a sistematização do trabalho de campo para além de mero instrumento descritivo na produção do conhecimento geográfico. Procuramos estabelecer os momentos por nós conduzidos nos trabalhos de campo enquanto espaços de construção de diálogos sem qualquer imposição aos sujeitos de pesquisa, nem tampouco como um pesquisador que após seu trabalho desaparece sem disponibilizar o conhecimento da realidade estudada aos sujeitos da pesquisa. Há autores que denotam o trabalho de campo como essencial ao conjunto das ciências sociais avaliando que:

[...] Essa forma de investigar, além de ser indispensável para a pesquisa básica, nos permite articular conceitos e sistematizar a produção de uma determinada área de conhecimento. Ela visa criar novas questões num processo de incorporação e superação daquilo que já se encontra produzido (CRUZ NETO, 1994, p. 53).

Mas o que entendemos como o trabalho de aproximação ao campo? Iniciamos nossa pesquisa com o uso da observação na sede municipal como forma de aproximação dos sujeitos e avançamos através do estudo exploratório de campo na escala municipal. Entender a realidade social, especialmente no campo e dos trabalhadores, exigiu de nós variados

instrumentos desde levantamento bibliográfico e documental, passando pelo desenvolvimento de formulários e entrevistas semiestruturadas até a definição de amostras para a coleta de dados. Segundo o autor este trabalho inicial do pesquisador tem como fim principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores Cruz Neto (1994).

De outra forma entre o método e a realidade há problemas e é preciso considerar conseqüente a necessidade da apreensão dos fatos em meio às mediações para além dos fenômenos. É preciso compreender que:

[...] a primeira condição prévia de um estudo realmente científico que, segundo as palavras de Marx, “seria supérfluo se a forma fenomênica e a essência das coisas coincidissem imediatamente”. Trata-se, de uma parte, de arrancar os fenômenos de sua forma imediatamente dada, de encontrar as mediações pelas quais eles podem ser relacionados a seu núcleo e a sua essência e tomados em sua essência mesma, e, doutra parte, de alcançar a compreensão deste caráter fenomênico, desta aparência fenomênica, considerada como sua forma de aparição necessária. Esta forma de aparição é necessária em razão de sua essência histórica, em razão de sua gênese no interior da sociedade capitalista. Esta dupla determinação, este reconhecimento e esta ultrapassagem simultâneos do ser imediato é precisamente a relação dialética [...] (LUKÁCS, 1981, p. 68).

Assim sem descartar o momento descritivo estivemos, por exemplo, sempre atentos às mediações política e econômica dos agentes do Estado e do capital junto à organização dos sistemas agrícolas no município de Santana dos Garrotes. A apreensão da totalidade concreta do espaço do campo perpassou pelo levantamento de dados junto à sede do município, aos órgãos de classe atuantes tais como os sindicatos de trabalhadores rurais bem como junto à estrutura e agentes públicos da Prefeitura Municipal de Santana dos Garrotes. A observação e as conversas informais nos aproximaram dos sujeitos de nossa pesquisa.

Precisávamos delinear o quadro geral da dinâmica do comércio local levando em conta a origem de seus proprietários, das mercadorias comercializadas e quais os destinos. Estávamos preocupados, dentre outras questões, com as contradições oriundas das trocas desiguais entre o espaço do campo e da cidade bem como com as relações de produção e de trabalho em reprodução no espaço. Após observação inicial e aproximação através da

pesquisa exploratória tratamos de elaborar os primeiros formulários com o fim de iniciarmos o levantamento de informações de caráter vertical junto aos feirantes e pequenos comerciantes sem distinguir a feira agroecológica daquela tradicional. Estávamos preocupados com a apreensão da totalidade no espaço da sede do município.

A pesquisa exploratória ganhou corpo em sistemáticos trabalhos de campo cuja finalidade foi, através das técnicas de observação direta, uso de formulários e entrevistas semiestruturadas anotar, registrar, entender e apreender para além do visível ou aparência dos fenômenos Moreira (1993). A etapa inicial de aproximação teve apoio na técnica da descrição. O registro de conversas informais anotadas posteriormente em caderno de campo, o uso de gravador quando a finalidade foi captar a fala consentida dos entrevistados, bem como imagens através de fotografias permitiu-nos compor o quadro mais amplo de informações necessárias ao estudo da diversidade de sistemas agrícolas e agrários e o desenvolvimento das relações de trabalho e de produção no campo.

Paralelo ao trabalho de registros, anotações de documentos e dados históricos secundários utilizamos quando o registro das falas não era possível por questões éticas e políticas formulários. A construção dos formulários permitiu aprofundar questões pertinentes ao quadro mais amplo de contradições no município de Santana dos Garrotes. Nossa preocupação perpassava também em não constranger os sujeitos da pesquisa considerando a necessidade de apreensão da essência dos fatos espacializados.

Já quanto ao tamanho da amostra trabalhamos com uma amostra probabilística sistemática levando em conta o número total de pequenos produtores no município de Santana dos Garrotes, Estado da Paraíba. Do total de onze sítios, potencialmente produtores de arroz vermelho, obtivemos o número amostral de aproximadamente 365 produtores. Optamos por trabalhar com amostragem representativa de aproximadamente 70 estabelecimentos de pequena produção, o que dá um percentual aproximado de 20% do universo total.

A sistematização da pesquisa junto aos estabelecimentos familiares levou em conta, como forma de minimizar a redundância, que para cada estabelecimento pesquisado o seu vizinho posterior não fosse objeto de

pesquisa, o que exigiu que salteássemos as unidades pesquisadas. Esta sistemática na coleta de informações junto às famílias levou em conta o acentuado fracionamento da propriedade entre os membros das famílias, resultado da partilha familiar da terra em regime de herança.

Ainda relativo aos procedimentos de pesquisa que utilizamos destaca-se o uso de revisão bibliográfica, documental e jornalística nas bibliotecas pública estadual e local, em órgãos de classe como Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STR, e em instituições de pesquisa como as Empresas Estaduais de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA/EMPASA, nas Secretarias de Agricultura do Município e do Estado e nos escritórios das Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER's.

O próximo item nossa finalidade foi aproximar o leitor da teoria que interpreta a classe trabalhadora do campo em movimento bem como as contradições na conformação das condições de vida e de trabalho no espaço do campo e das cidades.

ESPAÇO HISTÓRICO DE CONTRADIÇÕES E O SER TRABALHADOR

Se levarmos em conta que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira no período moderno resultou, historicamente, na apropriação desigual de frações de territórios por diferentes formações sociais e econômicas e na coexistência de modos de ser, de vida e de produção diferenciados, as categorias¹² contradição e trabalho são centrais para explicar o ser trabalhador do campo, ajudando-nos a dar conta da dinâmica e organização do espaço.

Neste sentido foi conseqüente ponderar que a evolução da ocupação e do povoamento do espaço do sertão na história moderna do Nordeste brasileiro e o avanço das relações mercantis do Brasil com resto do mundo, não passaram imunes aos momentos de crise econômica na Europa. Sérias conseqüências e rebatimentos internos na questão agrária no fim do século XVIII, bem como transformações das contradições econômicas então em vigor no desenvolvimento social no espaço das cidades e do campo, estavam em gestação.

A expulsão da massa de produtores livres do campo para as cidades na Europa na forma de cercamento das terras, especialmente no caso Inglês, tornou relevante o debate político e ideológico da questão agrária. O Estado foi chamado para mediar conflitos e levantes, regulando relações entre o capital e o trabalho. A propriedade privada da terra e dos instrumentos de trabalho instalou a crise agrária:

[...] essa questão ganhava em interesse, tanto do ponto de vista teórico, quanto do ponto de vista prático. [...] a crise agrária haviam transformado a mesma em uma das questões práticas das mais importantes e de maior interesse [...] (KAUTSKY, 1986, p. 7).

Alterações nas relações entre os países europeus redefiniram relações coloniais rebatendo em mudanças na composição e organização social bem

¹²Compreendemos por categoria elemento que está em constante movimento na história. Juntamente com a contradição formam a tríade dialética a totalidade e o movimento. Neste sentido a sociedade moderna reproduz, na totalidade, três formas de ser distintos embora em unidade-diversa: inorgânico, orgânico e o ser social. Segundo Marx, categorias são formas do ser, determinações da existência - [...] Lukács (2010, p. 78).

como na formação, pertencimento e identidade das categorias sociais internamente.

A crise agrária que se abateu sobre alguns países na Europa reproduziu-se desigualmente nas colônias no esteio de processos contínuos de acumulação primitiva e de forma mais intensa em países que o desenvolvimento das forças produtivas assim o permitia. O avanço do capitalismo na agricultura ao separar os trabalhadores do principal meio de produção, a terra, reproduziu o descompasso entre as possibilidades de desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção, o que explica parte da presença de diferentes formações econômicas e sociais no interior dos países e entre diferentes regiões e países. Dai que para explicar a permanência social de um conjunto de trabalhadores camponeses no campo em países periféricos como o Brasil:

O conceito de formação econômico e social de Lênin implica o reconhecimento de um descompasso de relações sociais de produção e o desenvolvimento das forças produtivas materializadas num mesmo espaço. [...] há uma correspondência entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais [...] não há entre elas uma harmonia e uniformidade sincronizada. É neste contexto [...] que se pode compreender a manifestação coletiva dos camponeses (FABRINI, 2003, p. 31).

Historicamente as ocupações de terras no Brasil resultaram da doação de grandes extensões do território a particulares, conhecidas como sesmarias. A evolução do latifúndio baseado no escravismo e na exportação em grande escala somados à escassez de mão-de-obra estruturaram o mercado rentável de tráfico de escravos Graziano da Silva (1996, p. 25). A *plantation* escravista em toda sua plenitude na região litorânea do Nordeste.

No Brasil colônia a fase mercantilista do sistema do capital tinha o escravo como mercadoria de alto valor comercial entre os séculos XVI a XVIII, e a formação social do trabalho no Brasil, gênese da organização dos trabalhadores, teve no campo um espaço privilegiado, já que reprodutor de lutas, revoltas e insurreições. Fugas e suicídio de escravos dos latifúndios, revoltas como quebra-quilos no sertão do Nordeste, farroupilha no Sul do Brasil até a formação de verdadeiros enclaves como os quilombos, sem falar da luta de resistência indígena expressaram originalmente a capacidade de

organização do grupo de trabalhadores escravos durante o período colonial e início da república Fabrini (IDEM).

Com o avanço das relações de trabalho e de produção capitalistas no campo era necessário, no caso do Brasil, institucionalizar a separação dos trabalhadores de seus meios de produção então em uso naquele momento. O melhor meio utilizado pelo Estado com apoio das classes dominantes foi o estatuto da Lei de Terras, instrumento forjado pela elite que legalizou, na metade do século XIX, a compra e a venda de frações do território do Brasil.

Durante os séculos XVI a XIX, duas classes exerceram atividades: senhores e escravos. Nos meandros desta sociabilidade desenvolvida nas grandes fazendas foi necessária a permanência e reprodução de outros sujeitos: índios, mestiços, escravos recém-libertos e agricultores Marques (1994). Com isso reduziam-se os custos com a manutenção da mão-de-obra nas fazendas e garantia-se a disponibilidade em qualquer tempo, de trabalho conforme a demanda dos engenhos e das fazendas de gado.

No sertão colonial dois tipos de criadores se reproduziram: o grande fazendeiro, cujas terras formavam grandes domínios e os médios e pequenos criadores. Expressaram o duplo sistema agrário então em desenvolvimento. Aqueles últimos residiam em geral em suas terras e partilhavam com os vaqueiros os trabalhos com o gado Marques (1994, p. 85). Conforme a autora:

No século XVII surgem fazendas às margens do rio São Francisco, primeiras terras do sertão a serem ocupadas por currais. Entradas baianas, partindo de Salvador, sobem pela margem direita do rio em direção à cachoeira de Paulo Afonso onde se encontrariam com outros grupos oriundos da Bahia [...] As fazendas de gado avançam para o interior por diferentes caminhos. A conquista do sertão só se verifica de fato depois da guerra com os holandeses. (IDEM, p. 28).

Externamente somado à crise agrária por que passou o continente europeu nos séculos XVIII e XIX expressas na revolução econômica inglesa de caráter industrial e política francesa com a tomada de poder pela burguesia, as duas grandes guerras mundiais no século XX e uma série de revoluções no campo objetivamente abriram as vias para o (re) ordenamento político sob o território e econômico através da acumulação do capital. A especificidade do avanço e expansão do capitalismo na escala mundial no século XX deve-se ao seu caráter financeiro/especulativo destrutivo, mantendo o ordenamento social

Mészáros (1989; 2006). Novas hegemonias são instaladas sob novos processos de subordinação.

As transformações e o avanço das formas de capital combinaram coexistências históricas na gênese, desenvolvimento e crise das diferentes estruturas do capital: natural, comercial, manufatureiro, industrial e fictício ou financeiro, este último em escala mundial de organização Marx e Engels (2007).

Assim o desenvolvimento desigual objetivo e material das formas de capital inclusive no uso e distribuição do espaço engendrou novos valores, significados, modos de vida, de ser e subjetividades subordinados aos ditames do sistema de acumulação e (re) produção ampliada de capital Marques (1994). Contraditoriamente produziu em escala mundial a história do conflito de interesses: a luta de classes. Foi necessário e urgente instalar um agente mediador, com o fim de regular os conflitos nas relações de trabalho e de produção: o Estado moderno e capitalista Marx (2010). Da presença e das ações de (re) ordenamento do espaço no Sertão pelo Estado capitalista trataremos mais adiante. No campo o conflito expressa-se diferentemente daqueles nas cidades:

[...] pode-se afirmar que conflito de classes no campo não se manifesta como na indústria [...] não está restrito ao conflito existente entre operários agrícolas e burguesia rural/ proprietários de terra. [...] o nexa da compreensão da questão agrária e do campesinato reside na desigual correspondência entre as relações sociais e as forças de produção de mercadorias [...] (FABRINI, 2003, p. 32).

O rebatimento econômico da crise internacional do açúcar no Brasil foi logo sentido internamente com a queda dos preços no mercado mundial reforçando o papel subordinado do país como fornecedor de matérias-primas e mão-de-obra barata. A produção de carne e charque avançou sobre espaços da cana e foi necessário transferi-la para as terras do Sertão, juntamente com o avanço das frentes pioneiras e de ocupação do período colonial.

Em meio à crise do escravismo e do açúcar, umbilicalmente ligados, a produção pecuária encontrou mercado e floresceu com o fabrico de carne seca e o comércio do couro, salgado, curtido, solas e vaquetas Marques (1994).

Somado às constantes crises no mercado mundial e internacional de açúcar que afetaram a demanda interna de carne, as dificuldades para o conjunto de trabalhadores do campo no espaço do Sertão devido às secas periódicas se ampliava com a concorrência da produção de charqueadas gaúchas (IDEM).

A emergência do desenvolvimento de uma cultura adaptada ao clima semiárido e que atendesse as demandas externas e internas foi iniciada na primeira metade do século XIX com o algodão inicialmente no Litoral dominando simultaneamente frações do território do sertão. Grande parte do produto era consumida na própria região, após tecido manualmente pelas tecedeiras. Assim como a pecuária do início do século XVII a atividade agrícola algodoeira proporcionou um grande desenvolvimento do trabalho assalariado no espaço do Sertão Andrade (1980, p. 175). Como nos recorda o professor acerca da ocupação:

[...] eles fundaram fazendas dedicadas à pecuária extensiva. O gado, predominantemente bovino, era criado solto, no campo e uns poucos empregados, os vaqueiros, vigiavam o rebanho [...]. A agricultura não tinha expressão, [...] cultivavam também o algodão, visando o fornecimento da fibra utilizada na confecção artesanal de tecidos, para uso da própria comunidade. A partir da segunda metade do século XVIII, a cultura do algodão tomou maior impulso em face da demanda de fibras pelo mercado europeu. Este fato provocou um maior interesse pela região semi-árida, chamada sertaneja, provocando um crescimento mais acelerado da população e uma dinamização das atividades econômicas.

As atividades agrícolas dos moradores, trabalhadores rurais sem terra, eram feitas na porção seca, ora na margem ou no leito dos rios. [...] O crescimento demográfico e o desenvolvimento urbano, provocaram uma demanda maior de arroz, cuja cultura foi ganhando importância e ocupando as chamadas "lagoas de arroz" [...]; mas quando as águas baixam, os agricultores aproveitam as terras que vão sendo descobertas e fazem a rizicultura (IDEM, p. 57-59).

Renovam-se as contradições entre os capitais e entre estes e o trabalho já que o momento histórico foi de intensificação da atividade manufatureira e de mercantilização no plano nacional, expressas na aquisição via exportação de máquinas de origem inglesa para descarregar o algodão produzido pelo conjunto de trabalhadores no sertão paraibano.

A persistência da questão política e agrária, no entanto, se expressa no número de conflitos abertos em evolução no continente europeu especialmente na Inglaterra e na França. Para o autor é uma clara demonstração que para

além das contradições oriundas entre o desenvolvimento das forças produtivas e a imposição de limites nas relações de produção, o “motor da história” é a luta de classes Marx (2001). No caso do Brasil o desenvolvimento desigual entre o espaço agrário do Litoral e o Sertão paraibano permitiu a coexistência de uma diversidade de sistemas agrícolas¹³ no espaço Moreira e Targino (1997).

Dentre outras formas de controle os trabalhadores estão envolvidos por processos de migração dominados pelo capital. As margens de lucro e o sistema de acumulação variam conforme a organização do trabalho e dos espaços sociais e requer a mobilidade social entre países, regiões e localidades. A mobilidade do trabalho no espaço passou a ser determinante no estabelecimento das condições e avanço do capitalismo não somente na Europa, especialmente em países periféricos como o Brasil. Sobre a mobilidade e o deslocamento social no espaço a autora observa que embora:

[...] os movimentos de população não tenham necessariamente o caráter diretamente compulsório, como no caso da mercantilização do escravo, eles resultam de estrangulamentos. Pierre George fala de migração não só como deslocação humana, mas como irradiação geográfica de um dado sistema econômico e de uma dada estrutura social. Na maioria das vezes é um empreendimento controlado: um ato político. [...]

No Brasil, a maioria da imigração envolveu uma população expropriada e empobrecida.

[...] a maioria da imigração para o Brasil e em especial a italiana, decorreu da desaparecimento do campesinato no seu lugar de origem.

[...] os imigrantes preservariam um modo de vida camponês. Contudo, o sentido desse processo era a criação de um proletariado potencial (DAMIANI, 2002, p. 40)

Pensemos nas consequências sociais que a manutenção da dualidade de diferentes regimes de propriedade e de sistemas agrários, desde o período colonial, se fizeram reproduzir junto aos trabalhadores Oliveira (2007; 2010). Dentre as contradições políticas reproduzidas no seio da classe trabalhadora a fragmentação resulta da situação entre a permanência na terra enquanto

¹³ O conceito de sistemas agrícolas “a distribuição espacial e cronológica das espécies de culturas sobre toda a área cultivada, segundo determinados princípios”, sendo que sob espécies de culturas ficam entendidas todas as áreas de utilização como florestas, prados naturais, pastos, campos de cultura etc (LAURE E., apud WAIBEL, 1979, p. 6) (MARQUES, 1994). No dizer dos autores representa um conjunto de técnicas desenvolvidas pelo homem com o objetivo de obter produtos vegetais e animais. Estará sempre intimamente ligado à organização social da produção e sujeito às influências do meio natural (GRABOIS, 1983, 1991).

arrendatário e/ou posseiro em coexistência com o momento de cortador de cana-de-açúcar, portanto trabalhador assalariado temporário.

Entendemos que as ações do Estado capitalista no campo, no caso do Nordeste do Brasil ampliou o espaço do capital sob o discurso e a ideologia do combate às secas mantendo as condições degradantes de vida e de trabalho ao reproduzir estrutura agrária concentrada. O Estado capitalista e as ações de caráter assistencialista e “emergenciais” historicamente reproduziram espaços de acumulação do capital Carvalho (2005) e Fabrini (2003).

A manutenção histórica da concentração de terras é expressão da dominação de classe no campo razão pela qual a produção e distribuição de valores de uso e de riquezas permanecem apropriadas privadamente. Dentre as várias especificidades na formação e dinâmica do espaço do sertão no Nordeste, as contradições entre sistemas agrários difusos e relações campo-cidade desiguais. Por esta e outras questões defendemos a reforma agrária ampla, democrática e estatizante, que sob controle dos trabalhadores, poderá ser indicativo da supressão da propriedade privada da terra na construção da soberania alimentar.

Além das desigualdades é preciso levar em conta que atualmente dentre as razões econômicas para a redução do número de trabalhadores e da população do campo, estão às mudanças de ordem tecnológica na agricultura e a expansão da pecuária extensiva entre as décadas de 1940 até os dias atuais Grabois (2004, p. 90). No sertão do Nordeste apesar de semiárido relativamente habitado, o povoamento concentrou-se em algumas áreas. A água, recurso natural escasso, foi uma referencia importante para o assentamento das fazendas, vilas e povoados Andrade (1981). As águas se distribuíam ao longo dos principais cursos d'água que, figurando como caminhos naturais, garantiram o fornecimento necessário aos trabalhadores proprietários ou não Marques (1994).

Aspecto importante da formação histórica do trabalho no Brasil deve-se a que parte da força de trabalho nas regiões do Sul e Sudeste do Brasil veio com os imigrantes, contingentes de trabalhadores e camponeses oriundos do campo e das cidades européias Damiani (2002). Serviram como mão-de-obra nos cafezais de São Paulo à minoria privilegiada e dirigente do país, na

condição de trabalho de baixo custo premida no mercado de trabalho sem alternativa de ocupação Prado Jr. (1979, p. 26).

O desenvolvimento da pecuária e da criação de animais teve sua gênese nos meandros dos espaços da cana no litoral e se constituiu não somente com o fim de fornecer alimentos, mas, sobretudo força e tração animal para o maquinário do conjunto dos engenhos de cana-de-açúcar. O sertão paraibano:

[...] seria também invadido e semeado de sesmaria na segunda metade do século XVII [...] que ocuparam o alto curso do Rio Piranhas e a bacia do Rio do Peixe. A influencia paraibana penetrava os Cariris Velhos até o Boqueirão e daí se estendia a Taperoá, enquanto a baiana e paulista atingia as áreas drenadas pelo Piancó e pelo Piranhas (ANDRADE, 1980, p. 163).

No caso do campo no Nordeste a propriedade privada da terra, expressão da divisão do trabalho foi uma das contradições do capital em seu espalhamento e domínio horizontal do Litoral ao Sertão. O espaço de cultivo da cana-de-açúcar no litoral do Nordeste subordinará a formação e o desenvolvimento de outros espaços produtivos como as fazendas de criação de gado e algodão no Sertão e a produção de alimentos no Agreste Moreira e Targino (1997a); e Marques (1994). Como recorda os autores:

[...] no sentido Leste-Oeste, do Litoral em direção ao Sertão. No litoral, ela baseou-se na produção da cana-de-açúcar. A evolução da atividade canavieira teve influencia também na ocupação e no povoamento do Sertão e do Agreste. Isso porque a necessidade de especialização das terras na produção da cana determinou a separação das atividades canavieira e pecuária. Daí resultou uma divisão regional do trabalho; [...] o crescimento da procura de animais de tiro em função da expansão da atividade açucareira, o paulatino aumento do consumo de carne nos engenhos e centros urbanos em emergência e os conflitos entre criadores e lavradores foram responsáveis pela separação das atividades canavieira e pecuária (MOREIRA e TARGINO, 1997a, p. 32/67).

O processo de povoamento e ocupação no sertão seguiu e deveu-se à instalação de grandes sesmarias dirigidas por vaqueiros, agregados e posseiros que arrendavam terras nas propriedades e desenvolviam uma incipiente lavoura de subsistência nas vazantes de rios e brejos ou nos anos de invernada boa Correia de Andrade (1980, p.165). Nos anos de invernada fraca:

[...] sertanejos que na época da seca migram¹⁴ para o Brejo a fim de trabalhar na colheita da cana. Fazem para a grande ilha úmida migração igual a dos corumbas para a região da Mata, e o seu número é tanto maior, quanto mais intensa for a seca no Agreste e no Sertão (IDEM, p. 156).

O século XIX foi historicamente marcado por transformações nas relações de trabalho e de produção oriundas dos processos de regulação e acesso a terra: o instituto da “Lei de Terras” de 1850, a instalação da República e a crise do escravismo foram fatos históricos decisivos para (re) acomodar as forças sociais, econômicas e políticas. A autora observa que:

Com o colapso do regime de trabalho escravo no Brasil, [...] Toda uma política de colonização, que desembocou em núcleos coloniais particulares e oficiais, apareceu como uma forma de atrair os imigrantes, acenando-lhes com a posse da terra, que estava faltando na Europa. Era uma política de colonização, baseada na pequena propriedade, [...] A pequena propriedade reproduzia através desses núcleos de colonização, confinada nos terrenos mais desfavoráveis, seja quanto à localização ou à qualidade, [...] complemento à reprodução da grande lavoura. Era a necessidade de trabalho e a sujeição do migrante como trabalhador, que sempre apareceu como objetivo principal, mesmo que nem sempre tão transparente (DAMIANI, 2002, p. 41).

Foi importante à classe dominante manter um sistema complementar muito embora subordinando regiões e espaços com a única finalidade de acumular capital necessário à produção. Além da necessidade de acumular capital para alavancar os investimentos na indústria a preocupação das classes dominantes girava em torno da redução com os custos de manutenção da força de trabalho. De forma magistral a autora analisa parte das razões para o movimento do trabalho e do capital entre e no interior dos países centrais e periféricos:

Tanto as migrações internacionais, como a migrações internas – rural-urbana, rural-rural – comprovam o processo de expropriação (a concentração da propriedade), e de exploração, que marcam o desenvolvimento do capitalismo em países como o Brasil. [...] (IDEM).

¹⁴ O processo de migração e mobilidade no espaço será assunto retratado por nós mais adiante.

Períodos históricos de rápido florescimento econômico no Brasil amplificaram o quadro, já acentuado, de contradições essenciais/ estruturais, parte do processo de expansão ampliada do capital. A produção da crise agrária no campo com o contingente de mão-de-obra e a massa de trabalhadores migrando para as cidades foi uma questão de tempo e de lutas de organização dos trabalhadores. Desta forma, dentre as especificidades na formação e desenvolvimento da classe trabalhadora no Brasil a mobilidade social no espaço é parte de sua gênese. Como bem lembra a autora o processo de migração envolve interesses contraditórios Damiani (2002).

Duas grandes guerras mundiais somadas às diversas revoluções de origem camponesas potencializaram a organização política e ideológica do trabalho no Nordeste com as ligas camponesas e a formação de sindicatos e de trabalhadores rurais – STR e Associações. Estas formas de luta e organização exigiram do Estado capitalista a presença e intervenção na economia após a segunda grande guerra mundial. O capital industrial numa clara tentativa de fragmentação da organização da classe trabalhadora do campo e da cidade exige a institucionalização das entidades de classe e a criação do marco legal regulatório das relações de trabalho. A segunda metade do século XX, ficou marcada pela tutela do Estado junto às organizações de classe e política dos trabalhadores Thomaz Jr. (2002). No campo o Estatuto do Trabalhador Rural de 1950, e nas cidades a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT da era “Vargas” são a demonstração clara e inequívoca da presença do Estado como regulador dos conflitos e interesses de classe na sociedade brasileira.

Ainda acerca das especificidades do capitalismo na agricultura do Brasil o autor afirma a tendência que:

No caso brasileiro, o capital não tem atuado na direção da separação entre capitalista e proprietário de terra. O que ocorre é a apropriação da renda da terra pelo capital, tanto na pequena propriedade quanto na grande. Ou em outras palavras, estamos vendo que o capital “tem se apropriado diretamente de grandes propriedades ou promovido a sua formação em setores econômicos no campo em que a renda da terra é alta, como no caso da cana, da soja, da pecuária de corte. Onde a renda é baixa, como no caso dos setores de alimentos de consumo interno generalizado, [...] , o capital não se torna dono da terra, mas cria as condições para extrair o excedente econômico (MARTINS, 1979 apud OLIVEIRA, 1994, p. 8).

Não apenas o monopólio territorial e o desenvolvimento desigual entre diferentes sistemas agrários caracterizam as especificidades históricas do desenvolvimento do capitalismo na agricultura do Brasil. Além de estruturas econômicas a história política é explicada pela luta de classes e organização do trabalho.

De outra forma é conseqüente observar que o resultado das diferentes interações entre o ser social do trabalhador sertanejo com a natureza inorgânico-orgânica, é o que funda toda práxis humana. Assim é o complexo de problemas na coexistência e diferenciação dos três grandes tipos de seres (inorgânico, orgânico e social), o fundamento de todo ser social do trabalho.

O aprofundamento da divisão do trabalho no campo ao se fixar na essência do ser social fez distinguir na história, o desenvolvimento social daqueles seres inorgânico e orgânico, então presentes no sistema evolutivo da competição biológica na natureza (Lukács, 1978, p. 4). É importante destacar que ao avançar a sociabilidade do ser social ocorreu uma diferenciação evolutiva em virtude do potencial do por teleológico, ou seja, o ser social distingue-se de outros seres em virtude da capacidade consciente de planejar o resultado do processo de trabalho.

O concreto pensado, resultado dos processos metabólicos do trabalho funde no ser social uma serie dinâmica de transformações. As relações sociedade-natureza são historicamente transformadas. A gênese do trabalho permitiu uma constituição genuinamente nova do ser e de modos de ser distintos:

[...] A situação é muito diferente nas relações recíprocas do ser social com a natureza orgânica. Estas podem ser adaptadas às necessidades da existência do ser social; este último pode trazer um ambiente totalmente novo para aquela e com isso realizar modificações importantes na sua adaptação ao ambiente; basta lembrar das plantas úteis e dos animais domésticos. A diferença nos modos de reagir dos dois tipos do ser da natureza em relação ao ser social e ao seu desenvolvimento é outra prova do que resumidamente indicamos. [...] A constituição qualitativamente nova [...] origina-se dos pressupostos e conseqüências no plano ontológico dos pores teleológicos, que, começando com o trabalho, no curso do desenvolvimento determinam no interior dessa constituição, todo o modo do ser. Especialmente, toda a consideração ontológica tem de partir do fato de que só aqui, e devido ao por teleológico, surge o par opositivo sujeito/objeto tão decisivo para o ser social, em todos os sentidos, que adquire uma

importância sempre maior e mais diferenciada no ser social (LUKÁCS, 2010, p. 211).

Assim o ato potencial de pores teleológicos¹⁵ do ser social desenvolvido pelo trabalho no espaço do campo e das cidades é a novidade no estabelecimento do ser e suas relações metabólicas com a natureza. O ser social em atividade historicamente experimentou uma diversidade de externalizações e formas de trabalho constituindo vários modos de ser, inclusive a mobilidade do trabalho no espaço do sertão.

Daí que ao tentarmos apreender as metamorfoses nos mundos do trabalho nos propomos (re) colocar o espaço e a importância da luta de classes como motor explicativo no ordenamento territorial. Simultaneamente aos momentos de expropriação, subordinação, fragmentação, dominação e sujeição do trabalho pelo capital e como resultado destes processos o capital engendra contraditoriamente seu movimento de negação. Conforme o autor observa é conseqüente ter a totalidade como pressuposto observando a estrutura agrária e o movimento real dos sujeitos na estrutura social e econômica mais ampla, suas contradições políticas inclusive as possibilidades de luta de classes. Desta maneira:

Há no campo e na cidade, [...] a materialização das mais variadas combinações entre expropriação, subordinação, sujeição e dominação do trabalho pelo capital e pelo Estado. O exercício do controle social do capital e do Estado sobre o trabalho, [...] que se assenta na polemica que gira em torno das dificuldades de entendimento das sobreposições e da plasticidade rompida entre as diferentes formas de externalização do trabalho. [...] A riqueza de sentidos e as mediações são desconsideradas quando se fragmenta a compreensão do trabalho, radicada na seara da especificidade das reivindicações, e não na estrutura societária que, de fato, pode nos oferecer a compreensão já no âmbito dos significados e do pertencimento de classe (THOMAZ JR., 2004, p. 72-77).

A riqueza de sentidos que assume a externalização das formas de trabalho tem na mobilidade espacial uma das expressões da fragmentação exercida pelo capital e do controle do Estado sobre o conjunto de trabalhadores. O controle do metabolismo social exercido pelo capital sobre o

¹⁵ Todo por teleológico é uma escolha, conscientemente efetuada pelo sujeito da práxis, entre duas (ou mais) possibilidades e a conseqüente realização prática, assim determinada, da possibilidade escolhida [...] (LUKÁCS, 2010, p.212).

trabalho se concretiza produzindo violência, miséria, mobilidade permanente/temporária e pobreza. No espaço do sertão do Nordeste as áreas sob cuidado dos trabalhadores destinadas ao pastoreio de gado leiteiro transformaram-se de terras comuns conhecidas como os “espaços de solta” em espaços privatizados com a única finalidade de engordar o lucrativo plantel dos grandes proprietários privados de terra. Assim:

A pressão dos sistemas modernos sobre os sistemas camponeses [...]: a modernidade ocupa as chapadas, transforma as terras comuns em privadas, confina os camponeses nos vales, erradica a biodiversidade, base do extrativismo, fecha o espaço da “solta” do gado (CARVALHO, 2005, p. 114).

A solução da miséria no campo e os processos de reestruturação do espaço no interior das grandes propriedades capitalistas tiveram como determinantes um complexo de processos cuja consequência foi o acirramento das contradições entre capital- trabalho:

[...] A modernização da produção agrícola encontra-se diante de um enorme impasse. Ela não tem como consequência imediata a solução da pobreza e da miséria, seja na ótica econômica, social ou política que prolifera entre os pequenos produtores. Toda a gama tecnológica e organizacional da reestruturação da propriedade produtiva familiar, antes ou ainda restrita à comercialização dos excedentes, em propriedade produtiva capitalista, vem acompanhada das grandes contradições entre o capital e o trabalho, entre fornecedores da força de trabalho e detentores da produção (CARVALHO, 2005, p. 209).

As consequências são sentidas nos dias atuais com a reestruturação produtiva assumindo a dianteira nas atividades e nas mudanças e transformações em curso no campo. No limite, o desemprego estrutural reflete a crise estrutural por que passa o capital que reproduz em todos os sentidos a “barbárie social”:

[...] desde o início dos anos sessenta ligada a uma liberação excessiva de população rural. Eram milhares de pequenos camponeses que, expulsos do campo, não conseguiam encontrar trabalho produtivo nas cidades. Daí os crescentes índices de migrações, de subemprego, para não falar na mendicância, prostituição e criminalidade das metrópoles brasileiras (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 12).

Neste sentido cabe uma série de indagações: quais os limites teóricos do conhecimento geográfico na compreensão histórica do seres sociais e suas relações com os seres inorgânicos e orgânicos¹⁶? É conseqüente considerar simultaneamente os pressupostos da realização da mercadoria força de trabalho simultaneamente à sujeição da renda da terra¹⁷ enquanto momentos explicativos do trabalho frente ao capital? Que mediações concretas ainda estão por ser reproduzidas na integração do trabalho diante o sistema de controle metabólico do capital?

Será a agricultura camponesa uma fração da agricultura familiar ou ainda o agricultor familiar um camponês especializado? Quais as conseqüências políticas e ideológicas da adoção da noção de agricultura familiar no histórico esvaziamento político e social camponês? Se o conceito de camponês é um grande “guarda-chuva” capaz de abrigar uma diversidade de sujeitos históricos como pescadores, quilombolas, pequenos produtores, arrendatários, posseiros, pequenos proprietários de terra, parceiros, agregados, sitiantes, vazanteiros, ribeirinhos e indígenas Carvalho (2005), por que não considerá-los enquanto fração da classe trabalhadora do campo?

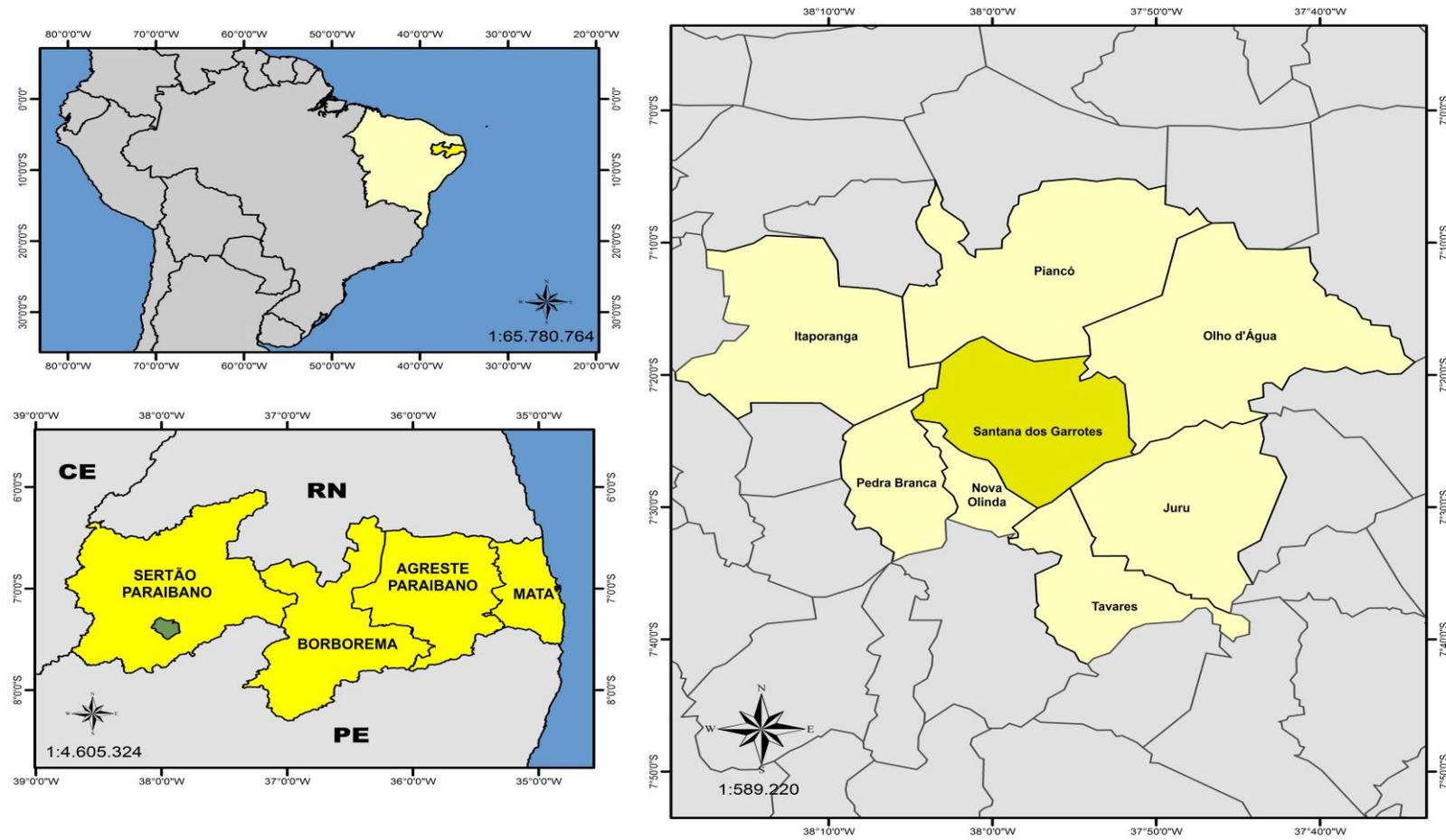
Noutra escala, as relações entre a agricultura e a indústria, o espaço do campo e das cidades, bem como as mudanças nos valores passaram por transformações que resultaram de mudanças concretas na estrutura agrária e econômica assim como na política e organização da luta de classes. Neste sentido os espaços sociais foram afetados de forma igual? Compreendemos que Não!

¹⁶ A ontologia marxiana afasta daquela de Hegel todo elemento lógico-dedutivo e, no plano da evolução histórica, todo elemento teleológico. [...] Em Marx, o ponto de partida não é dado nem pelo átomo (como nos velhos materialistas), nem pelo simples abstrato (como em Hegel). Aqui, no plano ontológico, não existe nada análogo. Todo existente deve ser sempre objetivo, ou seja, deve ser sempre parte (movente e movida) de um complexo concreto. [...] (LUKÁCS, 1978, p. 2).

¹⁷Terra para nós não se trata do planeta terra, mas do meio de produção essencial na relação do homem com a natureza na produção do espaço. O autor trata a diversidade histórica e as formas sociais esclarecendo que [...] a terra logo se apresenta como uma vasta dispensa de meios de subsistência, um imenso arsenal de instrumentos de trabalho. No intercâmbio com a terra, o homem extrai os elementos indispensáveis à satisfação de necessidades tais como comer, beber, vestir-se, abrigar-se; e meios de trabalho. “A terra é sua dispensa primitiva e é, ao mesmo tempo, o seu arsenal de instrumentos de trabalho. Oferece-lhe, por exemplo, a pedra que atira, com a qual fricciona, percute, corta etc. E a própria terra é um instrumento de trabalho, ainda que exija outra série de instrumentos e um desenvolvimento relativamente grande da força de trabalho. Tão logo o processo de trabalho se desenvolve um pouco, exige instrumentos de trabalho fabricados” (MARX, 1946, Tomo 1, p. 201) apud (IANNI, 1983, p. 5).

Nosso estudo pretende contribuir para (re) por contradições reproduzidas nos processos de trabalho, de produção e das condições de vida do conjunto de trabalhadores do campo no município de Santana dos Garrotes, Estado da Paraíba. No estudo nos apoiamos em pressupostos teóricos elaborados na geografia agrária em dialogo constante com as ciências sociais. Nos acostamos em autores como Moreira (1993), Valverde (1958, 1980, 1985), Andrade (1980, 2008), Marques (1991,1994, 2004), Grabois (1983, 2004), Oliveira (2001, 2001a, 2004, 2007, 2010), Thomaz Jr (2002, 2004, 2008, 2010, 2011), Carvalho (2005), Martins (1989, 1996) e Garcia JR (1983, 2002), dentre outros. Antes, contudo cabe localizarmos a área objeto de nosso estudo, conforme Figura 1 abaixo.

Figura 1 – Mapa de Localização do Município de Santana dos Garrotes



Fonte: SEPLAN/ Governo do Estado de Pernambuco. Organizado por Girlân Candido, 2012.

2.1 Notas Teóricas ao Ser do Trabalhador ou Por Onde Entender o Trabalho

O debate teórico acerca da formação, (re) produção e desenvolvimento das classes sociais no espaço não é recente e ocorrem nas mais diversas orientações quase sempre coexistindo, inclusive as formas de interpretação dos mundos do trabalho no campo e nas cidades. A compreensão teórica do trabalho, a partir dos seres sociais, levando em conta a complexidade e diversidade dos sujeitos históricos que vivem da venda da força de trabalho encontra limites não só quando tenta explicar o desenvolvimento do trabalho levando em conta apenas a relação clássica de exploração direta entre o trabalho assalariado e o capital realizado nos espaços de “chão de fábrica” e ainda quando levam em conta apenas determinações de única ordem: econômica ou política. As formas que assumem na atualidade as relações de trabalho e de produção no campo têm nas usinas de álcool e açúcar, bem como nas agroindústrias espaços privilegiados para a reprodução da subordinação entre diferentes regiões, sistemas agrários e classes sociais.

As evidências históricas da gênese e evolução do trabalho no campo no Brasil demonstram que o avanço do capitalismo na agricultura, ao produzir intensas transformações, fragmenta e dá novos sentidos ao movimento de (des) realização dos trabalhadores (THOMAZ JR., 2002).

A razão em se considerar à categoria do trabalho para estudar o espaço, enquanto momento explicativo dos novos sentidos do trabalho, é que o “salto ontológico” observado na atividade produtiva humana representada pela capacidade e potencial de diferentes “pores teleológicos” encontra-se inelutavelmente ligado à natureza inorgânica e orgânica, ou seja, a relação metabólica sociedade-natureza (LUKÁCS, 1978) e (FOSTER, 2005).

Assim a humanização da natureza do homem em seu processo de socialização não pode prescindir das esferas inorgânica e orgânica. Os processos de adaptação e reprodução explicativos dos seres orgânicos, apesar de importantes, não dão conta de explicar, na continuidade histórica, as evoluções posteriores dos seres. Segundo o autor:

A possibilidade de um autêntico desenvolvimento aparece, como sabemos, somente em e devido aos pores teleológicos já conscientes, que trazem consigo (em parte) o trabalho e suas fases iniciais [...] (LUKÁCS, 2010, p. 181).

A emergência da categoria trabalho, entendida essencialmente enquanto produtora de espaço assumiu historicamente com o desenvolvimento da atividade humana consciente um complexo de formas. Uma destas formas foi o desenvolvimento de sistemas agrícolas e de produção ora em cooperação ora em conflito aberto como na reprodução de diferentes sistemas agrários no sertão do estado da Paraíba.

Quanto aos conteúdos históricos as relações sociais, de trabalho e de produção vão se tornando mais complexas em virtude da coexistência de relações não tipicamente capitalistas com aquela capitalista. Processos de trabalho são permeados por subjetividades, valores e significados (THOMAZ JR., 2002). Esta diversidade de relações expressa à variedade de sujeitos, formas de pertencimento e identidades sociais e de classe com conteúdos históricos e espaciais distintos: posseiros, meeiros, foreiros, arrendatários, pescadores, indígenas, quilombolas, assentados, sitiantes, moradores, pequenos proprietários e informais.

O mundo do trabalho, sua organização e luta sob a ordem metabólica do capital vem sofrendo os efeitos simultâneos da centralização/concentração, superexploração, precarização e desterritorialização das condições de vida e de trabalho que a reestruturação produtiva do capital reproduz. A fragmentação na organização política dos trabalhadores combinada a precarização das relações de trabalho no campo e nas cidades são expressões das transformações que a reestruturação introduziu. Simultaneamente aos processos de acumulação ampliada e primitiva o movimento de reprodução ampliada de capital reproduz expropriação, exploração e desterritorialização enquanto, momentos de (des) realização dos trabalhadores Thomaz Jr (Idem).

O mesmo capital que criou historicamente as condições para a unidade entre capitalistas e proprietários de terra com base na concentração espacial e centralização de capital na agricultura com a indústria, exemplo maior as usinas de álcool combustível e as paisagens horizontais das grandes propriedades de terra das agroindústrias da carne e pecuária, nega este

movimento através da reestruturação produtiva a partir da segunda metade do século XX. Varias são as divergências no entendimento acerca do avanço do capitalismo na agricultura assim como a reprodução da situação de classe com o advento da questão e da crise agrária.

De outra maneira a corrente de interpretação do trabalho camponês no capitalismo foi a dos marxistas ortodoxos que a partir da produção teórica e metodológica baseada nos interesses de classe do proletariado alcançaria o socialismo, construindo teorias de interpretação gerais da natureza e da sociedade. Dentre alguns equívocos cometidos por (KAUTSKY, 1981), está a interpretação de que haveria na obra de (MARX; ENGELS, 1981), a formulação da teoria geral da evolução numa visão do materialismo histórico, mecânica e linear do desenvolvimento do mundo (Idem).

Alguns traços teóricos caracterizaram a realidade segundo os críticos da ortodoxia marxista tais como: a incompreensão e generalização das apreciações realizadas na obra de Marx, o desconhecimento do método de interpretação da realidade analisada assim como a ausência de categorias filosóficas essenciais: movimento, contradição e totalidade (GUZMÁN; MOLINA, 2005) e (LUKÁCS, 2010).

Com a expansão e o desenvolvimento do capitalismo na agricultura o paradigma da transformação do trabalhador camponês foi hegemônico em virtude da relevância que o mercado, as trocas e o consumo adquiriram. No Brasil a defesa teórica do fim do campesinato, na metade final do século XX em diante, reforçou o paradigma de sua extinção com a metamorfose do trabalhador camponês em agricultores escamoteando ideologicamente a luta e os processos históricos de resistência além de esvaziar a identidade e o sentido de pertencimento de classe dos sujeitos históricos. Esse quadro político mais amplo evidenciou a:

[...] transformação do sujeito camponês em sujeito agricultor familiar sugere também uma mudança ideológica. O camponês metamorfoseado em agricultor familiar perde a sua história de resistência, fruto da sua pertinácia, e se torna um sujeito conformado com o processo de diferenciação que passa a ser um processo natural do capitalismo (CARVALHO, 2005, p. 25).

Assim a condição e o desenvolvimento da sociabilidade do ser social apontavam para o acirramento das possibilidades e diferenciações das

formações sociais em ritmo acelerado na hegemonia exercida em conjunto pela classe dominante e o aparato ideológico do Estado. Para um grupo de intelectuais a tendência do trabalhador camponês foi transformar-se em burguês rural ou operário da fábrica, numa idealização da realidade (KAUTSKY, 1981). A falta de compreensão da obra total de Marx desconsiderou, dentre outras questões, as análises feitas por este autor do papel do trabalhador rural e do camponês no processo histórico.

Uma segunda corrente de interpretação do trabalho e da agricultura no capitalismo não exclui a possibilidade de manutenção do camponês e compreende que esta fração de classe é fruto das contradições e desigualdades do processo de reprodução ampliada do capital (MARTINS, 1989) e (OLIVEIRA, 2001). Para estes a sujeição do trabalhador do campo é dupla e se concretiza no momento da circulação das mercadorias, na aquisição de instrumentos e meios de trabalho ou ainda na esfera financeira dos empréstimos bancários diferentemente da subordinação direta que há entre o capital-trabalho reproduzido no espaço da fábrica.

Em países periféricos como o Brasil, ex-colônia, o antagonismo clássico de classes oriundo da relação capital-trabalho não dá conta de explicar parte das especificidades que a dinâmica sócio-espacial e a totalidade do trabalho assumiram. Não pretendemos com isso desconsiderar a centralidade ontológica do trabalho na compreensão das contradições que move a sociedade, apesar das condições distintas em que encontra o emprego e a ocupação em progresso nos mundos do trabalho (THOMAZ JR., 2002).

Simultaneamente ao avanço do capital abre-se, no movimento contraditório dos trabalhadores, brechas e espaços sociais de luta política e de organização do trabalho. Dentre as especificidades históricas vividas pelo conjunto de trabalhadores no campo do Brasil estão às lutas estratégicas e de conquista dos espaços produtivos:

[...] a história do campesinato no Brasil pode ser definida como o registro das lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade. Interessa, portanto, saber, que condições ele encontra – [...], até o presente, o amplo leque das estratégias adotadas: refiro-me às lutas por um espaço produtivo, pela constituição do patrimônio familiar e pela estruturação do estabelecimento como um espaço de trabalho familiar (CARVALHO, 2005, p. 36).

O campo no século XX experimentou novos processos de (re) valorização das terras agora negociadas no interior da lógica do mercado com a regularização dos limites das fazendas de gado provocando mudanças não somente no modo de vida camponês sertanejo, mas, sobretudo nas possibilidades de sociabilidade entre os diferentes seres sociais. Tensões, conflitos e divergências sociais expressam contradições na concretização da formação social “sertaneja”. Forças políticas em luta numa estrutura agrária profundamente desigual e concentrada que já:

[...] não é mais reproduzido nos mesmos moldes. Há um desajuste causado pela imposição, não raro através da violência, de novas práticas (a extorsão econômica, expulsão do agregado, e divisão das terras de uso comum) que violam normas costumeiras. Ocorre uma marcada estratificação social no contexto da fazenda. [...] O acúmulo de tensões sociais decorrentes de tais desajustes resultou em surtos de banditismo rural e movimentos milenaristas (MARQUES, 1994, p. 48).

No Nordeste do Brasil as regiões produtoras de cana-de-açúcar com o progresso e as mudanças tecnológicas no parque industrial, a ampliação da capacidade produtiva e de rendimento das usinas reproduziram profundas alterações nos sistemas agrícolas, ainda na década de 60. Segundo os autores o avanço das usinas de açúcar e a expansão dos canaviais afetaram profundamente as relações de produção e de trabalho inclusive na área pecuária do Agreste:

Esse período de concentração de terras e de modernização tecnológica é também marcado, diante das necessidades de ampliação dos canaviais, por alterações significativas nas relações de produção. Neste momento de quebra do quadro tradicional de ocupação, a usina começa a expulsar das terras de seus engenhos os numerosos moradores, piorando-lhes sensivelmente as condições de vida e gerando sérios conflitos. Os assalariados são cada vez menos “foreiros” e “condiceiros”, transformando-se em “bóias-frias”. A tentativa de regulamentação dessas relações, estabelecida depois de 64 no Estatuto da Terra, que reconhece uma série de direitos dos trabalhadores, acentua fortemente o fenômeno da expulsão (GRABOIS, SILVA, MACIEL, 1992, p.140).

O caráter extensivo que assumiu a dinâmica da produção do espaço do sertão estruturou-se baseado na sujeição entre sistemas agrícolas e regimes agrários cujas mudanças requeridas no processo de ocupação da terra e do espaço pelos sujeitos sociais conformou um sistema de minifúndios limitados

por grandes fazendas de gado. A forma que assume os sistemas agrícolas combina consorciamento, associações roça-criação, técnicas agrícolas e agrárias em constante transformação requeridas pelas novas exigências do sistema geral de acumulação de capital. Como observa os autores:

Este sistema agrícola é caracterizado pelo pequeno investimento de capital, pelo emprego de mão-de-obra pouco numerosa em relação à área cultivada, pelo uso de instrumentos rudimentares – sendo o mais aprimorado o cultivador de tração animal – e pelos baixos rendimentos por hectare. É um sistema extensivo no qual, paradoxalmente, a rotação de terras está cada vez menos presente. Tal fato, porém, não se deve a qualquer progresso técnico, mas sim a limites impostos por uma estrutura fundiária que, concentradora de terra, gera como contrapartida uma quantidade enorme de pequenas propriedades.

A estrutura fundiária interfere, assim, decisivamente no sistema agrícola, provocando modificações que poderão trazer problemas econômicos e ecológicos pela redução de tempo de pousio por falta de espaço, no caso das pequenas propriedades [...] (GRABOIS, MARQUES, SILVA, 1991, p. 88).

Somados ao quadro de concentração fundiária e crise econômica estrutural a instalação de novos arranjos produtivos produz a racionalidade requerida no advento da reestruturação produtiva do capital e do espaço. Este movimento do capital articulado ao Estado possibilitou que as transformações econômicas reforcem o controle sócio-metabólico do trabalho ao racionalizar e introduzir possibilidades de rendimentos e maior produtividade agrícolas. Neste processo somou-se dentre as contradições oriundas da dialética dos espaços da cidade e do campo o acirramento das divergências e dos conflitos entre as classes e no interior dessas.

Na crise é chamado a mediar às relações sociais, de produção e de trabalho o agente representante dos interesses da classe dominante: o Estado. É importante frisar a respeito da crise e seus efeitos no sertão do Nordeste que coincidências entre secas e pobreza não encontram seus fundamentos no determinismo ambiental e da natureza, mas na estrutura agrária, social e econômica desigual:

[...] entre a grande seca e a grande crise tem levado numerosas pessoas a creditar que o desequilíbrio econômico é conjuntural [...]. Esta crença porém não tem nenhum fundamento, de vez que em numerosas regiões do mundo dominam climas adversos, obrigando o homem a regularizar sua ação produtiva, levando em conta as características dos mesmos; a crise que atinge o Nordeste de forma intensa, se deve a um sistema econômico alienado que impede o

desenvolvimento real, com implicações não apenas econômicas, mas também sociais e ecológicas sobre a região (ANDRADE, 1985, p.33).

Na história moderna o controle das forças sociais e econômicas é mediação do Estado, agente regulador de conflitos abertos no mundo do trabalho. Sua força no espaço do campo na transição entre diferentes períodos no Brasil foi observada ao legalizar a aquisição de terras simultaneamente ao fechamento das possibilidades de compra de terras pelo conjunto de trabalhadores, desprovidos de riqueza. Este processo induziu trabalhadores do campo a vender a única mercadoria disponível: sua força de trabalho. Assim:

A lei de terras, principalmente as que trata de terras indígenas, devolutas, públicas, de colonização oficial e particular, definem estabelecimentos e imóveis rurais, classificam os trabalhadores do campo, todas assinalam aspectos importantes das pendências e conflitos agrários. Indicam a maneira pela qual o poder estatal tem sido levado a acomodar, ou favorecer e contrariar, interesses das mais diversas categorias sociais envolvidas na luta pela posse e uso da terra índios, ex-escravos, camaradas, imigrantes, moradores, colonos, agregados, assalariados, sitiante, posseiros, *parceiros*, *meeiros*, *arrendatários*¹⁸, grileiros, latifundiários, *fazendeiros*, empresários. A lei de 1850 foi um marco na história da terra. [...] Ao mesmo tempo em que favorecia a monopolização da propriedade da terra por fazendeiros e latifundiários, induzia os trabalhadores rurais a venderem a sua força de trabalho nas plantações de café, *criações de gado* e outras atividades [...]. (MARQUES, 1994, p. 6).

Mais atualmente o Estado exerce sobre os trabalhadores o controle de diferentes maneiras. Observamos não somente quando socorre o capital e suas variadas formas nos momentos de crise econômica aguda, mas, sobretudo ao mediar relações de trabalho e de conflito capital-trabalho. O controle burocrático é plenamente exercido sobre as entidades de classe tais como sindicatos de trabalhadores rurais, nas ações sociais de caráter individual e coletivas, bem como na regulação de associações e cooperativas de trabalhadores (THOMAZ JR., 2002).

As ações de modernização agrícola e progresso na reprodução do rebanho bovino comandados pelo Estado não escapam do domínio do capital agroindustrial e no sertão do Nordeste juntamente com uma estrutura que

¹⁸Grifo nosso para os sujeitos que juntamente com os pequenos proprietários de terra predomina no município estudado.

sujeita diferentes espaços agrários estão no centro dos processos de migração e mobilidade espaciais como analisa o autor:

O processo de pecuarização, em rápido avanço, que da mesma forma que a política alcooleira e açucareira, vem criando sérios problemas sociais. Através deste processo, o proprietário da terra e criador passa a cultivar áreas com gramíneas e/ou leguminosas resistentes à seca e a acumular alimentos na estação chuvosa para o consumo no estio, sobretudo em silos-trincheiras. Com estas medidas, executadas geralmente graças à empréstimos de bancos oficiais e a juros baixos, o pecuarista liberta-se da necessidade de fornecer terras aos agricultores sem terra, para que cultivem milho, feijão e algodão em associação e que, após a colheita, liberem a terra, o antigo “roçado”, para que o gado se alimente com restolho destas plantas. Ora, ocorre que estes agricultores perderam a possibilidade de cultivar a terra, por deixarem as mesmas de ser arrendadas a eles, e, tiveram que migrar para as áreas novas, mas já apropriadas – Sul do Piauí, oeste do Maranhão e Bahia -, onde vão trabalhar como assalariados ou como moradores dos grandes fazendeiros que se apossaram de vastas áreas, através da compra ou da grilagem. [...] Na região semiárida, pode-se observar a mesma tendência à conservação das estruturas sociais existentes, através de programas governamentais com projetos de empréstimos para construção de cercados, de poços, de açudes, de currais e de casas de fazendas a proprietários que tenham de 20 a 500 hectares. [...] (ANDRADE, 1985, p. 35).

O estudo recente no sertão paraibano a autora realiza a descrição do Sítio Ribeira e destaca a mobilidade espacial do conjunto de trabalhadores, mediada pelo projeto do alho, um fato importante. Estes recorrem à estratégia do deslocamento temporário no espaço para garantir a reprodução social nas terras de trabalho mesmo que sob sujeição de frações de sua renda e do excedente ao capital:

Grande parte dos produtores de Curral foram excluídos do “projeto do alho” por não apresentarem terra com frente para o rio. É de Curral que saem periodicamente levas de migrantes em direção ao Rio de Janeiro. Eles retornam para o plantio do alho e partem novamente caso os resultados obtidos na safra sejam negativos (MARQUES, 1994, p. 98).

A reprodução de cercas, muitas das quais subsidiadas pelo Estado, impedem o acesso livre por parte dos pequenos produtores já que seus sítios e lotes não são conformados de frente para o rio. No limite a exiguidade na posse da terra determina os limites no desenvolvimento da cultura principal, ou seja, aquela produtora de parte da renda o que inviabiliza outras atividades.

Os momentos históricos de realização do trabalho pelo homem impuseram ao trabalhador do campo, muito antes que aquele da cidade, uma infinidade de especificidades: especialidades e divisões desde a divisão campo-cidade, passando pela divisão familiar do trabalho até especializações de caráter territorial. Vale lembrar que o desenvolvimento da sociabilidade do trabalho com base na divisão do trabalho tornou-se autônomo em relação à atividade humana e passou de condição à determinante nos processos de trabalho e de produção:

De modo tão marcante como o trabalho, [...] esse planejamento mental que antecede o trabalho tenha sido no início apenas coleta e aplicação de experiências, assim como que – no curso do aperfeiçoamento do processo laborativo – esse pensar que precede ao próprio pôr, essa elaboração mental de pôr fins e meios de realização, teve de se generalizar e, com o desenvolvimento da divisão do trabalho, também teve que se autonomizar (LUKÁCS, 2010, p. 236).

Assim o avanço do capitalismo na agricultura e das forças produtivas historicamente mediadas pelo assalariamento teve na divisão do trabalho os processos necessários de integração do trabalho no mercado (re) criando novas categorias de sujeitos e acentuando as contradições entre diferentes espaços e entre o campo e as cidades. No campo as contradições são reproduzidas a partir da sujeição do valor de uso ao valor de troca no processo de valorização do valor, da atividade agrícola à indústria e mesmo dos valores do campo às cidades. A fragmentação do trabalho sob domínio do capital realiza-se quando a divisão social do trabalho impõe ao conjunto de trabalhadores do campo nova e diversas ocupações entre os trabalhadores tais como: cambiteiro, cortador de cana, botador, tombadores, maquinista e o mestre-de-açúcar. Soma-se ao vaqueiro clássico corredor de gado:

[...] alguns empregados percebendo salários em dinheiro, dentre os quais se destacam os carreiros. Sua importância decorre do uso do tradicional carro-de-bois, que vai diminuindo de ano para ano com a abertura de novas estradas e o aumento do número de caminhões. Na realidade, tem sido o caminhão, nessas duas últimas décadas, o grande conquistador do Sertão, o veículo que vem quebrando estruturas seculares [...].

Os tangerinos ou tangedores também constituem uma outra profissão em vias de desaparecimento, estando o seu campo de ação limitado aos sertões mais distantes, devido à concorrência do caminhão que transporta o gado às cidades mais afastadas. [...] na realidade passam a vida a varar os sertões, percebendo salários. [...]

Quando na fazenda existem áreas de melhores solos, [...] desenvolve-se a agricultura de algodão mocó [...]. Muitas vezes os proprietários fazem por sua conta grandes roçados deste tipo, contratando para isto assalariados (ANDRADE, 1980, p. 185).

Os espaços de maior mercantilização do trabalho avançam e o aparato do Estado institucionaliza no campo formas de cooperativas de produção, de consumo de leite e empresas agroindustriais. Estas ao lançarem excedentes econômicos no mercado realizam através da extração de mais-trabalho¹⁹ do trabalhador.

Os espaços do campo são soldados aos da cidade repercutindo nos mundos do trabalho. Estes tornam-se um complexo de sistemas em interação integrados numa diversidade de possibilidades. O trabalhador migrante sertanejo se desloca para o corte de cana-de-açúcar no interior do Estado de São Paulo com certa frequência, o que amplia o lucro do capital usineiro e aprofunda a propriedade privada capitalista da terra. Como recorda o autor,

[...] Devido à ampliação qualitativa do campo de atividades humanas (a agricultura, pecuária, e etc. em comparação com o período de coleta), devido ao desenvolvimento extensivo e intensivo da divisão do trabalho, devido à diferenciação dos problemas internos das sociedades (surgimento de classes), e às atividades que por conseqüência aumentam quantitativamente e que se diferenciam fortemente etc., esse âmbito de possibilidades se amplia de forma constante e necessária, tanto quantitativamente como qualitativamente, em cada membro singular da sociedade e na totalidade de sua cooperação (LUKÁCS, 2010, p. 221).

As relações campo-cidade se intensificam, as trocas desiguais de mercadorias, trabalho e capital renovam as contradições. Os sujeitos históricos do trabalho, devido às diferenças e desigualdades de modos de vida e de ser, desenvolve a práxis em toda sua plenitude, produto do antagonismo de classe que resulta da consciência. Os sujeitos históricos na luta política combatem os processos de fragmentação, desrealização e desterritorialização. Dentre os limites teóricos, em função da dinâmica complexa que assumiu a sociabilidade e o trabalho, o autor sugere que é preciso apreender relações que:

[...] não está sendo possível compreender a totalidade viva do trabalho, pois ao mesmo tempo em que está sendo refeita, com mais

¹⁹ A noção de mais-trabalho é concebida como o resultado processual de componentes estreitamente ligados, mas heterogêneos em si, no interior de um complexo social [...] Lukács (2010, p.194).

ou menos intensidade aqui e ali não somos capazes de considerar [...] uma rica trama de relações, de fragmentações, de valores, de significados e de subjetividades (THOMAZ Jr. 2011, p. 131).

Os processos concretos de reestruturação produtiva no espaço do campo são estruturais para o avanço da modernização das atividades e da produção. Na agricultura dentre os efeitos que a desregulamentação do Estado e a financeirização da economia produziram no mercado de trabalho está a fragmentação política e ideológica dos trabalhadores. Assim:

Esta-se diante, pois, dos rearranjos da ordem metabólica do capital em nível mundial que adota formas e procedimentos derivados/ combinados [...] bem como outras formas de organização do processo de trabalho que impactam diretamente na diminuição do operariado industrial tradicional, na expropriação de milhões de camponeses, no aumento crescente da legião de desempregados, na profunda redefinição do mercado de trabalho. [...] o capital em nível internacional se propõem: a) sufocar a resistência dos camponeses, das comunidades nativas, indígenas, pescadores, atingidos por barragens, operários urbanos e rurais, desempregados, subempregados, para implementar a expropriação e sujeição dos camponeses, sendo que ao recriá-lo subordina-os com mais intensidade [...] (IDEM, p. 136).

As conseqüências são a intensificação da territorialização do capital e a renovação dos processos de mobilidade espacial do trabalho. Estes renovam o quadro de contradições capital-trabalho mediado pelo Estado capitalista:

Os rearranjos e as formatações desencadeadas pelo capital agroindustrial canavieiro, nos últimos anos, decorrem das inúmeras estratégias adotadas por essas personificações do capital. O processo de reestruturação produtiva, as fusões, as aquisições de empresas e/ou ações de empresas por vários grupos do setor são exemplos significativos para apreendermos tal processo, na atualidade. Estamos acompanhando não somente um processo de territorialização de novas unidades, mas também de desterritorialização de algumas unidades e, sobretudo, de capital, de um estado para outro ou de uma região do país para outra, gerando, nos locais a que se destinam as unidades fabris e o capital, um processo de (re) territorialização. [...] a conjuntura política e econômica voltada para a abertura do mercado de etanol contribui igualmente para a emergência de novas (re) configurações geográficas e espaciais, não apenas no âmbito do capital, mas também no do trabalho, tendo como grande aliado o Estado (OLIVEIRA, 2007a, p. 54).

A intervenção do Estado capitalista nos momentos históricos de crise do capital amplia junto à classe trabalhadora a questão da mobilidade no espaço. Na agricultura a regulação exercida pelo Estado perpassa o uso e manutenção

do poder de classe ao garantir o direito de propriedade privada inclusive sobre a mercadoria força de trabalho. Como recorda o autor:

[...] o mesmo tipo de regulação estatal da oferta e do crédito de dinheiro. Do mesmo modo, se a margem de lucro precisa ser equalizada, então tanto o capital quanto o trabalho devem ter grande mobilidade, o que significa que o Estado deve ser empenhar, quando necessário, em remover as barreiras em favor da mobilidade. Em geral, o Estado e, em particular, o sistema legal possuem um papel crucial a desempenhar a sustentação e na garantia da estabilidade desses relacionamentos básicos. A garantia do direito da propriedade privada dos meios de produção e da força de trabalho, [...] a eliminação de barreiras para a mobilidade do capital e do trabalho [...] estão todos dentro do campo de ação do Estado [...] (HARVEY, 2005. p.84).

Se estivermos corretos ao considerar a centralidade ontológica do trabalho na compreensão das transformações por que passa o espaço do sertão no Nordeste, o movimento de mobilidade social do trabalho exige a apreensão de uma diversidade de escalas e momentos distintos e complexos de (des) realizações do trabalho, inclusive os processos de territorialização. Neste sentido além das estratégias de controle e intervenção do Estado capitalista na economia importou-nos levar em conta as possibilidades de organização e resistência dos trabalhadores do campo na forma de associações de produtores rurais, sua dinâmica e os desdobramentos na formação do território. Tentaremos realizar esta empreitada mais adiante na parte 4, já que nos propomos entender, no próximo item, a história recente da política desenvolvimentista e as conseqüências para o conjunto de trabalhadores do campo e das cidades.

2.2 Crise e Estado Capitalista na Mobilidade Sócio-espacial do Trabalho

Há consensos entre autores e sobram divergências acerca da responsabilidade do Estado capitalista frente ao desenvolvimento social. Este assumiu na história a mediação reguladora dos interesses e conflitos entre as classes e os grupos sociais. Dentre as divergências a questão da relação distinta dos governos com as diferentes classes sociais e instituições. Noções como neutralidade, universalidade e legalidade são utilizadas pelos agentes dos governos em ações e projetos no interior de instituições e no exercício do

poder, escamoteando o controle que o Estado capitalista exerce sobre a classe trabalhadora.

Dentre os consensos estão às contradições em que se move o Estado. Como recorda o autor em países centrais e desenvolvidos mais fortemente:

[...] Em numerosas ocasiões, e em todos os países capitalistas, os governos desempenharam um papel decisivo na repressão às greves, muitas vezes recorrendo ao poder coercitivo do Estado e ao uso da violência crua. [...] a intervenção do Estado nas negociações se verifica a sombra de sua conhecida e propalada propensão a invocar seus poderes de coerção, contra uma das partes em luta e não a outra, quando falham os mecanismos de conciliação. Tais mecanismos constituem realmente um elemento adicional de freio às organizações trabalhistas e servem também ao objetivo de dividir ainda mais as fileiras sindicais. [...] a noção de neutralidade, muitas vezes associada a ela, é na realidade altamente enganadora, pois basta um movimento de reflexão para se verificar que isso é absurdo: pessoas que estão profundamente submersas nos assuntos públicos [...], como tais pessoas indubitavelmente estão, não estarão provavelmente livres de determinadas tendências ideológicas, por menos consciência que tenham de tal fato. [...] (MILIBAND, 1982, p. 102-148).

Da origem e da contradição na sua gênese o autor considera o Estado capitalista um instrumento de dominação de classe, pois se organiza para sustentar a relação básica entre capital e trabalho Harvey (2005, p. 84). Desta forma o planejamento nacional, em virtude da atual estrutura de poder, ao estabelecer objetivos reforça àquela contradição essencial indivíduo-comunidade já que inseridos na divisão do trabalho:

[...] “justiça social” e “conservação” sendo gradualmente convertidos em objetivos de eficiência e racionalidade do mercado, com um toque de muito socialismo para os ricos, auxílio financeiro para empresas e instituições financeiras pouco sólidas etc. [...] o Estado é “uma forma independente”, que surge da “contradição entre o interesse do indivíduo e o da comunidade”. Essa contradição “sempre se baseia” na estrutura social e, em particular, “nas classes, já determinadas pela divisão do trabalho [...] e pela qual uma classe domina todas as outras” (IDEM, p. 79).

Em discordância aberta com autores que defendem a possibilidade de um “capitalismo popular”, promotor de igualdade e cidadania o autor destaca a continuidade da existência de uma classe relativamente pequena de pessoas que possuem grandes parcelas de propriedade sob uma ou outra forma e que recebem também enormes rendas, derivadas geralmente, no todo ou em parte, da posse ou do controle dessa propriedade Miliband (1982, p. 40).

No sertão do Nordeste a ação do Estado demonstrou que o combate as secas não ultrapassaria o caráter assistencialista e imediato da política:

[...] Daí haver o governo federal, em diferentes períodos, criado instituições que se dedicam a combater os efeitos de seca, como o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), inicialmente chamado de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), que desenvolveu uma grande atividade, construindo açudes, reservatórios, poços artesianos, estradas, etc. visando a assistir a população da região. Posteriormente, foi criado o Banco do Nordeste (BNB) com a finalidade de fornecer crédito às atividades produtivas no chamado “Polígono das Secas” e em 1959, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, que tentaria promover o desenvolvimento de uma área de mais de um milhão e meio de quilômetros quadrados [...] Na resolução dos problemas sociais o estado está preocupado em ampliar a produtividade e a rentabilidade econômica (ANDRADE, 1981, p. 56-60).

Ideologicamente o Estado capitalista para assegurar a dominação de classe engendra ações e táticas autônomas e de caráter universais, escamoteando as contradições em seu interior:

[...] A primeira estratégia, encarregada de expressar a vontade do domínio e as instituições pelas quais essa vontade se manifesta, deve parecer independente e autônoma em seu funcionamento. [...] a segunda estratégia para solucionar a contradição se baseia na conexão entre ideologia e Estado. Especificamente, os interesses de classe são capazes de ser transformados num “interesse geral ilusório”, pois a classe dirigente pode, com sucesso, universalizar suas idéias como “idéias dominantes” [...] (HARVEY, 2005, p. 81).

Assim o discurso utilizado pelos agentes públicos é o da vontade geral e universal tornando os interesses da classe dirigente, interesses comungados por toda a sociedade civil. A contradição público-privado, ineliminável na ação política dos administradores e gestores, tem no campo espaço privilegiado de ação. A constituição indivíduo-comunidade, razão de ser do Estado moderno, expressa parte das contradições entre o público e o privado. Repousa o Estado capitalista na escravidão da sociedade civil:

O Estado não pode eliminar a contradição entre a função e a boa vontade da administração, de um lado, e os seus meios e possibilidades, de outro, sem eliminar a si mesmo, uma vez que repousa sobre essa contradição. Ele repousa sobre a contradição entre vida pública e privada, [...] essa dilaceração, essa infâmia, essa escravidão da sociedade civil é o fundamento natural em que se apóia o Estado moderno, [...] (MARX, 2010, p. 61).

Na origem histórica do Estado a reprodução da miséria, o que explica parte da pobreza na Europa. Marx ao estudar o Estado moderno realizou uma inversão, ou seja, demonstrou está no estudo da economia parte das explicações do quadro mais amplo de miséria entre os trabalhadores e que os partidos políticos em oposição aos governos tentaram explicar equivocadamente. Assim na superfície da questão social o Estado reproduz contradições devido às “falhas administrativas”:

Na medida em que a burguesia inglesa admite que o pauperismo é uma responsabilidade da política [...] nenhum dos partidos encontra a causa na política em geral; ao contrário, cada um deles a encontra na política do partido adversário; porém, ambos os partidos sequer sonham com uma reforma da sociedade. [...] Antes de mais nada, o assustador aumento do pauperismo é atribuído a uma “falha de administração” (MARX, 2010, p. 52).

Na segunda metade do século XX a ação do Estado no Brasil ao viabilizar a modernização pecuária no Nordeste assumiu historicamente a forma de programas de racionalização econômica e maior produtividade e rendimentos agrícola. A crise estrutural do capital e a emergência do Estado para salvaguardar setores produtivos inteiros são constantemente resgatado no discurso do combate às secas, parte dos projetos e planos de mitigação da pobreza. Ao desconsiderar a desigual estrutura agrária, econômica e social entre e no interior das regiões a ação do Estado naturalizou as questões agrária e social Andrade (1981; 1985).

Dentre as condições para funcionamento do aparato ideológico do Estado capitalista a emergência em fazer o trabalhador assumir como suas, subjetividades e ideais tais como: individualidade, autonomia, poder de decisão, capacidade de improviso e sentimento de independência. Assim constituído, o trabalhador vaqueiro do sertão tornou-se sujeito desconfiado Marques (1994, p. 45).

A evolução da ocupação extensiva, da modernização da pecuária e da organização do espaço do sertão da Paraíba reproduziu mudanças no modo de vida do trabalhador camponês e nas relações de trabalho e de produção em vigor no espaço do campo. Segundo a autora a partir da segunda metade do século XX há:

Uma maior tendência à certa homogeneização cultural a nível nacional ao mesmo tempo em que diferentes modos de vida são recriados local e regionalmente. O movimento de homogeneização é o mesmo que recria a sua negação, a diversidade (MARQUES, 1994, p. 50).

Enquanto resultado da expansão da pecuária e da paulatina concentração fundiária parte das migrações²⁰ sazonais e definitivas de trabalhadores para pontas de ruas, entre o espaço rural-urbano e pendulares são explicadas por uma complexa trama de processos simultâneos de desterritorialização e (re)territorialização do trabalho sob domínio do capital. Novamente as contradições se renovam no espaço:

A migração rural-urbana tem sido explicada como resultado de mudanças tecnológicas da produção agrícola e industrial, e de simultâneas transformações nas relações de produção,. [...] embora se saiba que este tipo de processo migratório há muito está esgotado, o fenômeno da migração, como expulsão de trabalhadores de uma determinada estrutura produtiva, permanece até os dias de hoje com características as mais diversas [...] (MELO MARIN, 1985, p. 197).

No Nordeste o Estado capitalista somente vai intervir de forma mais intensa com a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Região Nordeste – SUDENE, na década de 1970. Ações de barreamento de água, construção de cisternas, perfuração de poços, construção de açudes públicos e privados abriram as vias para que o aparato ideológico do Estado e do Capital fosse assumido pelo conjunto de trabalhadores Marques (1994). Somados a estas ações o incentivo à constituição de cooperativas de produção, consumo e serviços agrícolas, o crédito associado a uma rede de assistência técnica e extensão rural. O aproveitamento energético e hídrico, resultado dos investimentos maciços na industrialização e na urbanização do Brasil, exigiu do Estado uma política de construção de grandes barragens para uso energético, produtivo e de consumo de água no sertão. Na atualidade a transposição de parte das águas do Rio São Francisco através de dois canais para o Estado da Paraíba é a expressão maior das ações estruturantes em andamento no

²⁰ Definimos migrações permanentes e episódicas, as transferências autoritárias da população – como a migração de refugiados, o comércio de escravos, etc. – e as migrações espontâneas (aparentemente espontâneas). Delineiam-se motivos políticos e econômicos conjunturais ou causas econômicas mais estruturais (DAMIANI, 2002, p. 62).

Nordeste, sob o discurso de “segurança hídrica” para a população pobre do semiárido nordestino. O que se observa historicamente é que:

[...] os maiores beneficiários da construção dessas represas tem sido as populações urbanas que vivem a centenas de quilômetros da área, as empresas industriais e, mais recentemente, os grandes proprietários que fazem agricultura irrigada. As populações ribeirinhas são desalojadas [...], proletarizadas e marginalizadas. [...] O estado, naturalmente, se beneficia do crescimento da produção [...] e do crescimento dos impostos. [...]

Os agricultores que antes cultivavam a terra [...] perderam até esta oportunidade de ser explorados, mas de conseguir (receber) o mínimo para a reprodução de força de trabalho, sendo obrigado a viver de migrar para os centros urbanos de maior importância ou para áreas agrícolas diferentes daquelas em que viviam, tendo problemas de transferência, de desorganização da estrutura familiar e de adaptação (ANDRADE, 1981, p. 61).

Nossas aproximações daqui por diante se concentrarão em entender como o Estado a partir de 1970, vai criar a infraestrutura no espaço do campo e das cidades e como reagiu frente às incertezas produzidas pelas crises na ordem econômica e política.

2.3 O Estado Desenvolvimentista pós 1970 - Os Sentidos da Reestruturação Produtiva do Capital e do Espaço na Periferia do Sistema

A tarefa é simples e ao mesmo tempo “gigantesca” já que tem o intuito de refletir as políticas adotadas pelo Estado na condução do desenvolvimento econômico e social junto às diferentes regiões do Brasil do período pré-ditadura, 1961, e aquele que ficou conhecido como fase pós “reestruturação produtiva” década de 70, até os dias atuais. Portanto, é um texto de caráter revisional e descritivo, embora com certo “lampejo” de análise. Elegemos o período que vai da presidência do então João Goulart – Jango, presidente que assumiu após curta passagem pelo poder do então Janio Quadros, até o presidente Luis Inácio Lula da Silva. São 4 décadas de recorte espaço-temporal e o desejo é não encerrar o debate em torno do polêmico tema do desenvolvimento social, mas contribuir (re) colocando no centro da temática o avanço do modo de produção capitalista na agricultura com a passagem do Estado regulador, interventor e produtor do período “militar” para o Estado capitalista neoliberal controlador socialmente.

Inicialmente a tentativa é entender as Políticas Nacionais de Desenvolvimento – PND's adotadas pelos diversos presidentes para posteriormente, quando ganha relevância as diferenças regionais as mudanças e permanências na adoção das ações e estratégias no interior das instituições e agentes do Estado. O “olhar” enfatizou as divergências e convergências na condução e comando da política no período histórico considerado, com destaque para o caráter de classe na organização da sociedade civil e a importância que assumiu o território no processo de desenvolvimento do Estado brasileiro.

O flerte com o materialismo dialético nos permitiu compreender o Estado capitalista e seu aparato ideológico enquanto controlador dos conflitos e dos interesses difusos de classe. Na base das ações do Estado a manutenção do poder econômico pela classe dominante e o desenvolvimento de políticas de (re) ordenamento territorial. Planos, projetos, ações e estratégias fundam o planejamento estatal cujo fim em ultima instancia é garantir um estado de “concertação” entre as diferentes forças sociais em luta no seio da sociedade civil. A gestão do Estado, sob os parâmetros do capital, exige governabilidade, eficácia e efetividade nas políticas sociais e econômicas de caráter regional e integradoras. É o sentido de inclusão em vigor produtor de cidadania.

Esvazia-se o sentido de classe que opera na ordem econômica capitalista cabendo à pergunta conforme o autor: “qual o lugar que a política ocupa na teoria da transição de um tipo de sociedade para outro?” Graciolli (2010, p. 153). Antes do período que vai de 1961-63, é importante breve revisão da política pré-1961.

Compreender os Planos Nacionais de Desenvolvimento Regionais – PNDR²¹, de forma consequente passa por entender e constatar as transformações por que passou a relação econômica e política do Estado brasileiro com países centrais, especialmente os Estados Unidos da América.

Com o fim da primeira e segunda grande guerra mundial e o fortalecimento da hegemonia americana no continente sul-americano, a política adotada pelo Estado brasileiro no referido momento histórico conhecido como

²¹ Daqui por diante trataremos os diferentes Planos Nacionais de Desenvolvimento Regional apenas como PNDR, bem como resultante da Política Nacional de Desenvolvimento – PND.

“período de chumbo”, de 1930-1945 e posteriormente de 1960-80, absorveu parte das correlações de força predominantes, tais como o momento de “guerra fria” ou a redivisão do poder político e econômico na hegemonia entre EUA-Rússia, definido pela bipolaridade. Antes, contudo o Brasil não passou imune aos variados e diversos momentos de crise econômica e política no século XIX, com expressão àquela de caráter externo, a crise de 1929, quando a bolsa de valores de Nova York “quebra” forçando os demais países da América Latina a realizarem ajustes econômicos, revoluções de caráter democrático-burguês para posteriormente serem novamente atingidos pela crise do preço do barril de petróleo em 1970. O advento da reestruturação produtiva está a reboque da crise mundial.

Assim, o início do século XX registrou fatos políticos que resultaram no rearranjo das forças políticas e sociais então em constituição e crise no Brasil, bem como mudanças na orientação do planejamento e ações do Estado, demandados pela acumulação capitalista interna e externa. Referente ao período anterior à segunda guerra mundial (1944-46), o destaque fica por conta da transformação das forças produtivas e formações sócio-econômicas em disputa na organização política da sociedade brasileira, com o Estado brasileiro preparando o terreno para garantir a reprodução na sociedade nacional das transformações econômicas reproduzidos no seio dos países centrais ou desenvolvidos. A classe burguesa apoiada na indústria nacional, orientada por parte dos interesses internacionais, conquista espaço e representação angariando recursos e linhas de crédito/financiamento do “Estado desenvolvimentista”:

[...] parte da oligarquia agrária que rompera com o governo federal e grupos urbanos de formação e idéias as mais diversas. Estes grupos conseguiram conquistar espaços antes controlados pela elite latifundiária, aliada ao comércio de exportação. A vitória dos “revolucionários” representava uma linha que defendia maior interferência do Estado na área econômica. [...] novas idéias começaram a ser discutidas, como o corporativismo dos países ligados à direita, [...] e o keynesianismo dos que namoravam a política do New Deal de F.D. Roosevelt, nos Estados Unidos (ANDRADE, 1994, p. 223).

É inusitado o fato da perda de apoio do Estado pela classe dos latifundiários no Brasil rural das décadas de 1950 e 60, o que demonstra

claramente a mudança nos rumos dos investimentos do Estado. A configuração, formação e consolidação de uma burguesia comercial concentrada nas cidades então em crescimento e um setor industrial sedento por estender seu poderio econômico e social nas regiões de maior potencial de consumo transformaria o quadro de contradições em vigor entre as forças produtivas e as relações de produção.

A participação do Estado na pauta de exportações e na propagação de indústrias de base a partir deste momento passa a ser determinante, o que altera substancialmente as bases e o padrão de desenvolvimento nacional concentrando a maior parte do parque industrial no Estado de São Paulo e “esvaziando” o potencial industrial já debilitado das regiões Norte e Nordeste com as crises da monocultura, *Plantation* da Cana de Açúcar. Mas o que moveu Jango em seu plano trienal de desenvolvimento social e econômico?

Externamente o período compreendeu uma econômica internacional e nacional entrelaçadas pela reconstrução após o colapso econômico e social em virtude da destruição provocada pela segunda guerra mundial, pela crise econômica pós-1929, e a urgência dos processos de reconstrução. Estes estão sob os auspícios e cuidados financeiros e empresariais da emergente potencia militar e econômica, o império dos Estados Unidos.

Internamente as classes sociais em rearranjo lutam em campos opostos com os grandes produtores agroindustriais que somam forças ao capital industrial, financiados parcialmente pelo Estado. Os desequilíbrios regionais foram reforçados pelo processo de concentração econômica com o avanço do sistema capitalista de mercado, sem com que as leis e decretos publicados pelo Estado garantissem o comando dos processos de acumulação Andrade (1994, p. 228).

No plano nacional as diferenças regionais foram aguçadas no interior de um sistema de capital mundializado estruturado pelos países centrais e periféricos. As trocas comerciais e produtivas internamente reforçaram as distancias entre as regiões e o estado mais rico, São Paulo, e os pobres. O cientista social Andre Gunder Frank, analisando o desenvolvimento do subdesenvolvimento nos países da América Latina dá conta de explicar algumas causas estruturais da pobreza:

El Nordeste....tuvo que obtener sus suministros de las nuevas e costosas industrias del Centro-sul (São Paulo). Esto ha significado, de hecho, el deterioro de los términos de intercambio del Nordeste e ha originado dentro de Brasil una transferencia de recursos como la que tan a menudo menciona Prebish respecto a la posición de América Latina frente al mundo desarrollado(La práctica) que ha llevado al Nordeste a comprar en el Sur, e no em el extranjero, bajo condiciones de venta menos favorables, entraña una transferencia de capitales de la región más pobre a la más rica del país. Se asegura que la magnitud de esta transferencia puede ser estimada (BAER, 1964 apud GUNDER FRANK, 1974, p. 191).²²

O relatório publicado no plano trienal da era Jango, teve como objetivo corrigir os desequilíbrios regionais embora tenha naturalizado a desigualdade intra e inter-regionais quando considerou que as causas da desigualdade estavam apoiadas na dimensão e na extensão continental do Brasil, na diversidade de áreas de colonização e nos níveis de desenvolvimento e de vida distintos. O relatório torna-se confuso quando não define que fatores produtivos estavam escassos:

As desigualdades regionais têm como causa primária a diversidade de recursos naturais, mas resulta, em realidade, de um complexo de causas históricas. Em razão da escassa mobilidade de determinados fatores produtivos e da tendência acumulativa de certos processos históricos, as desigualdades tendem a cristalizar-se [...] (BRASIL, S/d.).

Enquanto Jango e sua equipe colocam assento para explicar a desigualdade regional na disponibilidade de recursos naturais e na falta de infraestrutura adequada, tratando a natureza como mercadoria, o campo em especial no Nordeste do Brasil produz o deslocamento e a mobilidade social no espaço, movimentos estes estimulados pelo Estado. A expulsão de centenas de trabalhadores sem terra concentrou trabalho, acumulou primitivamente o capital e separou parte do trabalho de seus meios de produção, condição essencial para a (re) produção ampliada do capital. Após curto período de estímulo à mobilidade do trabalho do campo em direção às cidades o governo

²² Tradução nossa. O Nordesteteve que obter suas matérias-primas das novas e custosas indústrias do centro-sul (São Paulo). Isto significou, de fato, a deterioração dos termos de troca do Nordeste e originou dentro do Brasil uma transferência de recursos como a que tão claramente menciona Prebish a respeito à posição da América Latina frente ao mundo desenvolvido....(A prática) que levou o Nordeste a comprar no Sul, e não no estrangeiro, baseado nas condições de venda menos favoráveis, envolve uma transferência de capitais da região mais pobre à mais rica do país. Assegura-se que a magnitude desta transferência pode ser estimada.

iniciou ações de controle e procurou atenuar as consequências do impacto junto aos trabalhadores da política capitalista apoiada por ele Andrade (1994).

Como compreender as desigualdades entre as regiões sem levar em conta a produção de riquezas e de valores pelo trabalho? O trabalho, mercadoria responsável pela produção de valores de uso e de trocas, se deslocou no período anterior para as regiões mais ricas espacialmente concentradoras dos meios de produção essenciais: terra-capital-trabalho. O movimento do capital no espaço exigiu monopólio territorial, centralização no espaço e concentração das forças produtivas fazendo.

Dentre as ações previstas a responsabilidade pela execução do plano coube à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, que conduziu os projetos norteados pela natureza e trabalho como fatores produtivos. Parte das prerrogativas do plano tinha as seguintes diretrizes:

- I – **intensificar os pré-investimentos relacionados com o levantamento e a avaliação dos recursos naturais**, inclusive as pesquisas diretamente ligadas à agricultura [...]
- II – **intensificar os pré-investimentos ligados ao aperfeiçoamento do fator humano** beneficiando de preferência as regiões de mais baixo índice de desenvolvimento [...]
- III – **continuidade da política de favores diferenciais, visando a estimular os investimentos privados, economicamente viáveis**, em benefício daquelas áreas em que maior é o excedente estrutural de mão-de-obra [...] (Brasil, s/d).

O debate da reforma agrária e de questões estruturais como a soberania alimentar bem como as desigualdades regionais e entre os espaços não avançou no governo e as pressões no plano internacional indicavam o papel que deveria exercer o Brasil na América do Sul ideologicamente influenciado pelas políticas de interessa nacional dos Estados Unidos da América. A prioridade pela integração regional refere-se no capítulo V, do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento sob o título de Integração Nacional e Ocupação do universo brasileiro evidencia que as correlações de forças na sociedade não foram capazes de potencializar o equilíbrio econômico. Era urgente, para que a força capitalista do Norte representada pelo EUA exercesse influencia na América Latina, uma maior homogeneização do espaço convergência que veio com os sentidos da integração. O movimento crescente de poder externo, a ajuda financeira na reconstrução de parte da Europa do período pós-guerra e a bipolarização Rússia-EUA pelo poder determinaram a hegemonia na região.

Na América Latina e no Brasil registram-se vários “golpes de estado”, com algumas revoluções de caráter democrático e burguês, derrubada de presidentes eleitos pela via popular e alçada ao poder de líderes militares. Estes sem apoio no plano interno contribuirão para retirada de parte das conquistas da classe trabalhadora do campo e das cidades do período anterior. A geopolítica baseada na filosofia política positivista e nacionalista do facismo afastou definitivamente a possibilidade concreta de constituição de regimes comunistas e a transição socialista na América Latina.

Uma das estratégias adotadas pelos militares foi a política de controle demográfico da população, ou seja, o Estado passou a controlar a natalidade incentivando o uso e a distribuição de preservativos e anticoncepcionais para as mulheres. Deslocamento, migrações temporárias e permanentes eram demandas incentivadas conforme a emergência da acumulação e dos lucros do capital. A influência indireta de parte dos países centrais no Brasil durante a gestão militar pode ser destacada quando no Plano evidencia-se:

Do ângulo geoeconômico, verifica-se que o mundo desenvolvido vem demonstrando preocupação com o rápido crescimento demográfico dos países subdesenvolvidos, em face de dois tipos de problemas: a dificuldade de obtenção de rápido aumento da renda per capita e a tendência mundial à superpopulação, com reflexos principalmente quanto à escassez de alimentos e energia, e à deterioração do meio-ambiente (BRASIL, S/d.).

Dentre as preocupações do regime militar para justificar o controle social está a superpopulação. A teoria darwinista serviu como pano de fundo para que o Estado capitalista e militar justificasse as intervenções e ações de controle demográfico. A economia vivia a “crise do petróleo” e padrão fordista produtivo industrial e urbano entrou em colapso nos países centrais. Transformações no espaço do campo e das cidades entraram em vigor e os novos processos de reestruturação produtiva instauraram, inicialmente nos países centrais e ricos, o regime Toyotista baseado na flexibilização produtiva e na desconcentração espacial da “linha de produção”. A nova filosofia de produção tinha no controle de qualidade, no estoque zero e na entrega de peças no momento certo as razões para capturar a subjetividade do trabalho abandonada pelo regime fordista de produção em série. O “novo” regime de produção industrial de origem japonesa veio acompanhado das políticas

neoliberais do período, e significou a derrota de parte das conquistas dos trabalhadores. A adoção pelo Estado militar do termo população para justificar parte do controle social exercido sobre os trabalhadores, sem incorporar o conflito e as lutas entre as classes contribuiu para fazer avançar o capitalismo e os processos de integração e ocupação do espaço e das regiões brasileiras.

Importou para os gestores militares reduzir a taxa de crescimento demográfico conciliando maiores oportunidades de emprego, investimentos econômicos associados às estratégias de integração política nacional. O incremento das trocas e da produção de mercadorias permitiu que o fluxo de capitais e de tecnologia fosse incorporado no pacote de: Programas de Investimentos – PIN, programas econômicos como o PROTERRA, PROVALE e PRODOESTE. No caso específico do Nordeste o plano previa o crescimento acima de 10% ao ano, ideologicamente justificado para acentuar as desigualdades regionais. Para criar as condições de desenvolvimento do Nordeste o plano prevê as seguintes ações:

I - efetivação de investimentos com recursos federais e garantia de recursos para a industrialização do Nordeste em ritmo dinâmico [...]

No desenvolvimento industrial, cabe destacar:

- implantação do pólo petroquímico do Nordeste, com a execução das centrais de matérias-primas e implantação do complexo mineral-petroquímico regional;
- implantação, em articulação com esse complexo, do pólo de fertilizantes do Nordeste, compreendendo Fosfatados, nitrogenados e potássicos.
- Complexo metal-mecânico e eletro-mecânico, [...]
- Fortalecimento dos pólos industriais tradicionais, principalmente dos têxteis-confecções e couro-calçados.

II – execução do Programa de Desenvolvimento da agroindústria do Nordeste abrangendo entre outros **projetos de algodão**, castanha de caju, mamona, pelotização de mandioca e suco de frutas.

III – **na área rural, esforço de transformação, em economia de mercado, da agricultura tradicional, principalmente, na faixa semi-árida.** [...] (BRASIL, S/d.).

Ora, o que estava em pauta era a inserção do Nordeste nos processos de “modernização conservadora” com o campo recebendo ações e projetos reprodutores do aparato científico e tecnológico conhecido como “revolução verde”, originado nos países centrais e exportado como modelo de desenvolvimento para os países pobres e periféricos.

Neste sentido o Estado novamente cumpriu seu papel de agente na concertação de interesses divergentes entre as classes sociais. Assim os

processos de acumulação e de reprodução ampliada do capital, na base da estrutura que reproduz as desigualdades sociais e econômicas, intensificaram-se com a estratégia desenvolvimentista integradora do espaço adotada pelo Estado militar. Os conflitos e a violência no campo foram arrefecidos em virtude da extinção e clandestinidade de parte dos STR e das organizações de classe dos trabalhadores, tais como as Ligas Camponesas. Somado aos processos de controle político e ideológico, externamente avançou nos países centrais os efeitos da reestruturação produtiva no plano produtivo e de consumo, com conseqüências desastrosas nas décadas de 1990 no Brasil.

A gestão na Nova República sob os auspícios da ideologia burguesa da democracia institui no comando um dos maiores latifundiários do Nordeste, José Sarney. O momento histórico nacional é de abertura política e crise econômica.

2.3.1 José Sarney – A “Nova República” e o Brasil de 1986-90

Apesar de manter a renda como norte na adoção de políticas e ações estratégicas, o Estado reconheceu o fracasso das políticas adotadas nas duas décadas de planos nacionais de desenvolvimento. A região Nordeste fornecendo renda às regiões mais desenvolvidas como o Sudeste e o Sul no plano nacional. O destaque fica por conta da observação:

O Nordeste, em particular, a despeito do crescimento industrial recente, continua a apresentar baixo nível de renda, elevados índices de pobreza no meio rural e nas cidades e condições insatisfatórias de educação, saúde e alimentação. Sua participação na renda nacional declinou de 15% para cerca de 12%, nas últimas décadas (RELATÓRIO, S/d.).

Quanto á questão regional o plano do período Sarney prevê ações que envolvem o complexo de relações rural-urbanas e interurbanas e recomenda através das diretrizes o fortalecimento da SUDENE no caso do Nordeste:

- fortalecimento institucional das agencias regionais de desenvolvimento
- avaliação sistemática da execução dos programas regionais, com vistas a melhorar sua eficácia e eficiência econômica, social e operacional

- intenso esforço para geração e adaptação de tecnologias, objetivando descobrir combinações de fatores mais apropriados, em função da realidade e disponibilidade de recursos de cada região
- desenvolvimento e indução de novos padrões de ocupação espacial, que permitam reduzir os desequilíbrios rurais e urbanos; e
- aperfeiçoamento das formas de organização social e participação popular, criando-se as condições para a mobilização da população com vistas à sua autopromoção (IDEM, S/d.).

É inegável o avanço do Estado no plano econômico promotor de infraestrutura, mas sua ação esbarra nos interesses do capital nacional e internacional. É que não cabe ao Estado solucionar a miséria social, produto das contradições em que se move o modo de produção capitalista.

Para o desenvolvimento rural e urbano a previsão do primeiro Plano de Reforma Agrária – I PRA, que até os dias atuais a luta de classes não permitiu que se concretizasse. Distribuir e alterar a estrutura e os sistemas agrários em desenvolvimento no Nordeste perpassa por tocar na pedra de toque do capitalismo: a propriedade e o capital. Neste sentido o Estatuto da Terra de 1960, foi o marco legal e regulou parte dos conflitos oriundos no campo empurrando a solução da questão agrária e social até os dias atuais.

O plano se dividiu em estratégias e diretrizes com o fim de fortalecer a economia através de uma política industrial e agrícola, articulando investimentos em infraestrutura e amplo programa de desenvolvimento científico e tecnológico removendo pontos de estrangulamento, abrindo novas oportunidades e aproveitando matérias primas e competitividade.

A revolução verde avançou com intensidade sobre o campo no Brasil. O momento histórico foi de uso intenso de insumos, máquinas e aparato tecnológico. Grandes projetos de envergadura nacional e regional tiveram como estímulo alavancar recurso federal para os estados, a fundo perdido. O Projeto Carajás, os Programas de Irrigação do Nordeste - PIN, Cédula da Terra, Programa de modernização da pecuária associado a investimentos na saúde e na educação com a finalidade de ampliar a competitividade industrial e produtividade agrícolas. No espaço grandes projetos se concretizaram e a formação de pólos de desenvolvimento iniciado pelos militares tais como, Poloamazônia, Polonordeste, Projetos de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Araguaia- Tocantins – Prodiat, dentre outros é resgatado.

Antes da passagem à gestão do então presidente Fernando Henrique Cardoso – FHC, importa ressaltar parte das “peripécias” econômicas e políticas que a eleição do empresário alagoano Fernando Collor de Melo e sua queda via *impeachment* produziu, resultando na assunção ao poder do mineiro Itamar Franco.

A história recente da sociedade brasileira viveu no período de 1990 a 94, movimento político de caráter nacionalista contrario á corrupção e escândalos na gestão do Estado. Este movimento marcou a crítica às práticas políticas clientelistas apoiadas na corrupção e na esteira da abertura econômica comandada internamente em várias frentes de atividades tidas como de “monopólio” de grupos do capital industrial nacional e estatal brasileiro. O que se viu foi forte abertura econômica, privatização de patrimônio estatal e crise inflacionária crônica.

Apesar das privatizações a saída do Estado brasileiro da economia jamais se efetivou por conta de sua ausência histórica frente às políticas sociais. O formato de negociação neoliberal entre os países centrais e os periféricos exigia para garantir financiamentos e crédito que os projetos e ações tivessem nas agências multilaterais tais como, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Fundo Monetário Internacional –F.M.I. e Organização Mundial do Comércio – OMC seus parceiros.

Assim do ponto de vista econômico o país, que após vários planos (plano cruzeiro/ cruzado/cruzado novo/real) e processos de ajuste fiscal, monetário e cambial regulados internacionalmente pelo dólar, não passou imune às crises externas que deprimiam o valor das moedas nacionais, bem como a relação cambial com o dólar.

Simultaneamente e como consequência/resultado negativo dos processos de reestruturação produtiva vigentes no Brasil a partir de 1990, organismos internacionais como o Fundo para Alimentação Mundial – FAO, da Organização das Nações Unidas – ONU, preocupado com a ampliação da fome e da pobreza no mundo e a degradação de parte da natureza e da sociedade, organizam encontros/cumeeiras entre os países para debater as mudanças climáticas e a relevância de processos mais sustentáveis na produção-consumo mundiais. A realização do Rio Eco-92 e da Rio+20 são

marcos históricos e geográfico que reforçam as conseqüências negativas do atual metabolismo social sob domínio do capital.

2.3.2 FHC, Lula e os Grilhões do Neoliberalismo na Periferia do Sistema

Mudam-se as formulas e conserva-se o ordenamento social e territorial ocupado pelo Brasil no desenvolvimento do sistema capital mundial, ou seja, é a “modernização conservadora” que no campo e nas cidades de países periféricos (re) coloca ou “cobra” na forma de sujeição da classe trabalhadora, os interesses do capital. Assume, conforme o próprio relatório (BRASIL, 2000), o caráter comercial globalizado, sem fronteiras e limites para a acumulação vertical e horizontal no tempo-espço, embora não supere o fracasso econômico repostado constantemente pela estrutural crise econômica e sócio-ambiental.

Sem dúvida que colocar a globalização como novo paradigma e os processos de participação enquanto elementos centrais na elaboração, formulação e execução da política de integração e desenvolvimento regional adotadas pelo Estado é uma inovação meramente conceitual e está longe das reais necessidades de quem vive da venda da fora de trabalho no Brasil.

Importante ressaltar que dentre as conseqüências negativas para o conjunto de trabalhadores na política neoliberal está a adoção pelo Estado de noções como concertação social, conciliação de direções opostas, processos participativos e inclusão social. Cria-se como pano de fundo ideológico e político a “falsa” sensação no seio da sociedade civil a solução do problema social sob o argumento da universalidade dos direitos.

A diferença do Estado capitalista no Brasil para o Estado em alguns países centrais na Europa é que nestes a luta dos trabalhadores veio acompanhada por concessões da classe dominante que permitiram o desenvolvimento do chamado Estado de “bem estar social”, ou Keynesiano, resultante também de processos de luta, conflito e resistência de classes.

No Brasil experiências e ações parcialmente exitosas do que “restou” de Estado são efetivadas pela participação da sociedade civil em processos participativos no âmbito municipal e em experiências de “orçamentos democrático e participativo”

A grande contribuição do relatório, do ponto de vista teórico e metodológico, fica por conta do reconhecimento da centralidade da reestruturação produtiva e da inserção competitiva do Brasil no cenário mundial, considerações que devem marcar a formulação de estratégias.

A alegação, da extensão territorial como entrave à inserção global do Brasil na dinâmica internacional e as disparidades no nível de desenvolvimento e de renda enquanto elementos que impede a unidade nacional e produz rupturas e tensões, esquece-se de levar em conta que a sociedade brasileira, no capitalismo, está organizada em classes e que se há disparidades entre regiões e tensões sociais é devido inicialmente à reprodução das mesmas estruturas econômicas e sociais seculares mediadas pelos agentes do Estado. Reconhece entre outros limites que:

[...] a opção por maior inserção no mercado, tão somente, pode ter como consequência dificuldades na efetivação das ações públicas que buscam maior equidade social e maior equilíbrio espacial. É, sem dúvida, um desafio para o Brasil com suas profundas disparidades regionais (BRASIL, 2000, p. 7).

O referido relatório propõe equidade social e espacial por meio da inclusão, das políticas de trabalho, renda e da redução da pobreza. Competir com equidade e de forma sustentada são os objetivos finais do plano. O Estado se confunde com a gestão compartilhada do território e o termo mais (im) preciso para justificar a política é globalização. Desta maneira o PND na gestão de FHC prevê ações de combate a problemas tais como:

- a conjugação de um conjunto de dinâmicas interdependentes tais como: a extensão sem precedentes de redes (capitais financeiro, comunicação, tecnologia, mídia, consumo, etc) cada vez mais separadas das coletividades e culturas (Touraine, 1997); velocidade aceleradas das mudanças, que incidem diferencialmente nos territórios; a concorrência crescente das empresas e de produtores visando baixar os custos de produção; a privatização do patrimônio público; a reforma profunda do Estado; interconexão crescente das arenas políticas nacionais e internacional.
- dualização da sociedade, com a ascensão do desemprego; concentração das rendas e a exclusão. Ao chamado recuo do Estado corresponde a multiplicação de formas de auto-organização e de associação que compõem, com a globalização das redes configurações complexas que estamos longe de compreender.
- A afirmação crescente da retórica dos direitos do homem e das minorias na política internacional; a reorientação das ajudas multilaterais de Estados e bancos multilaterais que exercem hoje uma cooperação descentralizada, destinada à escala local financiando

projetos de ONG's ou de associações; a globalização da questão ambiental, sob a fórmula "pensar globalmente e agir localmente". [...] (BRASIL, 2000, p. 12).

A solução deve ser encaminhada a partir do aparato ideológico do Estado no discurso do interesse nacional. A sociedade brasileira está descolada dos interesses de classe em evolução no sistema do capital:

[...] como o conjunto de interesses compartilhados pela sociedade em suas interações com o mundo. Deve abarcar valores fundamentais que traduzam a herança histórica e os condicionantes políticos e geoeconômicos. O exame da história nacional contemporânea a partir dos temas que mobilizam a cidadania revela cinco valores básicos e permanentes da nação: o desenvolvimento, a autonomia, a paz e estabilidade em seu entorno, o respeito à diversidade cultural e à democracia (BRASIL, 2000, p. 15).

Reconhece-se a importância em se combater a fragmentação, as relações intra e inter-regionais, os atributos territoriais na diferenciação regional com as novas tecnologias determinando uma nova estrutura de relações espaço-tempo. Sistemas logísticos, redes técnicas e informação "jogam" importantes papéis na diferenciação do território nacional, promotores de vantagens competitivas. Nove são as ações sintetizadas: elaboração de nova regionalização; intensificar a articulação entre territórios via consolidação de redes; valorizar a diferença e a competitividade sistêmica, ou seja, baseada na sinergia e na concertação de interesses considerando informação como conhecimento, diversidade e sustentabilidade; ordenar e gerir o território com base em Zoneamentos Ecológico-Econômico – ZEE; resgatar a política urbana e de relações cidade-campo; normatizar e reger a distribuição geográfica do fluxo de capitais; integrar-se regionalmente via MERCOSUL; defender as fronteiras e realizar projetos estruturantes.

O que concretamente se percebe é que os oito anos de gestão do então presidente FHC, consolidaram a saída do Estado de importantes atividades e ganhou espaço o Estado mínimo, de filosofia neoliberal exigido no novo paradigma competitivo. Conforme a escala e o avanço da reestruturação do capital nos espaços a luta e organização do trabalho é perpassada por fragmentação, precarização, exploração, subordinação e expropriação nas regiões e espaços agrários.

De outra forma, considerando que a análise deve levar em conta a história distinta dos países e das sociedades, pois os ordenamentos sócio-territoriais no Brasil obedeceram a pressupostos distintos daqueles europeus, é urgente ressaltar que outras determinações além dos PND's foram essenciais na reflexão acerca do papel e função do Estado enquanto ordenador e agente regulador das sociedades, especialmente quando se trata da sociedade e do Estado Moderno.

O autor, contrário àquela análise de caráter sistêmica ou estruturalista vê no Estado um agente promotor do interesse nacional sem distinguir classes. Assim O “Estado moderno capitalista” e sua organização se concretizam no interior dos conflitos de classe e é ideologicamente identificado pelo conjunto de trabalhadores em noções como:

[...] justiça, direito, liberdade, são apresentadas como se tivessem um significado independente de qualquer interesse de classe específico. [...] se o Estado pode ser representado como idealização abstrata do interesse comum, o próprio Estado pode se tornar encarnação abstrata do princípio “moral” (nacionalismo, patriotismo, fascismo, todos apelam para isso em algum grau) (HARVEY, 2005, p. 82).

A era “Lula da Silva” carregou no discurso oficial a manutenção das conquistas, sob duras penas para quem trabalha, da estabilidade econômica e da moeda, embora sob o signo da continuidade do movimento neoliberal de privatização de estatais, de empresas públicas e aumento do desemprego. A autora, ainda no relatório produzido sob encomenda do governo neoliberal de FHC, observa que o papel do Estado foi desenvolver:

[...]a articulação entre as diversas políticas públicas, [...].
 Vários processos de descentralização estão em curso na região, em várias escalas, decorrentes de movimentos espontâneos da sociedade e de sua consagração na constituição de 1988. Esses processos incluem a descentralização econômica, principalmente pela agroindústria [...].
 Tal situação contraditória exige pelo menos dois grupos de ações simultâneas e integradas: a) revisão de critérios para criação de municípios e de projetos comunitários, inclusive de extinção de municípios criados por puro clientelismo político; b) ações de estabilização do povoamento descentralizado. [...]
 Tais considerações oferecem subsídios à reformulação do Estado no sentido de seu papel regulador e coordenador. À união cabe ainda – e talvez mais do que nunca – zelar pelos interesses gerais da região, contra interesses particulares que podem levar à fragmentação social e territorial e à exclusão [...] (BECKER, 2000, p. 67).

A equipe técnica, os agentes do Estado na gestão do governo Lula, traçaram como meta para o PND, organizar os trabalhadores e a imensa massa produtiva desempregada e na informalidade. São considerados como excluídos e de fora do mercado capitalista, devendo ser resgatado pela via ideológica da inclusão social. Para tal empreitada o Estado capitalista investiu em empresas competentes e inovadores que atue em nichos de mercado sustentáveis trazendo como exemplos o desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais - APL, na região Nordeste. No sertão semiárido o espaço está repleto por grandes grupos estrangeiros detentor de grandes extensões de terras em áreas de perímetros irrigados: várzeas de Souza e perímetros Mossoró-Assú, Petrolina-Feira de Santana.

O discurso do empreendedorismo financiado no sertão do Nordeste por agências oficiais como Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE e Banco do Nordeste do Brasil – BNB, ampliou o quadro de miséria e autoexploração do trabalhador Brasil (2003, p. 19-34) fazendo avançar a modernização e maior racionalidade no rebanho bovino.

A estratégia e as ações do Estado brasileiro tiveram como efeito arrefecer as forças contrárias ao sistema metabólico do capital ao ampliar os espaços de fragmentação e concentração de capital. Conjuntamente, as instituições representantes da classe que vive da venda da força de trabalho, facilitaram a formação e superação dos “equilíbrios instáveis” entre frações do capital e entre o dominante e os dominados conforme lembra (HARVEY, 2005, p. 90).

O autor avança seguro acerca do papel do Estado capitalista na sociedade atual e lança uma questão ainda por ser resolvida que nos é útil. “Até que ponto o Estado capitalista é capaz de variar suas formas e estruturas, dando a aparência de diferenciação substancial entre as nações capitalistas, enquanto cumpre a função básica de sustentar a sociedade capitalista e assegurar a reprodução dessa sociedade”?

Os projetos em andamento no sertão semiárido da Paraíba, especialmente no município de Santana dos Garrotes, vem reforçando a sujeição entre os sistemas agrários e mais não tem ultrapassado o caráter assistencialista nas políticas adotadas. A expressão maior das práticas

políticas adotadas pelo Estado é a manutenção da mobilidade social no espaço, uma das causas possíveis para a atração do grupo de trabalhadores rurais para atividades como o corte de cana mais intensamente a partir dos anos de 1990 e início do século XXI. A precarização das condições de vida e de trabalho se amplia quando mudam significativamente o ritmo e o potencial de expansão da atividade produtiva nas usinas sucroalcooleira assim como a modernização pecuária:

Desde então, a mobilidade territorial em direção a vários estados do Centro-Sul (Sudeste e Centro-Oeste), principalmente para os estados de Minas Gerais (com forte presença de usineiros nordestinos), São Paulo, Goiás, Norte-Noroeste do Paraná e Norte do Espírito Santo não só tem sido expressiva, como também tem se intensificado.

Vale ressaltar que, no estado de São Paulo, essa expansão recente está ocorrendo com mais intensidade na porção oeste, [...] que a expansão da produção, neste estado, ocorrerá tanto horizontalmente (como já estamos acompanhando) como verticalmente, em virtude dos ganhos de produtividade (OLIVEIRA, 2007a, p. 56).

Na origem a “comoditização” do mercado internacional de álcool estimulado pelo consumo, a elevação dos preços do barril de petróleo, o debate ambiental e a abertura de ações por parte dos maiores grupos empresariais do setor tem sido uma das estratégias utilizadas para atrair o capital estrangeiro Oliveira (IDEM).

Adicionalmente reproduz-se a contradição entre o afluxo às cidades e a redução quantitativa do engajamento nas atividades de produção. Portanto, a migração rural-urbana comportaria, inclusive, o aumento quantitativo e qualitativo dos conflitos sociais (DAMIANI, 2002). A relação de subserviência do Estado capitalista ao capital, além de não se opor às empresas privadas e agroindústrias torna os capitais fundamentalmente dependentes:

[...] em grau cada vez maior das concessões e do apoio direto do Estado, e só pode preservar seu caráter privado á base desse apoio público. A intervenção do estatal na vida econômica significa de fato, em sentido amplo, uma intervenção destinada a ajudar a empresa capitalista [...] (MILIBAND, 1982, p. 100).

No caso do sertão paraibano o Estado foi “chamado” a regular os novos padrões de acumulação requeridos pelo desenvolvimento industrial e urbano exigidos na reorganização social e espacial. No espaço do sertão o estado viabilizou a reprodução de novas atividades produtivas, tais como o comércio

local e inter-regional, profissionais liberais e o crescimento do funcionalismo público (MARQUES, 1994). No espaço do Litoral, projetos de incentivo à atividade canavieira com o Programa de Intensificação da Produção de álcool – PROALCOOL – (re) ordenou a dinâmica do espaço do sertão (MOREIRA; TARGINO, 1997).

As crises econômicas do capital resultaram, nacionalmente, em fusões e compra de empresas de grupos de famílias produtoras de açúcar e de álcool no Nordeste. A abertura do mercado internacional de álcool às usinas do Nordeste, que sem capacidade para absorver a força de trabalho sobrando, resultou na compra e aquisição por grupos de outras regiões e países. Este movimento dos capitais sobre o trabalho teve na tática da mobilidade social no espaço fato geográfico que regula os níveis de lucro e de acumulação necessários à reprodução ampliada do capital:

[...] entre os estados do NE e entre estes e os estados no Centro-Sul, mas igualmente no interior dos mesmos, isto é, entre vários municípios dos principais estados produtores, tanto do Nordeste como do Centro-Sul. No Nordeste, esse movimento é comum entre os municípios dos três principais estados produtores (OLIVEIRA, 2007a, p. 62).

Assim temos clareza que não esgotamos as possibilidades do debate acerca das formas que assume o trabalho no espaço do campo e das cidades nem tampouco temos a pretensão de esgotar o quadro complexo de renovação das contradições em vigor no interior dos processos de trabalho e entre as diferentes classes. No próximo item a tentativa é amparada em pesquisa exploratória e descritiva aproximar o leitor à constituição e dinâmica histórica do espaço do sertão evidenciando elementos da estrutura do espaço agrário e urbano do município de Santana dos Garrotes e características do conjunto mais amplo da paisagem e da sede municipal. Nossa intenção é descritiva e de forma breve procurou relacionar a influencia que exerce os fatores geográficos (hidrografia, relevo, clima, geologia) na conformação estrutural de diferentes paisagens bem como na organização dos sistemas agrários e agrícolas.

APROXIMAÇÕES AO ESPAÇO E CONTEXTO DO SEMIÁRIDO PARAIBANO

Nesta etapa do trabalho nos valeremos da descrição e observação de fragmentos do espaço urbano relativo à sede do município de Santana dos Garrotes bem como do método exploratório e da coleta de dados levantados nas mais distintas instituições, tais como Biblioteca Pública Municipal de Santana dos Garrotes Adalgisa B. Palitot, da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba – IHGB/PB, instituições públicas e privadas como Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária do Estado da Paraíba- EMEPA, Empresa de Assistência Técnica e Rural da Paraíba – EMATER, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Instituto de Terras e Planejamento Agrícola da Paraíba – INTERPA, jornais e revistas na temática bem como sítios visitados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – doravante IBGE. A tentativa é ao realizar a pesquisa documental e bibliográfica nos aproximarmos da pesquisa exploratória. Esta última foi iniciada em Outubro de 2009, com nossa ida a campo e continuada entre os meses de Janeiro a Abril de 2011, já sob orientação, e concluída em Junho de 2012.

Portanto, nos coube desvelar nos últimos dois anos dados gerais e totais da população urbana e rural, a evolução demográfica, relativos à economia municipal e regional, a formação histórica do município de Santana dos Garrotes bem como o quadro mais amplo da estrutura agrária e social da sede municipal. Combinamos esta variedade de informações com o fim de delinear mais apropriadamente a aproximação ao espaço e a escala geográfica pretendidos. A ênfase nesta etapa recaiu, dentre os fatores geográficos, sobre as condições em que se reproduzem no espaço do campo e da cidade do município de Santana dos Garrotes os elementos seguintes: a saúde, segurança, transporte, serviço social, agricultura, comércio e educação.

Na ordem passamos a descrever como a presença de determinados fatores geográficos potencializa o uso e a distribuição de riquezas naturais sem perder de vista à centralidade e o valor do trabalho e da produção na conformação, organização e estrutura do espaço em seu conjunto e o ordenamento territorial das comunidades rurais pesquisadas. Compreendemos

que a dinâmica política do município viveu um processo histórico imerso de contradições em diversos momentos passando pela emancipação política e autonomia administrativa do município de Piancó, então polarizador urbano na região do Vale do Piancó.

Dentre as especificidades locais a influência da ação da igreja através da Diocese de Patos e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santana dos Garrotes – STR junto aos sujeitos históricos de nossa pesquisa. Àquela primeira instituição com ações sociais diocesanas desde a década de 1960, contribuiu intensamente na organização e desenvolvimento de comunidades rurais e sítios através de ações diretas de seus agentes pastorais ou mais atualmente através do Programa de Promoção e Ação Comunitária – PROPAC, apoiados pelo Programa de Aplicações de Tecnologias Apropriadas à Comunidades - PATAC. Somam-se às ações da Diocese de Patos na região do “Vale do Piancó”, compreendido por Nove municípios, a base de ação territorial através de diferentes pastorais como a Comissão Pastoral da Terra – CPT.

O PATAC surgiu em 1970, como serviço da Congregação Redentorista Nordestina. Até o final dos anos 70 atuou na área de habitação popular desenvolvendo pesquisas e contribuindo para a adaptação e difusão de tecnologias simples voltadas para a construção de moradias, sobretudo na periferia da cidade de Campina Grande-PB. A partir dos 80, redefiniu sua ação e área de atuação. Passou a desenvolver ações junto a famílias agricultoras e suas organizações na região do semiárido paraibano, em especial nas comunidades e sítios de Santana dos Garrotes. Em 1992 desligou-se da Congregação Redentorista e constituiu-se legalmente como Associação autônoma sem fins lucrativos (PATAC, 2012).

Desta maneira a atuação de Organizações Não-Governamentais – ONG, Movimentos Sociais como a CPT e o MST, além de instituições representantes da sociedade civil de caráter privado na região do Vale do Piancó e no município de Santana dos Garrotes não são recentes na história das comunidades rurais.

Neste sentido o caráter organizativo, imerso de contradições, foi acentuado com a mediação dos agentes da pastoral junto ao espaço das comunidades rurais, observado na fala dos presidentes das associações de

produtores rurais. O distrito de Pitombeira de Dentro não foi diferente e quando indagamos a respeito de possíveis intervenções e mediações, de agentes públicos e privados, no processo político de institucionalização e constituição da associação de trabalhadores, a declaração confirma o que já suspeitávamos em relação ao caráter controlador do Estado capitalista e das instituições civis que lhes representa. Frente às possibilidades de organização dos trabalhadores do campo o exercício do controle se expressa na apreensão da subjetividade que envolve a consciência no processo de trabalho e de produção:

Ela foi fundada em janeiro de 1992 né. Nós decidimos um grupo de pessoas a formar a comunidade, com o nome comunidade. Depois ouvindo uma pessoa da comunidade, ela repassou da seguinte maneira: **pra formar um nome comunidade em aglomerações de pessoas, como um distrito dentro de uma cidade, não pegava muito bem por que o pessoal começava a se reunir e aquela coisa e outra. Por orientação de Dom Geraldo da Diocese de Patos, hoje falecido**, então ai nasceu da minha cabeça, como eu morei em Brasília 12 anos, lá essa experiência de associação de moradores. [...] depois de um ano e demos toda a entrada em toda papelada e chegamos a conclusão de fundar esta associação. E até os dias de hoje ela vem e eu fui presidente por várias vezes eleito, outro rapaz já assumiu em meu lugar. **As pessoas conscientes vieram o conhecimento habitacional, veio a questão da modernização dos tempos de hoje [...]** (João Alexandre - Presidente Associação de Trabalhadores de Pitombeira de Dentro, 2012).

O que se percebe é que no período final da década de 1970 e início dos anos 80, houve claramente a (re) orientação das ações de parte da Igreja Católica e agentes pastorais, em clara contradição com as possibilidades de organização independente e coletiva dos trabalhadores nas comunidades rurais e urbanas. A orientação na constituição das associações de trabalhadores perpassou pelo movimento histórico para além do trabalho eclesial. O momento histórico, pós-grande guerra mundial, que passou o Brasil e os países latino-americanos foi de inflexão democrática no campo político e ideológico.

A presença do Estado no controle social se fez, sobretudo pela necessidade de regulação dos conflitos capital-capital e capital-trabalho cada vez mais latente. No campo a regulação se expressou no planejar e mediar políticas de (re) ordenamento territorial, reforma agrária e segurança alimentar. Essas políticas, no entanto, assumiram o caráter assistencialista ao utilizar-se

de ações de estímulo e participação de agentes do capital na promoção do desenvolvimento territorial Carvalho (2005). As formas institucionais que assume o Estado nas ações, planos, programas e projetos nos territórios historicamente se diversificaram e sob a influência e emergência ideológica do Estado capitalista, a responsabilidade do gestor público tornou-se administrativa com as políticas sociais conduzidas pelos agentes mediadores das organizações não governamentais - ONG, associações comunitárias bem como pelos próprios movimentos sociais. Parte destes últimos ao fazer a opção pela atuação no interior do Estado foram cooptados e perderam parte da independência que pautava suas histórias particulares de luta e organização política da classe trabalhadora (THOMAZ JR., 2002) e (OLIVEIRA, 2001a).

Desta maneira atualmente junto à Casa Paroquial de Santana dos Garrotes, sob os cuidados do Padre Luiz Gonzaga, a diocese organiza grupos de famílias em diversas ações e projetos demonstrativos. Neste espaço, agentes públicos e privados tais como as lideranças das comunidades rurais e sítios, bem como os representantes do Distrito tomam ciência dos programas ainda em funcionamento tais como: o Programa do Governo Federal 1 milhão de cisternas -P1MC, o Programa uma terra e duas águas – P1+2, experiências de convívio com a seca tais como as observadas na comunidade de Pereiros, sítio do senhor Nelito como a cisterna subterrânea, constituição do Fundo Rotativo Solidário – FRS, e ainda a organização dos trabalhadores na comercialização de produtos agroecológicos no projeto da “feira agroecológica”. Parte das ações previstas, implantadas e em execução tem como entidade coordenadora a Articulação do Semi-Árido – ASA, instituição que agrega um conjunto de outras organizações no campo da sociedade civil.

De outra forma antes de desvelarmos a dinâmica histórica do ordenamento sócio-territorial municipal importou os processos históricos inerentes à formação e ocupação da região Nordeste²³ do Brasil desde a etapa colonial até os dias de hoje. O levantamento de dados e informações acerca da região nos limites espaciais da bacia do rio Piancó possibilitou-nos entender as

²³ Em “A terra e o Homem no Nordeste” o professor Manoel Correia desenvolve o conceito de Nordeste a partir das relações de trabalho dominantes no meio rural. O autor analisa os sistemas agrários tendo como norte as relações de trabalho e o processo de ocupação e de apropriação do espaço nordestino Andrade (1980).

determinações no processo de reprodução sócio-territorial nas nove comunidades e sítios produtores de arroz vermelho em nosso estudo.

Nesta etapa descritiva do trabalho o conceito de região foi central na compreensão das especificidades na formação espacial do Nordeste. De forma conseqüente o conceito de região Nordeste se singularizou em função das relações de trabalho Andrade (1980, p. 13). O autor completa que diferentes sistemas agrários reproduziram no sertão especificidades dentre elas “o desenvolvimento histórico do Nordeste esteve baseado em processos de sujeição entre os diferentes sistemas agrários, diversos na exploração e reprodução social” o que fez desenvolver uma civilização do couro *sui generis* Andrade (Idem).

De outra forma para compreendermos a complexidade que envolveu a formação sócio-territorial municipal, partimos do entendimento de que a relação sociedade-natureza assumiu no exercício do controle do metabolismo social, momento essencial. A produção do espaço pelo trabalho tem na apreensão das contradições em reprodução na sociedade com a natureza seus momentos ímpares.

Entender a dinâmica do trabalho no espaço envolve a participação de rios, riachos, relevo, a predominância de clima quente e seco, da semi-aridez, sua pedologia e geomorfologia na formação das paisagens. Para nós significou antes de opção teórico-metodológica, tornar conseqüente a construção das possibilidades de diálogo, de sistemas agrícolas com os processos históricos de construção do espaço agrário. Neste sentido é que, para o trabalhador do campo ao se relacionar diretamente com a natureza e a terra enquanto meio e condição de trabalho, assume importância vital as possibilidades de aproveitamento das vertentes, várzeas e colinas. Estas engendram, em virtude das contradições no processo de produção do espaço agrário, paisagens constantemente conformadas nos processos produtivos e de trabalho.

Todo o aproveitamento do potencial de acúmulo de água da sub-bacia do rio Gravatá para irrigação, rio este tributário do Piancó que fica à montante do grande açude Coremas-Mãe d'água, bem como o uso das várzeas e vertentes de riachos para o cultivo de arroz vermelho são exemplos clássicos que os seres sociais ao planejar o processo de trabalho conscientemente

realizam ações concretas de produção no espaço tornando possível a transformação da natureza e de si próprio.

Riachos como o maracujá e o Gravatá cortam frações do espaço agrário do município com o acesso às águas do segundo sendo controlado por agentes públicos, o que demonstra como o Estado capitalista regula através da mediação os diversos momentos da atividade produtiva e do trabalho no campo. Neste caso a Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba – AESA, com o discurso de controlar o fluxo e o nível de água no reservatório determina a distribuição, o uso e acesso da água reservada pelo conjunto de trabalhadores e produtores irrigantes nas comunidades rurais de Gravatá e Aroeiras, razão pela qual são consideradas pelos trabalhadores como as que apresentam a maior área plantada de arroz vermelho.

Outras comunidades rurais como Pereiros e os sítios Pé de Serra e Serra Branca localizados entre a sede do município de Santana dos Garrotes e à margem esquerda do rio Gravatá têm nas formações rochosas, no relevo ondulado e na geologia os limites com municípios que estão ao Sul como Pedra Branca e Nova Olinda. A presença de ondulações mais significativas e relevo colinoso os processos de formação do complexo inorgânico reproduz várzeas menos significativas nos cursos de rios secundários ao Gravatá, o que se torna determinante para os cultivos e o desenvolvimento de sistemas agrícolas fazendo predominar, conforme as condições técnicas e de trabalho, a criação de gado no sistema intensivo.

Assim apesar do rio gravatá cortar o Sul do município de Santana dos Garrotes as nascentes na serra de Teixeira de outros riachos terminam conformando modificações na paisagem rural, embora sem grande potencial hídrico. Assim é que comunidades e sítios como Maracujá, Pé de Serra e Cabaceiras durante o período de chuvas tem nos leitos dos rios: Bruscas, Canoas e Jaraú a possibilidade de maior aproveitamento para a atividade agrícola. Este último responsável por parte do abastecimento de água da cidade através do açude Queimadas²⁴. Como descreve de forma conseqüente a natureza:

²⁴ O açude queimadas, localizado no município tem uma capacidade total de armazenamento ou volume 15.625.338m³ e nos meses em que realizamos a pesquisa estava com 68% de sua

[...] se caracteriza por suas formações cristalinas, havendo apenas pacotes de sedimentos, localizados em porções altas, formando chapadas nas cabeceiras dos rios ou em *graben* que resultaram do tectonismo do passado geológico antigo. [...] na posição cristalina a unidade decorre apenas das precipitações atmosféricas, havendo uma grande perda de água quer pela evaporação (a temperatura média do mês mais frio é sempre superior a 20 °c) quer pelo escoamento estimulado pela rápida vazão dos rios, em face á pequena espessura de camada permeável dos solos e á declividade do relevo (ANDRADE, 1981, p. 57).

Retomaremos parte da geografia histórica mais adiante quando destacaremos os processos que permitiram a ocupação de parte das sub-bacias do grande rio Piancó, levando em conta o recorte sócio-espacial da escala municipal de Santana dos Garrotes. Antes, contudo descreveremos de forma breve o povoamento do sertão nordestino da colônia aos dias de hoje.

3.1 Notas da Ocupação do Sertão-Colônia até os Dias Atuais– O Grande Piancó Como Limite

Acerca dos processos de colonização ao longo do sertão nordestino e da importância dos vales, bacias e afluentes de rios Andrade (1980, p. 62), destaca que o “sertão paraibano fora invadido e semeado de sesmarias que ocuparam frações do território paraibano desde o alto curso do Rio Piranhas até a bacia do Rio do Peixe próximos da então cidade de Souza” esta última localizada á jusante do açude Coremas-mãe d’água.

A formação sócio-espacial do sertão²⁵ ficou por conta das distintas relações de produção e de trabalho quando comparado a outras regiões do Brasil e do Nordeste. “No sertão semiárido nordestino as relações foram reproduzidas historicamente apoiadas por certas especificidades econômicas, tais como uma estrutura agrária cuja sujeição entre diferentes sistemas produtivos demarcou os limites do desenvolvimento social e econômico” desde o período colonial até os dias atuais Andrade (IDEM).

A produção de animais extensivamente concentrou a estrutura agrária pleiteada pelos homens das “Casas da Torre”, que com o recebimento das

capacidade segundo levantamento e monitoramento da Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba – AESA-PB.

²⁵ Atlas Escolar da Paraíba editado pela Grafset sob coordenação de Rodriguez (2002), combinado ao Atlas de Geografia Agrária da Paraíba coordenado pela professora de geografia da UFPB Dr^a.Emilia Moreira (1997).

sesmarias resultou na realização plena do projeto de dominação colonizador, conforme o autor:

[...] Construíram, assim, os maiores latifúndios do Brasil, tornando-se senhores de uma extensão territorial maior do que muitos reinos europeus, pois possuía, em 1710, em nossos sertões, mais de 340 léguas de terra nas margens do Rio São Francisco e de seus afluentes (ANDRADE, 1980 p. 162).

Restou aos trabalhadores conquistar a posse da terra no Nordeste Oriental e resistir ao pagamento do foro ao sesmeiro, então dono da concessão de terra cabendo ainda desbravar o território em:

[...] luta difícil em um meio hostil contra selvagens belicosos, marcos do avanço do movimento povoador, eram feitas pelos vaqueiros, muitas vezes escravos, e por posseiros que, não dispendo de prestígio em Salvador, nem das habilidades necessárias para obterem concessões de terras nos meios palacianos, não conseguiam sesmarias. [...] tornando-se seus foreiros, estabeleciam-se com o curral e as reses no que chamavam de “sítio”, pagando anualmente um foro [...] (IDEM).

Importou ao colonizador “civilizador” de origem européia e branca subordinar homens, terras e dominar nações inteiras para além-mar repassando aos grupos de povos nativos, índios, negro-escravo e camponeses mestiços a missão de lutar nas “frentes de ocupação” onde o conflito era inevitável, ocorrência comum na “abertura das terras”. Tinha como objetivo o domínio da riqueza e a exploração de trabalho alheio.

A ocupação das frações territoriais banhadas pelo rio Piancó localizada à montante do açude Coremas-mãe d’água, “tivera como líder nas expedições o senhor Teodósio de Oliveira Ledo, que penetrando os Cariris Velhos chegou até ao Boqueirão e se estendeu à cidade de Taperoá, enquanto a influencia das regências capitaneadas pela força baiana e paulista atingira as áreas drenadas pelo Piancó e Piranhas” Andrade (IDEM).

Outra influência que limitou as possibilidades de desenvolvimento agrário foram os processos desiguais de ocupação historicamente relacionados às ações dos grandes latifundiários institucionalizados na “Casa da Torre” e dos “Governadores Gerais”. Estes últimos responsáveis diretos pela manutenção e concessão de sesmarias a partir de expedições que partiam das capitanias de Pernambuco-Olinda; Salvador-Porto Seguro; e São Paulo-São

Vicente. A gênese do espaço agrário paraibano constituiu-se historicamente de forma desigual reproduzindo diferentes sistemas agrários e agrícolas.

No caso do “Vale do Piancó”, o rio principal recebe águas de afluentes como os riachos de Gravatá, Aroeiras, Croatá, Campos e das baixas como observados no município de Santana dos Garrotes. As frentes de ocupação tiveram nas capitanias a influência necessária no vale e estavam ligadas a Salvador e a São Paulo. A colonização por exploração diferente do povoamento é explicitado:

[...] O caráter mais profundo da colonização reside na forma pela qual se distribuiu a terra. A superfície do solo e seus recursos naturais constituíam, naturalmente, a única riqueza da colônia. [...] Aqui, uma só riqueza: os recursos naturais; daí uma só forma de exploração: a agricultura ou a pecuária, subordinadas ambas à posse fundiária (PRADO JR., 1969, p. 16).

Característica da formação sócio-espacial do sertão nordestino, a organização da estrutura fundiária e da terra, principal meio de produção, foi regida pelos interesses comerciais do mercado de açúcar em vigor. A reprodução do espaço da Zona da Mata, especialmente no Litoral, ocupado por canaviais abriu a possibilidade de que novas frentes de expansão se desenvolvessem. No entanto, a produção de açúcar atividade econômica relevante até os dias atuais teve sua expansão garantida somente após a ocupação das terras do sertão na reprodução de animais (bois, cavalos) (ANDRADE, 1980) e (MOREIRA; TARGINO, 1997).

O avanço das atividades econômicas sobre outros espaços deu-se em virtude da urgência que tinha os proprietários de engenho na produção alimentar e no fornecimento de energia necessária ao desenvolvimento das atividades no interior do processo produtivo dos engenhos de açúcar instalados no Litoral. O espaço agrário do sertão da Paraíba, de clima quente e radiação solar praticamente o ano todo, tornou-se por excelência produtor de carne e energia fornecidos pelo rebanho bovino. Neste o poder econômico e político constituiu-se em volta da propriedade privada da terra, o eixo norteador (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 178). Conforme destacam os autores:

[...] os latifundiários pecuaristas do sertão paraibano constituíram o poder dominante. Estes e suas famílias ditavam, de fato, a ordem e a lei. O controle político rebatimento do poder econômico era privilégio

daquelas poucas famílias da aristocracia rural [...]. Hoje, [...] os filhos travestidos da nova roupagem dos camarins políticos regionais, permanecem imbuídos da mesma necessidade de mando, controle e posse da terra.

Por outro lado, a estrutura agrária, não obstante ter sofrido mudanças significativas ao longo do tempo, sobretudo no que diz respeito às relações de trabalho (substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, proletarização do campesinato, etc), preservou sua característica principal: a elevada concentração fundiária. [...] (IDEM).

Apesar da importância da produção e do comércio do açúcar e de escravos até a metade do século XVIII, a pecuária permanecerá como primeira atividade econômica do Nordeste durante um longo período histórico servindo não somente como fonte de alimento, mas, sobretudo como força para tocar o maquinário utilizado nos engenhos no espaço do litoral. O desenvolvimento da pecuária no espaço do sertão será seguido pelo do algodão.

Dentre as transformações econômicas e políticas na história de ocupação dos sertões a combinação de sistemas agrícolas à criação, bem como a presença de um sistema agrário duplo até os dias atuais reproduz toda uma diversidade de contradições entre diferentes espaços (ANDRADE, 1980).

O avanço do “ouro branco” como ficou conhecido o cultivo de algodão, inicialmente foi praticado nas pequenas propriedades e somente depois em grande escala, já que intensivo no uso de força de trabalho. Segundo os autores:

C) organização do trabalho combinando trabalho livre e escravo. O criatório se desenvolveu com base num sistema ultra-extensivo, com o gado criado solto em áreas muito amplas. Assim, era impossível ao proprietário ou ao seu preposto, controlar diretamente a produção, o que é apontado como um elemento inibidor do predomínio do trabalho escravo no Sertão. Além disso, o criatório não exigia uma mão-de-obra numerosa. Poucos trabalhadores eram suficientes para fazer funcionar uma grande fazenda. Daí a importância do trabalho livre na organização das fazendas. Com a expansão do algodão a partir do final do século XVIII, o trabalho escravo ganhará maior expressão, [...]. O algodão expandiu-se por todo o território paraibano, disputando terras e braços até mesmo com a cana-de-açúcar, [...] é no sertão [...] que ele assume posição hegemônica no sistema de uso do solo regional [...] estabelece-se a combinação gado-algodão-policultura, trinômio, marca da organização do espaço agrário sertanejo paraibano até a segunda metade do século XX (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 72/77).

Para o pequeno produtor e o conjunto de trabalhadores camponeses a possibilidade de combinar o plantio de algodão com a base alimentar milho-

feijão e ainda aproveitar o restolho na alimentação do gado, permitia-lhe abrir a possibilidade de acumulação. Conforme a historiografia da época, dentre as regiões que tornara-se produtoras de gado o Vale do Piancó e suas terras férteis ao longo de seus interflúvios será rapidamente apropriada por fazendeiros e grandes comerciantes de gado:

[...] Os primeiros currais foram instalados por Domingos Jorge Velho na atual cidade de Piancó, em Curral Velho e Fazenda Acuã, no município de Souza, onde hoje funciona um assentamento dos sem-terra e um projeto de agricultura familiar.

Em seguida, vieram os procuradores da Casa da Torre que não só vendiam posses como também arrendavam. [...] Os lotes denominados de Sesmarias tinham, de modo geral, uma légua de largura por três de comprimento. Os procuradores vendiam ou arrendavam e recebiam os pagamentos ou alugueis, passavam escrituras ou locações para construção de igrejas. Assim instalaram-se os currais e capelas que, com o tempo, deram lugar à fundação de vilas e cidades.

[...] O nordeste se transformou no grande produtor de gado, que era encaminhado para a alimentação da população das cidades litorâneas e dos trabalhadores dos engenhos de açúcar. (SOUZA, 2008, p. 29).

Assim, combinado ao desenvolvimento dos engenhos de açúcar no espaço quente e úmido e tabuleiros no relevo, o ordenamento do espaço do Litoral esteve articulado ao fornecimento da charqueada e de sal, bem como de outros alimentos produzidos no sertão quente-seco dominado por uma rede hidrológica pouco desenvolvida, rios temporários e relevo medianamente ondulado de solos rasos e salinizados. A produção de gêneros agrícolas, de cavalos e de carne serviu para tracionar o maquinário industrial dos engenhos, mas, sobretudo, como meio de transporte garantindo as trocas comerciais e a sujeição entre diferentes sistemas agrários.

Por razões econômicas e a necessidade da exploração agrícola e agrária o projeto colonizador português e espanhol nas Américas se desenvolveu sob a dominação material, em condições sócio-econômicas e naturais que oferecesse menor “resistência” possível ao projeto de dominação. De clima úmido-quente e produção energética o ano todo, coube ao litoral a vanguarda no desenvolvimento econômico com o sertão servindo aos interesses do comércio internacional e entre as capitanias. Estes garantiriam a reprodução de processos de acumulação de capital na origem necessários à formação da classe burguesa no centro do sistema nos séculos XVII e XVIII,

enquanto na periferia o sertão tornou-se espaço dominado, sujeito e complementar. Conforme nos lembra Andrade (1980):

[...] No Nordeste, o elemento que marca mais sensivelmente a paisagem e mais preocupa o homem é o clima, através do regime pluvial e exteriorizado pela vegetação natural. Daí distinguir-se desde o tempo colonial a “Zona da Mata”, com o seu clima quente e úmido e duas estações bem definidas – uma chuvosa e outra seca – do Sertão, também quente, porém, seco, e não só seco, como sujeito, desde a época colonial, a secas periódicas que matam a vegetação, destroça os animais e forçam os homens à migração. [...] Daí, dessa diversidade climática, surgiria a dualidade consagrada pelos nordestinos e expressa no período colonial em dois sistemas de exploração agrária diversos, que se complementam economicamente mas que política e socialmente se contrapõem: o Nordeste da cana-de-açúcar e o Nordeste do gado [...] (IDEM, p. 13).

Após o período colonial e durante a breve fase imperial, as crises do escravismo e do sistema *plantation* reforçaram o padrão desigual de apropriação e desenvolvimento do espaço agrícola e da estrutura de terras ampliados na formação do mercado de terras. No entanto, a legalização da compra e da venda de terras somente foi permitida com a promulgação da Lei de Terras em 1850, que impediu que o conjunto mais amplo de trabalhadores “livres” do campo tivesse o acesso às frações de terra.

De forma sintética após a colonização e a instituição dos reinados pelo imperador D. João (1808-1822), a situação política brasileira refletia internamente a ebulição e a pressão das classes na Europa em direção à constituição do novo estado nacional brasileiro, então em gestação. Externamente, a emergência política do liberalismo burguês na Europa colocou o problema da substituição do braço servil pelo assalariado.

A independência do Brasil, além das disputas no plano interno, foi uma questão de tempo e de gestação da burguesia nacional fato incontestável para a participação ativa do Brasil no sistema econômico do capital em formação na escala mundial.

A modernização em curso nas fábricas inglesas assumira a dianteira no desenvolvimento econômico enquanto na França a força política da burguesia cimentava as transformações nas relações capitalistas de produção nos séculos XIX e XX. Aos sertões, com o avanço tecnológico e as transformações no transporte ferroviário, coube a produção de carne simultaneamente ao fornecimento de algodão cujas máquinas de tear permaneceram nas grandes

propriedades localizadas no litoral, farto de mão-de-obra e próximo aos portos de exportação (ANDRADE, 1980) e (PRADO JR., 1969).

No século XX, a renovação das contradições no desenvolvimento sócio-espacial do campo abriu espaço para o controle social e a intervenção econômica exercida pelo Estado. A mobilidade espacial e os processos de migração dos trabalhadores sob controle metabólico do capital tem na tendência a níveis das taxas de lucro sempre em queda na agricultura a determinação da subordinação de diferentes sistemas agrários (GUIMARÃES, 1982).

De outra forma ao estudar os movimentos populacionais a autora recorda as determinações do sistema de acumulação de capital que sob a:

[...] migração tem um caráter estratégico no desvendamento da relação entre a dinâmica populacional e o processo de acumulação de capital, para além da concepção de crescimento natural – a do excesso de nascimentos sobre mortes.

Um fenômeno de importância mundial na Idade Moderna, e que nos atingiu bem de perto, foi o grande êxodo da Europa. A emigração anual média ultramarina atingiu 377 mil indivíduos por ano, entre 1846-1890; cerca de 911 mil entre 1891-1920; e, aproximadamente, 366 mil de 1921 a 1929.

Mais de 50 milhões de europeus foram para o estrangeiro. O maior volume dirigiu-se para a América do Norte. Com relação aos países da América Latina, foi significativa a migração para a Argentina e o Brasil (DAMIANI, 2002, p. 40).

As mudanças ocorridas na Europa, metamorfoses necessárias à reprodução do metabolismo social do capital, não deixou imune o Brasil sendo sentido no Sertão do Nordeste especialmente naqueles municípios menos economicamente dinâmicos como Santana dos Garrotes.

De outra forma a formação, constituição e fragmentação recentes do espaço da rede urbana não estiveram descoladas dos efeitos que as duas grandes guerras mundiais promoveram na primeira metade do século XX, e da crise econômica que “sacudiu” o mercado mundial em 1929. Estes fatos históricos foram responsáveis pela transferência da hegemonia do sistema do capital da Inglaterra para os Estados Unidos da América - EUA.

A partir de 1970, com o advento da reestruturação produtiva nas indústrias e a revolução verde no campo a pecuária bovina no sistema moderno de criação se utiliza de gado geneticamente selecionado, ração industrializada balanceada, pasto preparado por maquinário e insumos

agrícolas. A atividade, como forma de poupar força de trabalho, exige grandes extensões de terra no sistema extensivo cujo rebanho é solto nas grandes propriedades privadas. Este sistema terminou por sujeitar não apenas a pequena produção e os trabalhadores, ampliando a especialização, a divisão do trabalho e o assalariamento. Ao ampliar a dominação da grande propriedade privada capitalista termina por desterritorializar pequenos produtores e parceiros.

O sertão da pecuária, do algodão, da histórica mobilidade da força de trabalho sazonalmente às regiões úmidas e das grandes propriedades de terra permaneceu até os dias atuais reproduzindo processos de dominação e sujeição entre diferentes regiões e classes. Antes, contudo, de enfatizarmos os efeitos da crise estrutural do capital, das ações e estratégias do Estado capitalista na organização dos trabalhadores do campo, especialmente aqueles sujeitos pesquisados nas nove comunidades e sítios nossa tentativa é nos aproximarmos das condições históricas e do contexto atual da sede do município de Santana dos Garrotes.

3.2 O Espaço da Sede Municipal de Santana dos Garrotes – História e Organização

O município de Santana dos Garrotes teve sua formação histórica no século XIX, na antiga Fazenda Exu cujo povoado se desenvolvera no lado esquerdo do riacho Santana com a construção de uma capela em 1850 (IBGE, 2011). Neste período histórico vale ressaltar o papel dos padres Jesuítas, vaqueiros e índios guerreiros, sujeitos e agentes que embalados pelos interesses comerciais portugueses na colonização desenvolveram a atividade da pecuária ao longo do grande rio Piancó. Não sem resistência “o colonizador europeu travou longas guerras com índios das tribos Coremas, Panatis e Janduís” Souza (2008).

Já por volta de 1896, foi constituído o então distrito de Santana dos Garrotes, administrativamente subordinado à Piancó, passando a se chamar simplesmente Garrotes quando é elevado à condição de município por Lei Estadual Nº 2672. Passados 65 anos de dependência e parte do município de Piancó no ano de 22/12/1961, é constituído o município de Santana dos

Garrotes com o distrito de Pitombeira de Dentro pertencente ao território municipal. Esta conformação territorial permanecerá até os dias atuais conforme mapa político do Estado da Paraíba em anexo (IBGE, 2007).

Sua localização, no entanto, limita-se ao Norte com o município de Piancó, então polarizador urbano na região conhecida por Vale do Piancó, distante 23 Kms ao Norte. A Sul faz divisa com os municípios de Nova Olinda e Juru, à Oeste com Itaporanga e a Leste com Olho d'água como mostra o mapa 1. Distante de Patos 105kms pólo urbano irradiador e cidade principal a concentrar serviços, faculdades, órgãos públicos e pólo industrial.

Com uma população total de 7.266, sendo rural 3.530, e urbana 3.736, sua extensão territorial é de 354 Km², densidade demográfica em torno de 20,54 hab/Km². Sua sede municipal está localizada nos quadrantes 37.98° de longitude e 7.38° de latitude, especificamente na porção sudoeste do Estado da Paraíba. O quadro abaixo nos permite uma rápida observação acerca da evolução da população, conforme IBGE (2011):

Tabela 1 – Evolução da população residente no município de Santana dos

População	Garrotes Total (hab.)	Rural (hab.)
Censo 1991	8.064	5.643
Censo 2000	7.882	4.210
Censo 2010	7.266	3.530

Fonte: www.ibge.gov.br/cidadessat/painel.php.Resultados_do_Censo_2010. Organizado por Jackson V. Souto

Os dados acima estão a indicar certa tendência ao predomínio da população urbana e relativa perda de população no espaço rural mais fortemente a partir do último censo populacional realizado no ano de 2010. Outra informação que podemos aferir dos dados observados na tabela é a queda, em números absolutos, do total da população o que demonstra em linhas gerais que a população do município não acha atrativos para permanecer. Com a virada do milênio a mudança observada é a predominância da população residindo no espaço urbano, algo que ocorrera no Brasil na década de 1970 (IBGE, 2010). Dentre alguns indicadores potenciais para o afastamento e o deslocamento da população do espaço rural que limita o desenvolvimento da atividade agrícola no município de Santana dos Garrotes, amplia a possibilidade de concentração da estrutura fundiária e reproduz o

deslocamento campo-cidade está o fechamento de dezenas de escolas rurais bem como a incapacidade do trabalhador se apropriar da renda gerada no campo.

Administrativamente o município conta com 9 pastas e uma chefia de gabinete assim organizada: Secretaria de Meio Ambiente, de Educação Cultura e Ação Social, de Saúde, Agricultura, Finanças, Administração e Infraestrutura, e de Planejamento e Assuntos Especiais sob o comando do Senhor José Alencar Lima do Partido da Social-Democracia Brasileiro - PSDB.

Acerca das condições sociais e econômicas na sede municipal a cidade conta com 5 estabelecimentos de saúde em sua totalidade, sendo 4 municipais e 1 da rede privada com atendimento de saúde ambulatorial e odontológico, sem contudo apresentar estrutura de saúde para tratar doenças de média a maior complexidade como cirurgias de alto risco, doenças renais e/ou cardíacas e doenças típicas da senilidade. Em caso de usuários que não possam ser atendidos pela rede pública local de saúde são encaminhados à cidade de Itaporanga, Piancó, Pombal, Patos ou mesmo à Campina Grande. Estes são encaminhados aos hospitais regionais dependendo da patologia.

O município não conta com transporte próprio nem ambulância e o poder público aluga carros particulares para remoção de doentes. Em pesquisa de campo podemos observar relato de pacientes que havia um hospital filantrópico no município, mas que por “razões políticas” foi desativado.

O Serviço Médico de Urgência – SAMU, programa que funciona em parceria com a prefeitura está em implantação cujo prédio próprio já se encontra construído. A equipe médica conta com agentes de saúde que atuam em 20 micro-áreas incluindo as comunidades rurais, 3 equipes de Programa Saúde da Família – PSF, composta por Médico, Odontologista, enfermeiro e assistentes sociais.

Já quanto ao funcionamento da assistência social, em conversa informal junto à Assistente Social servidora do município, a senhora Josefa Adelaide nos informou. Quando indagada à respeito da política de assistência social municipal a referida técnica nos respondeu de pronto: as ações se desenvolvem em três programas em regime de parceria entre o município e a União.

Junto aos jovens e crianças está em funcionamento embora precário o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, conta com dois monitores capacitando jovens na formação de futuros músicos em banda filarmônica de flauta dentre outros cursos.

O Conselho Tutelar funciona em prédio alugado pela prefeitura local também em condições precárias sem contar com carro para deslocamento das ocorrências nem apoio da prefeitura.

Na assistência familiar o Programa Bolsa Família conta com uma equipe de duas técnicas, três entrevistadores e um gestor realizando cursos de corte-costura e pintura em tecidos.

Em processos de implantação encontra-se o Centro de Referência em Assistência Social – CRAS, porta de entrada dos programas de assistência social, que visa providenciar cartões de idosos, benefícios eventuais como cesta-básica, auxílio natalidade, auxílio funeral, ajuda-aluguel dentre outros. Segundo a técnica a estrutura do CRAS contará com uma psicóloga e uma assistente social, técnicas responsáveis. O que podemos observar, muito embora nossa pesquisa não tenha estes objetivos, é que a estrutura montada pelo poder público municipal para política social é frágil, incompleta e de caráter assistencialista, servindo conforme várias declarações como “troca de moeda política”.

Em relação às condições sanitárias, o tratamento de água e esgoto é feito na única unidade de saneamento básico que abastece 1.275 unidades residenciais. Deste abastecimento a Companhia de Água e Esgoto da Paraíba - CAGEPA - distribui 100M3 sem tratamento e 980M3 de água tratada, totalizando 1.080M3 distribuídos à 1.516 unidades residenciais. Já quanto ao esgotamento sanitário há variadas formas e unidades atendidas. O poder público local informa que do total de 1.836 unidades domiciliares recenseadas pelo IBGE, 793 tratam seus esgotos com fossa rudimentar, 28 com rede de esgoto própria enquanto a maioria dos domicílios 933 não recebe qualquer tratamento em seus esgotos, totalizando 4.314 moradores que ainda não recebem tratamento algum no esgoto domiciliar (IBGE, 2008) para uma população total de 7.266 habitantes.

Quanto ao destino dado ao lixo e aos resíduos sólidos a prefeitura divulga em seu sítio dados relativos ao ano de 2000, que a maior parte dos

domicílios tem o lixo destinado a “outro destino”, além daqueles previstos. Dos previstos contabilizamos 576 domicílios que tem a coleta domiciliar de lixo sendo 574 coletados por serviço de limpeza urbana e 2 com serviços de coleta em caçamba, enquanto a maioria dos domicílios, ou seja 580 queimam, enterram ou jogam em terrenos baldios espalhados por toda sede municipal.

Constatamos que não há aterro sanitário nem muito menos tratamento e coleta seletiva para a reciclagem do lixo urbano, com o lixo sendo coletado semanalmente em caminhão alugado à particular e lançado em lixão a “céu aberto” no acesso à comunidade do Maracujá.

Podemos verificar também a proximidade entre o local de despejo do lixo, matadouro público municipal e uma variedade de comércios de alimentos tais como: padarias, lanchonetes e a estrutura da EMATER que está servindo de apoio à coleta e armazenamento de leite para a Cooperativa Agropecuária do Cariri Ltda. – COAPECAL conhecida por comercializar os produtos “Cariri”. Aquele de assistência e extensão agrícola do Estado cedeu parte do escritório para que a cooperativa instale e coloque pra funcionar o resfriador de leite. Semanalmente o técnico da cooperativa contabiliza, controla, recebe e armazena o leite que o atravessador coleta junto aos produtores locais que será transportado para outro resfriador na cidade de Piancó para poder seguir para a COAPECAL.

Sem contar com “pasta própria” o transporte e a habitação municipais estão sob coordenação da secretaria de Administração e Infraestrutura contabilizando no município uma frota de 439 veículos sendo 253 motocicletas, 101 automóveis e 57 caminhonetes no ano de 2009. Quando comparamos a 2005, o número de motocicletas era de 118 e 72 automóveis, o que demonstra um crescimento de mais de 100% no número de motocicletas e de aproximadamente 50% no de automóveis. Uma das razões para o aumento expressivo no número de motocicletas em cidades com menos de 10.000 habitantes é o estímulo que o Governo do Estado da Paraíba oferta aos agricultores e pequenos produtores rurais, quando isenta parte dos impostos na aquisição do veículo, tais como o primeiro emplacamento no intuito de substituir o uso de cavalos, burros e bois como transporte campo-cidade (IBGE, 2008). Em pesquisa exploratória observamos que parte do deslocamento dos produtores rurais ocorre basicamente com o uso das

motocicletas, muito embora a presença de automóveis e cavalos também ocorra em menor quantidade.

Os acessos e as rodovias que liga o município à cidade de Piancó e Nova Olinda estão parcialmente asfaltados, embora desde janeiro de 2009 a pavimentação da BR 426, do trecho que liga Piancó-Nova Olinda passando por Santana dos Garrotes está em construção. A obra orçada em R\$12.888.792,03 com prazo para ser entregue em julho de 2010, sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura Terrestre – DNIT, foi terceirizada e está em execução pela Construtora Rodoviária Ltda. – RODOCON, responsável pela manutenção e execução do trecho já asfaltado e do que ainda está por ser feito. O trecho inicial asfaltado a partir de Piancó em função da falta de manutenção e da baixa qualidade da cobertura asfáltica, muito espessa já se encontra parcialmente comprometido com a presença de buracos, grandes sulcos na via e acostamento recoberto pela caatinga local e por animais.

As figuras 2 e 3 abaixo demonstram as condições de manutenção do trecho asfaltado que na responsabilidade da construtora RODOCON é fiscalizado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT. Com parte do “novo” asfalto já comprometido a continuidade e retomada dos trabalhos de pavimentação além de utilizar trabalhadores de outras regiões, força de trabalho especializada, denota a péssima condição de manutenção pelo Estado da Paraíba dos acessos, estradas e meios de comunicação e ligação terrestre do município de Santana dos Garrotes com outras localidades e regiões. Estes dificultam as trocas comerciais e dos produtos entre os trabalhadores e pequenos produtores rurais com o conjunto dos municípios na região. Já o trecho que liga Patos-Piancó via BR federal 361, recém- construída com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 1, na então gestão do presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva, apresenta excelente qualidade e manutenção adequados. O mesmo não pode ser afirmado na PB-426, que liga Piancó à Santana dos Garrotes já que além de não apresentar qualquer sinalização horizontal nem vertical não há acostamento e a presença de animais mortos e cortando a via é um perigo constante aos motoristas e pedestres em circulação. Em períodos de intensa chuva, como nos meses de maio a julho em que estivemos realizando parte do

trabalho de campo, o acesso só é possível veículos tracionados impedindo que caminhões que transporta mercadorias e ônibus escolares transitem entre as diversas comunidades e entre o espaço urbano e o rural.

A rodovia asfaltada mais do que facilitar a comunicação e a circulação de mercadorias e produtos agrícolas entre os municípios e com a região é garantia de maiores fluxos não só de pessoas, mas, sobretudo de trocas comerciais o que potencializa o desenvolvimento das forças produtivas. Nos meses de maior intensidade de chuvas, maio a julho, em algumas comunidades rurais somente automóveis adequados, tracionados e motocicletas se deslocam em função do relevo medianamente acentuado e da presença de pequenos açudes e riachos que invariavelmente “sangram” recobrando parte da “rodagem” que dá acesso. Não há linhas de ônibus e transporte público nem muito menos moto-taxi realizando o percurso no trecho Piancó-Santana dos Garrotes com as mercadorias e pessoas dependendo de vans e carros pequenos particulares para o transporte.

Figura 2 – Condições de Manutenção da PB 426



Fonte: pesquisa de campo, Jul/2011.

O que podemos observar nas declarações informais dos moradores da cidade é que a descontinuidade na construção do asfaltamento da rodovia é proposital e os moradores já não acreditam mais no término da obra por tantas vezes anunciada. A figura 3 abaixo demonstra as péssimas condições de acesso à sede municipal.

Figura 3- Trecho da PB-426 em Construção



Fonte: pesquisa de campo, Jul/2011.

Já no item relativo aos serviços bancários e financeiros existe uma casa lotérica que opera contas do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal – CEF, uma agência dos correios que atende correntistas do Banco Bradesco e do Brasil e dois caixas eletrônicos do Banco Bradesco.

O município conta ainda com dois cartórios sendo um de registro de imóveis e outro de registro civil, uma agência de turismo - Santana Turismo - com viagens interestaduais e intermunicipais partindo de Patos e Piancó, uma pousada com capacidade de até 6 leitos “Hotel Central” de propriedade da senhora Maria situado na Rua Renato Teotônio e a rádio FM/AM, de média frequência e de alcance local.

Os vereadores locais se reúnem em prédio próprio na Câmara Municipal Casa Coronel Francisco T. dos Santos e os munícipes contam com razoável acervo na Biblioteca Pública Municipal Adalgisa B. Palitot, aberta diariamente.

Relativo à habitação, a sede municipal possui 1.836 domicílios contabilizados, sendo deste total 1.402 próprios, 73 alugados, 329 cedidos e 329 cedidos por empregador ou outras formas (IBGE, 2008). Não existem ações e projetos específicos na pasta da habitação em andamento ou previstos na sede municipal, embora muitas reformas e ampliações particulares em residências e prédios comerciais são observadas em todo perímetro urbano. Já nos comunidades rurais dentre outros projetos observamos a construção de banheiros com fossas individuais nas unidades familiares em algumas comunidades.

Quanto aos credos religiosos há registro do predomínio de cristãos - católicos e protestantes - com a igreja matriz, principal templo construído entre os anos de 1937-46 e que sofreu uma reforma no ano de 2012. Além da matriz que está sob os cuidados do Padre Manoel Otaviano há outro templo católico localizado na saída para a cidade de Piancó. A matriz católica está localizada no centro da cidade com a paróquia ocupando espaço privilegiado, amplo salão de festas próximo à sede da Prefeitura Municipal de Santana dos Garrotes contando ainda com a presença de 3 pequenos templos evangélicos mais afastados do centro da cidade. A força da igreja católica no município é patente na presença da Diocese Católica sediada em Patos e as evidências se concretiza quando observamos as ações de organização local das famílias, grupos e trabalhadores e a presença de capelas por todas as comunidades rurais e sítios pesquisados.

Quando indagamos aos trabalhadores do campo acerca de ações, programas e projetos, bem como quando observamos o número de católicos, de templos e símbolos espacializados seja na cidade como nas estradas que dão acesso aos sítios, as evidências não são apenas simbólicas mas sobretudo, político e ideológica. Contabilizamos 9 capelas, sendo 6 católicas e 3 protestantes, espaços freqüentemente utilizados pelas comunidades rurais com o fim de realização de reuniões entre os trabalhadores, para festas junina e padroeira, bem como para os momentos de partilha e confraternização entre os trabalhadores rurais e urbanos. Assim para o conjunto de trabalhadores rurais estudados o espaço das capelas remete-se aos espaços de debate e discussão dos problemas e questões a serem enfrentados o que pode ampliar ou tornar menor o potencial de organização da classe no espaço das

associações. Uma das razões para esta observação é que os espaços das associações de trabalhadores nas comunidades rurais estudadas não possuem estrutura e prédios próprios, apesar de haver demandas nesse sentido. Essas e outras ações estimuladas pelos agentes pastorais nestes espaços criou no seio dos trabalhadores e de grupos de famílias a ideologia que o aparato, os serviços pastorais e suas diversas tendências religiosas podem estar a serviço da luta e da organização da classe trabalhadora.

A segurança pública local conta com o destacamento e a força do efetivo de 7 policiais militares, sediados no município com um carro para as diligências locais. O aparato de segurança conta com prédio próprio funcionando a cadeia pública subordinada à 3ª Cia. de Piancó. Quando indagamos ao Cabo “Daniel”, policial de plantão e responsável acerca do maior número de ocorrências e quantos presos havia no presídio, para nosso espanto o último homicídio ocorreu a mais ou menos 2 anos, resultado de latrocínio na zona rural. As principais ocorrências são devido à “desordem, embriaguez e som abusivo” numa frequência de três ocorrências/mês. A declaração acima parece entrar em contradição com a realidade e as declarações de alguns trabalhadores e moradores da cidade.

Apesar de prédio próprio a estrutura da cadeia é precária com rachaduras, infiltrações e equipamentos como rádio e computador em precárias condições de uso e manutenção. No momento de nossa entrevista apenas um preso se encontrava no xadrez, preso correccional não havendo nenhum preso judiciário. Já relativo às ações da polícia judiciária e criminal o município não conta com prédio próprio de delegacia civil, sem plantão fixo na cidade com a delegacia funcionando apenas um único dia da semana cujo delegado o Senhor Antonio é responsável em atender os delitos originados no município. A equipe de policiais civis conta com um delegado sediado na cidade de Piancó e um escrivão sem plantão fixo enquanto os militares contam com 1 sub-tenente, 3 cabos e 3 soldados operando em rondas em uma única viatura automóvel Gol. Não registramos a presença de guardas municipais nos prédios e instalações da prefeitura, embora vigias particulares e a realização de rondas de vigilância particular às residências e comércios na sede do município com uso de motocicletas já exista, denotando possível quadro de violência.

A dinâmica comercial local tem no espaço do mercado municipal o centro dinamizador das trocas. Parte do comércio local gira em torno da organização da feira aos sábados e do pagamento de aposentadorias no início de cada mês. Os dias de maior movimento de pessoas, mercadorias e visitantes bem como de consumo e trocas são a sexta-feira e os fins de semana. Distribuidores de estados vizinhos como Pernambuco e localizados na cidade de Patos e Campina Grande se responsabiliza por entregar parte das mercadorias consumidas na cidade e pelos trabalhadores do campo.

Observamos ainda desde pequenos a médios mercados, padarias, farmácias, lanchonetes, frigorífico de carne, aves abatidas e vivas, lojas de vendas de roupas de “grife” ou “boutiques”, depósitos de materiais de construção, de agrotóxicos e produtos veterinários, bares e botecos no mercado central e nas “franjas” da cidade, até *lan-house* com acesso a internet discada. O que nos chamou a atenção na feira foi à presença, mesmo que incipiente e iniciada por 10 famílias, do projeto de produção-comercialização de produtos agroecológicos e a diversidade produtiva desde medicamentos naturais, fertilizantes biológicos, mudas, arroz vermelho e sementes até hortifrutigranjeiros produzidos pelos trabalhadores do campo, alguns destes trabalhadores sujeitos de nosso estudo.

A dinâmica da feira agroecológica divide espaço no centro da cidade lado a lado com a feira de produtos convencionais. Uma diversidade de mercadorias comercializadas desde pequenos animais vivos passando pelo comércio de roupas, tecidos até utensílios domésticos como panelas, artesanato local, regional e sapatos, evidenciando a feira enquanto espaço socialmente aglutinador e fragmentador das relações da cidade com o campo. Esta exerce ainda a atração não só de consumidores, mas de vendedores ambulantes e comerciantes feirantes oriundos principalmente de cidades vizinhas como Itaporanga e Piancó. Assim a importância que assume na produção da renda local, bem como nas intensas trocas demonstra a dependência que a população urbana local tem em relação ao conjunto de atividades agrícolas desenvolvidas no campo.

A dialética campo-cidade, suas contradições e diferentes processos produtivos e de trabalho ganham relevância para explicar a par

tir da dinâmica espacial do trabalho e da totalidade viva do trabalho as mudanças em curso no espaço. A Figura 4 abaixo demonstra uma vista aérea geral do município, as duas vias de acesso e o açude que abastece a cidade ao fundo.

Figura 4 – Vista Aérea do Município de Santana dos Garrotes e o Açude Queimadas ao Fundo



Fonte: www.santanadosgarrotes.pb.gov.br/portal1/municipio/historia.asp?ildMun=100125174. Acessado em 15/05/2011.

Na educação cuja responsabilidade do Estado, observamos desde o uso político em benefício das comunidades rurais que apóia a gestão municipal local até o fechamento de escolas em vários sítios e comunidades pesquisadas. As ausências são variadas e vão desde a inexistência de transporte coletivo para o conjunto dos estudantes, passando por prédios com infraestrutura comprometida e alugados até a falta de merenda, salas, banheiros e em algumas escolas o abandono da estrutura. A fala de alguns entrevistados nas comunidades rurais é expressão do descaso e do abandono que o Estado capitalista tem para com a formação e a educação dos trabalhadores no espaço do campo e das cidades:

Outra coisa que eu acho errado em nosso país é a educação em nosso país! Por que hoje o governo ta gastando uma fortuna enorme com educação. Educa o pai e a mãe! Vocês viram ali da minha casa pra escola é 13 metros. Eu vejo a professora perguntar à criança? Como é o nome de teu pai meu filho? Papaiiii! Educa o pai! O que

uma criança vai buscar numa escola que não sabe nem como chamar o nome do pai? Isso aí eu acho que tá errado! (Jorge Calixto - Serra Branca, 2012).

Em Pitombeira de Dentro a escola tinha 4 salas, 1 biblioteca e um banheiro. Eu fui lá um dia desse e achei tudo bagunçado. O reboco caindo, as portas não reformaram e a pintura já tem uns 20 anos (Avani Augustinho da Silva - Pitombeira de Dentro, 2012).

O quadro de abandono infraestrutural das escolas do campo sem exceção evidencia não só o caráter ideológico que assume o aparato do Estado capitalista à serviço da classe dominante, mas sobretudo relativo as possibilidades de ampliação dos processos de alienação do trabalho às diversas formas que os representantes do capital assume no campo. Alguns relatos de moradores da cidade e do campo dão conta de que a educação, as escolas e o pagamento de professores dependem invariavelmente do número de eleitores votantes, ou seja, caso a comunidade vote no gestor é garantido o benefício e o funcionamento, caso contrário se houver resistência e consciência políticas a escola é fechada.

A partir dos dados do IBGE o quadro mais amplo do ensino no município conta com um número total de 201 docentes que atuam em escolas da rede pública municipal e estadual além de um colégio privado. O trabalho dos professores em sua maioria, no entanto, é na rede municipal de ensino que soma um total de 107 docentes, equivalendo a 53% dos professores em 26 espaços escolares do fundamental ao ensino infantil. 19 é o número total de prédios destinados à educação infantil e fundamental e 2 destinados ao ensino médio para uma população total de 1.701 estudantes do ensino básico. Destes a maioria está matriculada no ensino fundamental (1.254) ou 55,3%, frequentando a rede estadual 830, enquanto apenas 42 alunos estudam no ensino fundamental da rede privada (IBGE, 2009).

De outra forma importa neste momento aproximar-nos da descrição e da dinâmica própria que a evolução dos elementos naturais simultaneamente ao ordenamento sócio-espacial no conjunto do município assume na atualidade. O desenvolvimento da estrutura fundiária no espaço do município não escapou daquelas determinações já anteriormente observadas dos regimes difusos de propriedade da terra reproduziram ao combinar sistemas agrários distintos. O

resultado foi: concentração de terras, riqueza e valor pela classe dominante. O quadro mais amplo da estrutura da terra, as condições dos produtores, as culturas agrícolas e a criação predominante bem como evidenciar a dialética relação sociedade-natureza no conjunto da paisagem.

3.3 Terra, Propriedade e Estrutura Fundiária Municipal

Levando em conta a complexidade que assume os sistemas econômicos e sociais a reproduzir-se nos mundos do trabalho do campo importou para nós descrever na escala municipal o regime predominante de propriedade, a condição dos produtores passando pelas culturas produzidas no município. Para tal empreitada o conceito de metabolismo²⁶ sócio-natural permitiu-nos, na medida exata, desvelar parte das especificidades locais dentre elas o conteúdo que assume a terra e o trabalho na reprodução social junto aos trabalhadores do campo e nas estratégias de organização e resistência do conjunto de trabalhadores camponeses no distrito de Pitombeira de Dentro e nas comunidades rurais.

Após pesquisa exploratória observamos que a morfologia da paisagem rural de Santana dos Garrotes é similar aos analisados em outros estudos de geografia agrária no espaço do semiárido paraibano (MARQUES, 1994) e (GRABOIS; MARQUES; SILVA, 1991). Frações do espaço agrário têm na lenta transformação de sistemas extensivos de criação e agrícolas em ocupação parte do conteúdo que assume os territórios. Uma das explicações para o baixo rendimento/há. agrícola pode está na impossibilidade de realização do sistema de rotação de terras, impedido pela estrutura concentrada da terra somado às técnicas que entra em contradição com os sistemas político e econômico vigentes. Como lembra-nos os autores:

[...] É um sistema extensivo no qual, paradoxalmente, a rotação de terras está cada vez menos presente. Tal fato, porém, não se deve a qualquer progresso técnico, mas sim a limites impostos por uma estrutura fundiária que, concentradora de terra, gera como contrapartida uma quantidade enorme de pequenas propriedades. A estrutura fundiária interfere, assim, decisivamente no sistema

²⁶ Metabolismo é conceito empregado para definir o trabalho como “um processo entre o homem e a natureza, um processo pelo qual o homem, através das suas próprias ações media, regula, e controla o metabolismo entre ele mesmo e a natureza” (FOSTER, 2005, p. 201).

agrícola, provocando modificações que poderão trazer problemas econômicos e ecológicos pela redução de tempo de pousio por falta de espaço, no caso das pequenas propriedades. [...] (GRABOIS, MARQUES e SILVA, 1991, p. 88).

Ora se a terra participa como principal meio de produção no labor agrícola e a separação entre trabalhadores e/ou produtores e a terra já se encontra parcialmente concretizada no desenvolvimento do modo de produção capitalista na agricultura, o centro da questão não está nas técnicas mais avançadas e modernas, mas nas relações sociais e de produção ao entrar em conflito com o desenvolvimento das forças produtivas. Assim avança nas grandes propriedades capitalistas de terra a atividade da pecuária bovina e de corte, de raça selecionada, manejo racional e de rendimento maior no caso a nelore e o mestiço enquanto ao pequeno produtor é permitida apenas a criação para a produção de leite em escala invariavelmente menor. O domínio territorial daquelas grandes propriedades capitalistas determina a presença maciça de pequenos estabelecimentos na estrutura fundiária no município de Santana dos Garrotes. Dentre as dimensões identificadas e predominantes nos estabelecimentos pesquisados há uma variação entre 50 a 1ha. no distrito de Pitombeira de Dentro e entre 40 e 6ha. nas comunidades rurais dentre elas a de Aroeiras, uma das principais na produção de arroz vermelho.

Nossa pesquisa, como já destacado anteriormente, não levou em conta toda a área rural do município de Santana dos Garrotes em virtude de nossa preocupação estar concentrada em entender como se organizam os trabalhadores camponeses ou não, produtores de arroz vermelho. Por esta razão foram nove territórios, dentre estes incluindo um distrito e oito comunidades rurais e sítios. Aqui é importante destacarmos a distinção entre comunidades e sítios pela autora:

A comunidade rural (camponesa) é uma forma de agrupamento social, que organiza, segundo modalidades historicamente determinadas, um conjunto de famílias fixadas ao solo. Estes grupos elementares possuem, por um lado, bens coletivos e indivisos, e, por outro, bens privados, conforme relações variáveis, mas, sempre, historicamente determinadas (LEFEBVRE, 1981 apud MARQUES, 1994, p. 97).

Enquanto a comunidade evoca simultaneamente unidade espacial e social, diferentemente do termo sítio, que a nível social corresponde ao grupo

de vizinhança Marques (IDEM). Assim os territórios estudados são compostos por nove diferentes espaços sendo: o distrito de Pitombeira de Dentro que possui desenvolvimento distinto das 8 comunidades rurais. Destes os de Aroeiras, Gravatá, Pereiros e Maracujá apresentaram maior complexidade na organização e dinâmica espacial, inclusive contando com trabalho e organização da luta no sentido de maior coletivização, enquanto outros quatro sítios: Cabaceiras, Palestina, Pé de Serra e Serra Branca observamos apenas de forma embrionária a organização dos trabalhadores e de suas associações. A Tabela 2 abaixo dá o quantitativo de trabalhadores pesquisados a partir dos territórios observados. A sequência, na disposição das unidades espaciais estudadas, obedece a ordem decrescente do número de estabelecimentos rurais com produção de arroz vermelho:

Tabela 2 – Amostra dos Sujeitos Pesquisados

Unidade Espacial	Total de Trabalhadores	Amostra Pesquisada (20%)
1. Distrito Pit. de Dentro	80	16
2. Aroeiras	70	14
3. Serra Branca	15	3
4. Gravatá	10	2
5. Maracujá	80	16
6. Palestina	30	6
7. Cabaceiras	20	4
8. Pereiros	20	4
9. Pé de Serra	20	4
Subtotal	345	69

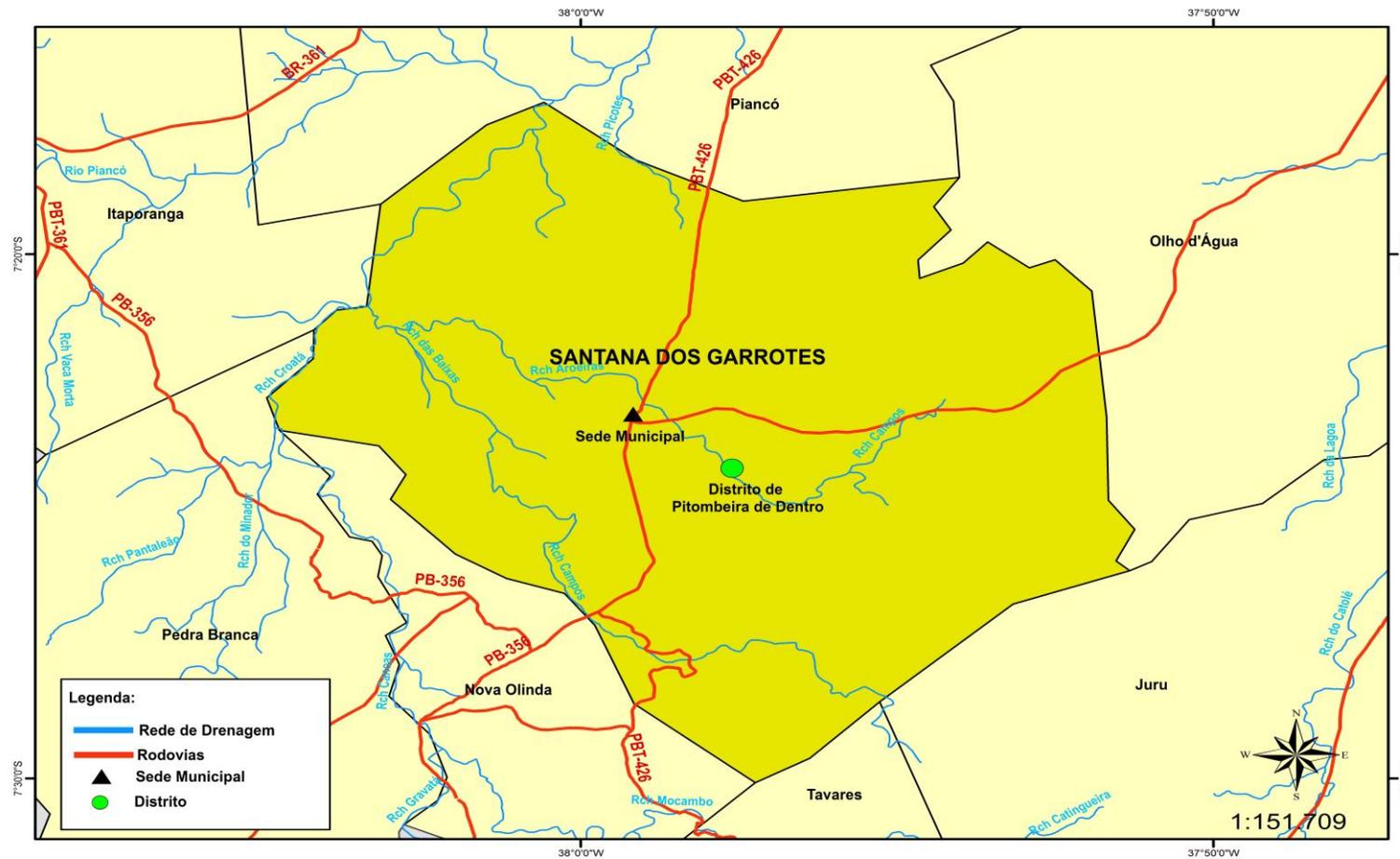
Fonte: Dados coletados em pesquisa de campo, 2009. Organizado por Jackson Vital Souto.

Os acessos e as vias de comunicação ao espaço das comunidades e sítios variam e estão localizados conforme um complexo sistema de relações. No caso de Palestina e Gravatá identificamos a estrada que dá acesso aproximadamente à 1km à esquerda antes de chegar à sede do município no sentido Santana dos Garrotes-Piencó, cujo trecho é feito em “estrada de chão”. A distância é de aproximadamente uma légua²⁷ entre estas comunidades e a sede municipal. Já a comunidade de Gravatá, cortada pelo rio de mesmo nome, seu acesso por automóveis de grande porte fica restrito ao período seco

²⁷ Légua é a unidade de medida usada pelos trabalhadores locais e equivale a aproximadamente 6 km.

já que nos meses de inverno a estrada é cortada pelo leito do rio de mesmo nome. Passando pelo povoado de Palestina chega-se aos primeiros estabelecimentos localizados na comunidade de Gravatá tendo acesso apenas somente motocicletas, bicicletas e carroças e cavalos nos estabelecimentos mais distantes conforme Figura 5 abaixo - Mapa Rodoviário e Hidrológico.

Figura 5 – Mapa Rodoviário e Hidrológico de Santana dos Garrotes/PB



Fonte: SEPLAN/PE. Org. Girlân Cândido, 2012.

Em nossa pesquisa podemos vivenciar dois momentos distintos e as mudanças que a presença-ausência de água no leito dos riachos produz junto aos estabelecimentos e trabalhadores, bem como no conjunto dos sistemas agrícolas e na atividade humana em desenvolvimento. Relações e processos de trabalho e de produção são dinamizados, muito embora não estejamos afirmando qualquer determinação de ordem única e linear. Dentre as condições precárias e degradantes de vida e de trabalho que os trabalhadores do campo, incluindo arrendatários e aqueles sem terra, enfrentam não é apenas de ordem ideológico e político, mas, sobretudo material e concreta. A falta de estradas, acessos, infraestrutura como pontes, passagens molhadas e pontilhões nas comunidades rurais estudadas impede não só a comunicação entre os trabalhadores e entre as diferentes comunidades e sítios e é uma forma do Estado capitalista e seus agentes manter o controle da organização e dos trabalhadores. Ao restringir o acesso aos espaços sociais e de produção e trabalho o Estado limita que potenciais compradores e consumidores dos excedentes resultantes do trabalho no campo possam comprar diretamente parte da produção de arroz vermelho e simultaneamente estimula o “atravessador”, comerciante “parasita” que media as relações entre a produção e o consumo. Outra dificuldade para a maior parte dos trabalhadores estudados é que nos meses de inverno há o perigo do isolamento no espaço em função da inexistência de infraestrutura e de vias adequadas de comunicação.

As falas dos trabalhadores ilustram o descaso do Estado representado pelo poder público municipal, frente às condições de infraestrutura nos sítios e por outro lado demonstra a importância que assume o espaço e as associações de trabalhadores rurais como caminho alternativo na conquista de benefícios e organização do trabalho. A falta de condições de acesso e de comunicação entre os trabalhadores do campo e a sede municipal implica além do isolamento social no espaço consideráveis perdas de renda para o conjunto de trabalhadores dos sítios Serra Branca, Gravatá e Aroeiras, mais significativamente produtores de arroz vermelho no município. Quando

indagados se houve alguma ajuda do Estado no financiamento de infraestrutura às respostas são negativas:

Até hoje não tem benefício de nada não, por que agente não tem uma ajuda de nada! Aqui agente trabalha por conta. Pra construir prédio, todo o mantimento, tudo por nossa conta e nós não tem uma ajuda de governo, nem de prefeito nem de nada. Nós não tem um tijolo e tudo foi botado aqui por nossa conta (Bia – Presidente da associação de trabalhadores de Aroeiras, 2012).

As declarações delimitam claramente a ação e o controle que o Estado capitalista exerce junto aos trabalhadores do campo. Assim as formas de organização política e econômica inclusive ideológica passam a ser relevantes no conjunto do ordenamento territorial pesquisado desde que construídas coletivamente pelo conjunto de trabalhadores do campo e das cidades. Nossa pesquisa avançou sobre a organização dos trabalhadores e observamos que parte das conquistas e da luta dos trabalhadores em algumas comunidades rurais encontra nas associações de trabalhadores rurais a expressão das ações coletivas e de resistência frente ao domínio do capital e aos interesses de classe engendrados pelo Estado:

Até no projeto que tem agora pra sair de duas passagens molhadas eu já fui em João Pessoa e outra em Campina Grande e consegui um recurso em projeto de R\$126.000,00 pra construir essas duas passagens molhadas. Eu já abri a conta e to esperando só o momento cair esse dinheiro pra eu começar a obra. Isso ai é pelo governo que eu fiz pelo BNB, via Projeto Cooperar que ta dando uma força através da sede de Itaporanga. Sempre é Jaci. (Bia - Presidente da Associação dos trabalhadores de Aroeiras, 2012).
 Se der pra nós passar nas Aroeiras, a gente sai. Mas talvez as estradas estejam ruim e a gente tem que voltar pra pegar outra estrada, pra voltar para Aroeiras. Mas como o foco é Serra Branca pra onde nós vamos ver o arroz. Não, não, não! Isso aqui é aquela história que eu contei, isso aqui é daquele convenio que fizemos do projeto como eu já disse no BNB. **Aí saiu uma reforma pra aí e existia esse outro poço aqui, mas a água dele não saia e com a minha experiência e nós do grupinho que tava trabalhando, agente viu que a água vinha mais desse lado! Então vamos fazer assim e afastar um metro, cavar desse lado aí.** Essa água aqui ta indo lá pro abatedouro!! Lá onde Zé galego tava matando os frangos lá. Vai pra lá! Eu sei que daqui até lá dá 2 Kms. A propriedade do ex-prefeito tem outro poço desse ai, mas não é igual a esse ai não! (Raimundo Isidro - Maracujá, 2011).

Seguindo no espaço em direção à sede municipal após passarmos pela Igreja Católica Matriz e o prédio da Prefeitura Municipal, seguindo no sentido Noroeste passamos pela Cadeia Pública e podemos acessar duas estradas

que nos permitirá chegarmos a seis sítios: Cabaceiras, Pé de Serra, Serra Branca, Maracujá, Pereiros e Aroeiras. Retornando para a sede municipal podemos seguir no sentido Sul em direção à cidade de Nova Olinda quando localizamos, a aproximadamente 3 Kms de estrada de barro, o entroncamento que dá acesso à comunidade de Pitombeira de Dentro. Nossa orientação no espaço foi feita e (re) feita inúmeras vezes e em diversos momentos, seja na fase exploratória de pesquisa seja nos momentos de realização das entrevistas semiestruturadas.

Se considerarmos que a estrutura fundiária, o regime de propriedade predominante e as relações de trabalho com o capital determinam as condições locais de reprodução social dos trabalhadores do campo e que estas condições entram em contradição com as diversas expressões do capital passa a ser relevante o levantamento do número de pequenas, médias e grandes propriedades rurais no espaço agrário de Santana dos Garrotes. O desenvolvimento histórico e as condições de reprodução na estrutura da terra no sertão paraibano estão inseridos no quadro mais amplo de desigualdade entre distintos regimes e sistemas agrários e de terras, originalmente partilhado no momento colonial como já observado anteriormente. Assim a Tabela 3 abaixo demonstra o quadro mais amplo da estrutura fundiária municipal,

Tabela 3 – Evolução da Malha Fundiária Segundo os Imóveis Rurais do Município de Santana dos Garrotes

Município		Total		Até 100		101 a 999		< 1000	
		1985	2012	1985	2012	1985	2012	1985	2012
	Estabelecimentos	IBGE	INCRA		Incra		Incra		Incra
Santana dos Garrotes	Área (há)	36.949	25.986	12.768	13.050	11.446	8.736	12.735	4.200

Fonte: IBGE (1985)/ INCRA (2012). Organizado por: Jackson V. Souto.

É importante frisar que apesar de metodologias distintas do IBGE e do INCRA, foi possível interpretar os dados. Enquanto o IBGE não distingue os regimes de propriedades rurais familiares daqueles privados capitalistas dividindo em grupos de áreas e condição os produtores, o INCRA utiliza como referencia o número total de imóveis e os grupos de área correspondentes por

imóveis. De uma ou outra forma e levando em conta diferentes metodologias os dados disponíveis pelos diferentes órgãos do Estado somados aos dados levantados por pesquisa de campo, informações das Tabelas 2 e 3, é possível afirmar que a política de Reforma Agrária de mercado adotada pelo aparato e aparelho do Estado não tem alcançado a desconcentração da terra. Em alguns casos as ações e estratégias do programa de reforma agrária adotado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário na gestão da Presidente Dilma, continuidade do então Presidente Luis Inácio da Silva, tem contribuído para ampliar o quadro já elevado de concentração fundiária e a distancia que separa os diferentes sistemas agrários em desenvolvimento no semiárido paraibano.

As evidências são de que, apesar do predomínio da pequena propriedade, algo em torno de 93% do número total de estabelecimentos agrícolas no município, a área ocupada por estes era de somente 34% ou de aproximadamente um terço na década de 1980. A observação do desenvolvimento histórico da estrutura fundiária municipal permitiu que inferíssemos que aquele fato reproduzido no espaço das comunidades rurais estudadas não destoa das condições de reprodução da propriedade e estrutura agraria e da terra na escala nacional. Localmente a estrutura fundiária repete o padrão nacional de concentração e distribuição de uso da terra. Para além foi possível observar que a partir dos dados relativos à malha fundiária adquiridos no INCRA, se levarmos em conta apenas três imóveis com tamanhos acima de 500 hectares, ou seja, as grandes propriedades, estas ocupam uma área total de aproximadamente 20% de toda área agricultável no município. Para um total de 1.096 imóveis rurais apenas 3, ou seja 0,002%, ocupam uma área de 4.810 hectares de terras agrícolas o que confirma uma das razões para a minifundiarização do espaço agrário no município de Santana dos Garrotes.

Tendo a Tabela 4 abaixo como referência dos dois últimos Censos Agropecuários pode-se concluir que a redução de proprietários ocorre simultaneamente ao aumento no número de parceiros, rendeiros e posseiros, o que pode denotar a piora das condições de vida e de trabalho em virtude da perda da propriedade da terra indicativo de potencial aumento na concentração de terras. Este movimento na estrutura fundiária do município realiza-se

através da aquisição e/ou compra entre grandes e pequenos proprietários ou em função da partilha das terras em regime de herança. Em relação à área ocupada segundo os dados oficiais do IBGE, já no ano de 1985 apenas duas grandes propriedades privadas capitalistas ocupavam a mesma dimensão de terra que todas as pequenas propriedades no município, algo em torno de 12.735ha (IBGE, 1996, 2006).

Tabela 4 – Evolução da Condição dos Produtores no Município de Santana dos Garrotes

Município	Total	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
		estabel ecimen tos	Área (ha)	Estabel ecimen tos	Área (ha)	Estabel ecimen to	Área (ha)	Estabel ecimen tos	Área (ha)
Santana dos Garrotes									
1980	827	718	32778	55	2305	SR	SR	54	491
1985	894	890	36922	3	26	SR	SR	1	0
1996	671	659	23334	3	205	7	85	2	1361
2006	726	550	16184	30	693	64	1286	82	1438

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE. Organizado por Jackson Souto

A dinâmica sócio-espacial do campo no município de Santana dos Garrotes e o avanço da propriedade privada são expressões do avanço da divisão do trabalho que ao se desenvolver no espaço, engendra contradições. Diferentes relações de trabalho e de produção entram em conflito com o desenvolvimento das forças produtivas. A fala do trabalhador pequeno produtor é alusiva quanto às contradições em reprodução no espaço:

Toca! Só que o problema é porque os jovens não querem trabalhar mais hoje. Nós temos esse problema aqui na nossa região, que eles vão para o corte de cana e não fica na roça. Nessa época aqui você vê pouca gente demais homi. Tão tudo lá pro lado do corte de cana! Tem deles que se despedaça todim, quando vem no final do ano trás R\$ 4.000,00 ou R\$ 5.000,00 e tem deles que saiu devendo e chega devendo!! (Raimundo Isidro, Maracujá, 2011).

A declaração indica que as condições de trabalho e de vida dos sujeitos pesquisados são permeadas por momentos de (des) realização subjetiva e concreta quando comparado ao conjunto dos trabalhadores do campo e das cidades. O ordenamento do capital tem no domínio do metabolismo social, no

limite da acumulação, a garantia da reprodução em escala regional e local da fragmentação política do trabalho ao (des) terrar parte do trabalho migrante.

No limite a organização dos trabalhadores e das associações de trabalhadores, enquanto espaços de resistência e produção potencial de consciência e de luta de classes entram em contradição econômica e ideológica já que o trabalho migrante é reprodutor da diferenciação social e espacial nos estabelecimentos rurais bem como processos de subordinação e sujeição entre o duplo sistema em desenvolvimento no espaço agrário paraibano. A exiguidade de terras e o avanço da modernização agrícola nos espaços da pecuária faz sujeitar o trabalhador e a renda da terra do pequeno produtor aos sentidos da especialização produtiva. É na produção de galinhas de corte, avicultura, que o capital agroindustrial e na forma de cooperativas de produção aproveita-se do trabalho familiar tipicamente camponês e do trabalho em regime de arrendamento, este último historicamente trabalho migrante em determinado período do ano. Além de tirar duplo proveito ao sujeitar a renda da terra e o excedente do trabalho, o atual sistema de acumulação do capital ao mobilizar a força de trabalho, mercadoria em movimento no espaço, coloca em confronto leis econômicas mediadas pela relação salário-lucro. A declaração abaixo expressa a reprodução da diferenciação e da fragmentação perpassadas pelo trabalho migrante:

Pra o senhor vê como o problema é difícil! Nós tinha lá um rapaz e não era que o trabalho fosse puxado, mas que tinha que ter responsabilidade. **O rapaz chegou e disse que isso aqui não é pra mim não, e eu vou é pro corte de cana! Ai deixou nós todo a toa e chegou numa hora e disse que eu vou embora e ai estamos nós lá, todo a toa.** Eu e mais Zé Galego, com as tarefas da gente e quando Zé Galego ta no abatedouro a gente tem que cuidar das galinhas. E quando to em casa tem que ir pra lá. Mas tem momento que é preciso a gente ficar, por que não vai deixar morrer uma coisa que agente lutou pra conseguir, né? Ai tamos assim. (Raimundo Isidro - Maracujá, 2012).

A reprodução da especialização produtiva nos estabelecimentos pesquisados ao fragilizar as táticas de diversificação produtiva e uso do trabalho pelos trabalhadores camponeses e arrendatários fragmenta a organização econômica dos trabalhadores e ideologicamente constituem no campo as condições concretas e subjetivas para o avanço do capital na agricultura. Quando comparamos dados atuais relativos aos imóveis rurais no

município de Santana dos Garrotes, coletados junto ao INCRA, com os dados publicados pelo Censo Agropecuário (IBGE,1985), conforme tabela 2 acima podemos inferir uma série de questões, tais como: passados aproximadamente três décadas e apesar do número de estabelecimentos até 100ha (IBGE) ser relativamente menor que o número de imóveis rurais fornecidos pelo INCRA, a área ocupada por estes imóveis permanece numa variação entre 35% a 49%, conforme o indicador usado.

Se tomarmos em conta as médias e grandes propriedades, os dados fornecidos pelo IBGE indicam que 65% da área produtiva estão ocupadas por grandes e médias propriedades, enquanto os dados do INCRA este percentual é de aproximadamente 50%, ou seja, usando uma metodologia ou outra os dados expressam aquilo que se reproduz em todas as regiões e municípios brasileiros: a concentração de terras, riqueza e de valores de uso pelas classes dominantes. Ao observar o predomínio da pequena produção, a área ocupada, o número de imóveis e o tamanho dos estabelecimentos rurais a tentativa é aproximar o leitor do espaço do campo no município de Santana dos Garrotes. Estes se identificam como agricultores sem terra, trabalhadores e produtores nos estabelecimentos estudados. Neste sentido, sem perder de vista a totalidade viva do trabalho tornou-se consequente, portanto, interpretar a realidade considerando a permanência da questão agrária e a importância que assume a propriedade da terra na agricultura. No entanto, o ordenamento territorial nos permitiu afirmar positivamente que parte das forças produtivas em desenvolvimento no campo de Santana dos Garrotes tem de forma ampla no avanço do capitalismo na agricultura, ou seja, nas relações sociais que travam com o capital uma das estratégias que garante a reprodução social e as condições de vida, mesmo que na forma de trabalho migrante e no limite informal.

Assim observamos no campo coexistências de relações de trabalho e de produção distintas tais como a parceria e o arrendamento, bem como o assalariamento e o pagamento de salário por produção como ocorre com o trabalhador migrante contratado temporariamente nas usinas de álcool e açúcar, especialmente para o Estado de São Paulo no caso dos sujeitos de

nossa pesquisa. O debate acerca das estratégias, ações e organizações dos trabalhadores do campo deve então ser perpassado por entender a dinâmica complexa que assumem os mundos do trabalho (THOMAZ JR.,2002) (FABRINI, 2003).

A coexistência de relações de produção tipicamente não capitalistas, como o regime de parcerias e mutirão, e de trabalho no espaço das cidades ou ainda nas usinas de álcool no estado de São Paulo são expressões da fragmentação e precarização por que passa os mundos do trabalho. Essa condição é perpassada pela organização do trabalho nas associações de trabalhadores rurais, pelo aparato ideológico do Estado capitalista, mas, sobretudo pela luta de classes e os reveses dos conflitos entre salário e lucro dos capitalistas. A diferenciação social e espacial, controlada pelo Estado capitalista, é produto de processos comandados pelas possibilidades de concretização do sistema de acumulação do capital reproduzindo no seio da classe trabalhadora momentos de (des) realização e desterritorialização (THOMAZ Jr., 2004).

Após a década de 1970, comandado pelo sistema do capital mundial, ocorrem novas transformações nos processos produtivos e de trabalho. A mudança está ligada à amplitude e à escala que assumem a degradação social e da natureza em expansão com o capital mundializado. No campo o uso de novas tecnologias impregnadas de conhecimento científico amplia-se e é responsável, mesmo que momentaneamente, pelo aumento da produtividade e do rendimento agrícolas. A expansão da pecuarização no sertão do Nordeste, bem como da ampliação das trocas comerciais e circulação de mercadorias altera as bases econômicas e as forças produtivas em vigor, muito embora por pouco tempo em virtude do quadro complexo de contradições. A finalidade do aparato tecnológico e das técnicas utilizadas nos sistemas de irrigação bem como a aplicação de venenos e insumos foi garantir por um lado níveis de acumulação de capital adequados na indústria e por outro garantir que as taxas de lucro na agricultura, tendencialmente negativas, fossem mantidas.

A presença do Estado capitalista na agricultura assumiu, no caso da crise econômica que abateu o Brasil, importância significativa a partir da

segunda metade do século XX, até tornar-se o principal agente a controlar e garantir a plasticidade e a mobilidade social do trabalho no espaço e das relações capital-trabalho (Andrade, 1981; Guimarães, 1982; e Thomaz Jr, 2002). Os efeitos negativos e as conseqüências sociais para o trabalho da reestruturação produtiva no campo e na agricultura brasileira somente foram sentidos com mais intensidade no final do século XX.

Por outro lado no plano internacional a reestruturação produtiva, gestada nos países centrais a partir de 1970, significou dentre outras estratégias a retração acentuada do Estado regulador do mercado, bem como a financeirização de parte da economia mundial. No campo, este processo ficou conhecido como a “revolução verde” – pacote tecnológico que combinou uso de insumos agrícolas e avanço do trabalho morto, ou seja, das máquinas em substituição ao trabalho vivo na agricultura. Este movimento de renovação das forças do capital significou dentre outras coisas uma resposta diante da crise que o aumento do preço do barril de petróleo instalou em escala mundial, que atingiu inclusive o Brasil. Sobre estes fatos o autor desenvolve:

[...] foi idealizada para salvar a agricultura do mundo subdesenvolvido de uma suposta incapacidade de vencer os obstáculos tecnológicos, [...]. Remover os obstáculos tecnológicos – e só eles – significava adotar um “pacote de insumos” que incluía sementes de variedades melhoradas, de alto rendimento, principalmente de trigo e arroz acompanhadas do uso obrigatório de grande proporção de fertilizantes, de equipamentos mecânicos avançados e de sistemas de irrigação controlado [...] (GUIMARÃES, 1982, p. 223).

O trabalho industrial da era Fordista já não exercia seu poder de vanguarda e alcance nas fabricas de todo o mundo e a “bola da vez” no início do século XX, era o modelo Toyota de linha de produção e de trabalho descentralizado no espaço. Dentre as novas prerrogativas de organização do trabalho industrial, o processo de trabalho conhecido como toyotismo exigia capacidade intelectual continuada dos trabalhadores sem retardar um minuto sequer os níveis de produtividade. Na agricultura a reestruturação produtiva significou a reestruturação de espaços, ou seja, maior concentração de terras, maior amplitude das contradições entre capital - capital e os trabalhadores do campo.

Na Paraíba os efeitos do movimento de reestruturação no campo vieram acompanhados de fusões, aquisições, fechamento e compra de usinas, engenhos e terras de fornecedores pelos grupos usineiros mais intensivamente capitalizados no litoral (MOREIRA e TARGINO, 1997a).

Localmente o rebatimento daqueles processos é exemplificado na relação metabólica direta que o ser social desenvolve com os seres inorgânicos da natureza e consigo próprio. A relação metabólica é sintetizada quando indagamos a ausência de água no sítio Maracujá, as consequências e ações dos trabalhadores do campo. O trabalhador camponês reproduz com fidelidade o complexo sistema de decisões teleológicas em que deve desenvolver com a natureza, mediada pelo trabalho ontológico. Simultaneamente à consciência a fala (re) coloca na medida exata os termos que a mediação dialética sociedade-natureza impõe historicamente ao conjunto de trabalhadores na atualidade:

Se esse rio que passa aí fosse perene isso aqui é tudo terra de arroz, mas por conta que não tem água o cara planta pasto e vai criar boi (Raimundo Isidro – Maracujá, 2011).

Assim a capacidade ontológica do trabalho na transformação do espaço está diretamente relacionada à dinâmica do metabolismo social, que dominado pelo capital transforma e media os momentos e espaços do “por teleológico” subordinando conforme seus interesses diferentes sistemas agrários.

Elementos outros na conformação da paisagem são os processos pedológicos, edafo-climático, de fluvio-pluviometria bem como hidrológico, hidroquímico e ecológico. Estes compõem o quadro mais amplo da fisiogeografia local distintos do espaço da Zona da Mata e do Agreste nordestinos. Contribuem sobremaneira ao desenvolvimento das especificidades reproduzidas no espaço de clima semiárido quente-seco com chuvas escassas e irregulares e médias pluviométricas em torno de 268 a 800 mm/ano.

Assim no espaço das comunidades e sítios estudados o potencial hidrológico, a disponibilidade de recursos hídricos (RADAMBRASIL, 1981) e a hidrogeologia (IBGE, 2006), são essenciais no estabelecimento dos sistemas agrícolas, dependentes que são conforme as técnicas, relações sociais, de

trabalho e de produção em desenvolvimento. O controle pelo Estado da disponibilidade, qualidade, tratamento, coleta e uso da água que abastece as comunidades rurais e sítios no município determina a dinâmica do trabalho na terra em função do sistema de irrigação usado e da capacidade de capitalização dos produtores.

Observamos ainda conforme Radambrasil que a distribuição anual de água superficial é super-concentrada (4dC), ou seja, o regime hidrológico municipal segue o ciclo inconstante e reduzido de chuvas do sertão, enquanto a capacidade de armazenamento das águas subterrâneas apresenta médio a fraco desempenho variando entre $0,2 \times 10M^3/Km^2/ano$ a $0,7 \times 10M^3/Km^2/ano$. Embora a capacidade de acúmulo subterrâneo de água não seja plenamente desenvolvida, há relatos de experiências exitosas na instalação da barragem subterrânea como estratégia de garantia de água para uso diverso na comunidade de Pereiros. Isto demonstra que mesmo diante de uma situação de saída bastante adversa para prática agrícolas dependentes de água, através do trabalho isto pode ser superado, desde que haja acesso à terra.

Quanto à combinação da geologia dos diferentes sítios com a capacidade da rede de aquíferos predomina solos granodioritos grosseiros à fino de cor cinza-róseo com a presença de quartzo e um sistema de aquíferos com reduzida importância, descontínuo e restrito a zonas fraturadas.

O relevo é acidentado, pouco favorável ao armazenamento de água em área de rochas cristalinas expostas às fraturas e à intemperismos, conforme Figura 6 da página 125, que destaca o pontão na comunidade “Pé de serra”. Quanto à vulnerabilidade do aquífero à degradação e poluição, a rede de riachos e rios temporários apresenta uma condição alta à negligenciável conforme mapa hidrogeológico em anexo (IBGE, 2006).

A vulnerabilidade à degradação é ampliada devida à retirada de parte da mata ciliar com o aproveitamento das margens de riachos e pequenos córregos para o plantio da rizicultura nos “alagados” e “baixios”. Quando indagado a respeito da necessidade de água para a produção o pequeno produtor descreve com clareza:

O solo também; a água é muito profunda, né! Só se fosse uma máquina que perfurasse um poço com mais de 100 metros. Pois bem, o baixio tem muito uma rocha medonha. Aí na minha roça tem

um, eu furei 50 metros e só dá 3.000litros/hora. Para a gente produzir precisava de mais ou menos 8 a 9.000litros/hora. Aí dava pra ocê plantar uma área para produzir 100 sacos de arroz ou até mais. A área mesmo que é favorável é Aroeiras e Serra branca, por que tem o rio perene e os açudes são grandes que soltam água (Raimundo Isidro - Maracujá, 2011).

Nas comunidades, somadas à baixa capacidade no acúmulo de água subterrânea, relevo acidentado que frequentemente inviabiliza o uso de várzeas bem desenvolvidas no curso dos rios e uma estrutura agrária rígida, predominam em algumas frações de terra e sítios visitados solos rasos e medianamente salinizados de difícil aproveitamento agrícola. Apesar do quadro natural a paisagem do campo no Nordeste apresenta uma das maiores densidades demográfica do mundo, muito embora o espaço apresente uma ocupação e distribuição da população acentuadamente irregular. Como observa o autor acerca das condições e das relações sociais e naturais frente à estrutura agrária concentrada:

[...] No vasto território dos sertões secos, onde imperam climas muito quentes, chuvas escassas, periódicas e irregulares, vivem aproximadamente 23 milhões de brasileiros. Trata-se, sem dúvida, da região semiárida mais povoada do mundo. E, talvez, aquela que possui a estrutura agrária mais rígida na face da terra. Para completar o esquema de seu perfil demográfico, há que sublinhar o fato de se tratar da região de mais alta fertilidade humana das Américas. Uma região geradora e redistribuidora de homens, em face das pressões das secas prolongadas, da pobreza e da miséria (AB'SÁBER, 2003, p. 92).

O armazenamento, uso e manutenção históricos da semente na variedade de arroz vermelho no município de Santana dos Garrotes em reprodução nos sítios e sistemas agrícolas em desenvolvimento conformadores de diferentes paisagens podem indicar certo potencial da organização dos trabalhadores sob certas condições físicas, naturais e sociais mesmo que no limite.

As diferentes formações pedológicas, solos susceptíveis à salinização, presença de rochas fraturadas, relevo acidentado e diversificado bem como o desenvolvimento de micro-climas observamos, por exemplo, na comunidade “Pé de Serra”, afloramento de “pontão”. Neste caso a paisagem está a delimitar o domínio clássico dos “sertões secos” como observou o professor Ab’Sáber (IDEM).

A Figura 6 abaixo revela parte da paisagem do campo exigindo do conjunto de trabalhadores táticas das mais variadas tais como barragens subterrâneas, cisternas de placa e mutirões na organização do trabalho nos momentos de maior intensidade como são os momentos de colheita.

Figura 6 – Presença de Pontão na Comunidade “Pé de serra”



Fonte: pesquisa de campo, 2011. Organizado por Jackson V. Souto

Portanto, quanto à geomorfologia os solos predominantes no município de Santana dos Garrotes têm nos planaltos residuais um dos limites, paisagem reconhecida pelos contrafortes do extenso planalto da Borborema no sentido Norte-Sul, no Estado da Paraíba. A presença de formas de dissecção variando de aguçada a convexas são separadas geralmente por grandes vales de fundo plano e uma rede de drenagem pouco desenvolvida. A presença do pontão no sítio não por acaso denominado de Pé de Serra altera parte do metabolismo a se reproduzir nas práticas agrícolas em solos que varia de bruno não cálcico com boa textura medianamente argiloso à litólicos eutrófizados, como demonstra o mapa geomorfológico e de solos nº volume 23 em anexo (RADAMBRASIL, 1981).

A sede do município de Santana dos Garrotes está localizada numa altitude relativamente baixa de aproximadamente 322m acima do nível do mar, coordenadas geográficas de 37°59'09' longitude-oeste e 07°23'02', de latitude-sul. A cobertura vegetal predominante no município é aquela típica de caatinga intensamente devastada pelo homem, de floresta estacional semidecidual que combina agricultura de culturas temporárias ou cíclica como o consórcio de feijão-milho e arroz vermelho com a formação natural da caatinga arbórea aberta sem palmeiras, típicas de clima quente e seco, xerófila ou adaptada a poucas chuvas com destaque na paisagem para a presença de marmeleiro, jurema, unha de gato, xique-xique, mandacaru, pereiro, favela e umbuzeiro (IDEM, 1981), conhecidas plantas do “sertão bravo”.

Assim o ordenamento sócio-espacial e a diversidade de sistemas agrícolas e agropastoris observados nas comunidades rurais foram estruturados no desenvolvimento de culturas temporárias e permanentes dispersas no espaço. De acordo com o último Censo a agricultura no município de Santana dos Garrotes produziu: 415 mil litros de leite de vaca; 393 mil dúzias de ovos de galinha possuindo um rebanho bovino de 9.262 cabeças; 908 cabras; 912 ovelhas; 869 suínos; 11.969 aves e 2 bubalinos numa área de pastagem natural de 7.507ha. A área total para a lavoura é de 2.360ha sendo destes 594 irrigados, enquanto 6.989ha são de matas e florestas (IBGE, 2006).

Já as lavouras temporárias, as culturas de maior expressão são exatamente aquelas cuja capacidade de adaptação ao clima se encontra intensamente desenvolvida, tais como: Arroz; Algodão herbáceo; batata-doce; feijão e milhos com exceção do tomate. Nas lavouras permanentes com pouca expressão destaca-se o cultivo de banana, coco-da-baía e a manga (IDEM). Estas notas ao espaço agrário do município de Santana dos Garrotes teve a finalidade de aproximar o leitor ao espaço do campo no município de Santana dos Garrotes e ao contexto mais amplo da sede municipal. Sabemos tratar-se apenas de uma aproximação e não pretendemos esgotar a complexidade social em reprodução no espaço.

Nosso próximo assunto a tentativa foi verticalizar questões relativas à organização do espaço agrário e agrícola e as formas institucionalizadas ou não do trabalho e da produção em que os trabalhadores rurais e do campo reproduzem.

Questões como participação e pertencimento de classe dos trabalhadores do campo, suas associações de trabalhadores rurais foram entrecruzadas pela intensa mobilidade dos trabalhadores no espaço. Nossa preocupação foi entender o controle que o Estado capitalista exerce sobre a organização do conjunto de trabalhadores do campo ao mediar e regular o reordenamento do espaço produtivo assim como as possibilidades de luta e resistência no município de Santana dos Garrotes. Quando indagamos aos sujeitos de nosso estudo acerca das associações ficou evidente a importância para a luta dos trabalhadores na sociedade cujo metabolismo social é dominado pelo capital. O que podemos inferir é que a organização do trabalho no espaço do campo somente será efetiva e concreta quando o sentido de pertencimento de classe avançar na mediação dos processos simultâneos de formação e trabalho. A declaração de um dos presidentes de associação evidencia as fragilidades e as condições para o fortalecimento da luta:

No início nós achava que não precisava de associação e nós já tinha um grupo formado, mas depois começou a gente pensar em conseguir projetos, Cooperar e essas coisas. Melhorar pra associação e a gente só podia receber algum benefício com a documentação da associação legalizada. Esse foi o motivo por que a gente tinha que se legalizar, pra através da associação conseguir projetos, reivindicar coisas do prefeito.

[...] Contribui, por que a gente tá num estágio que só consegue alguma coisa através de associações, por mais que tenha dificuldades e os trabalhadores não acredite muito, mas a gente não pode acabar a associação por que a tendência era que a gente até crescesse e criasse um cooperativismo ai, e organizasse a produção através das cooperativas. Se nós ficar apenas na associação em que nós vamos melhorar? Fica eu na minha casa e nada consigo né! Fica isolado demais!!

É falta de conhecimento, falta de organização, de formação! O cara tem que conhecer que ele é capaz. Eu acredito muito que era melhor quando o menor passasse a acreditar no menor. É quando o pobre acreditar nisso! O pequeno acreditar no pequeno né? Não ficar esperando que doutor fulano resolva. Melhorar a ideologia do cara, da pessoa! (Nelito - Pereiros, 2012).

Nossa análise pretende refletir acerca das possibilidades e dos limites para o desenvolvimento da questão política no campo expressos na produção social de espaços de resistência, de luta e na organização da classe trabalhadora (FABRINI, 2003). Compreendemos que a luta por emancipação humana perpassa por ações individuais e coletivas com as associações de trabalhadores potencializando o combate frente à ideologia burguesa.

TRABALHADORES DO CAMPO E SUAS ASSOCIAÇÕES: ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA?

Ao observar a organização, no espaço das comunidades rurais e distrito, das associações de trabalhadores rurais compreendemos que a construção de ações sociais, táticas e estratégias de resistência dos trabalhadores do campo sofrem um complexo sistema de determinações: históricas, político-econômica, ideológica, sociais dentre outras como tentamos demonstrar anteriormente.

Dentre as comunidades rurais e distrito estudados foi preciso destacar o desenvolvimento de Pitombeira de Dentro. Este distrito, ao se tornar pólo de atração, (re) ordenou no conjunto do espaço do município, forças políticas, econômicas e sociais. Apesar de maior dinamismo quando comparado a outras comunidades rurais o desenvolvimento sócio-espacial não esteve relacionado à maior concentração de serviços e comércios, típico de pólos urbanos locais como as cidades de Piancó e regionalmente a cidade de Patos. Estes últimos centros urbanos, pela presença de determinados serviços de saúde, educação e financeiros exercem influência urbana na organização e na dinâmica por toda região do “Vale do Piancó”.

Assim a constituição histórica do espaço de Pitombeira de Dentro não reproduz uma concentração de trabalhadores e capitais vivendo de atividades outras como comerciais e industriais, e sua dinâmica espacial continua predominantemente no espaço agrário e agrícola. O comércio é incipiente e apresenta fraco potencial atrativo urbano bem como a diversificação de serviços e de infraestrutura próximo ao povoado. Sua importância deve-se, sobretudo, à sua localização mais ao Sul do município de Santana dos Garrotes ocupando, na paisagem, um dos vértices do triângulo que mantém os municípios de Nova Olinda e Pedra Branca equidistantes. De forma exploratória observamos que a sede do distrito, enquanto espaço nuclear de agregação de atividades, festas e momentos de troca entre trabalhadores e comerciantes, não tem dinâmica própria pela ausência de serviços como o bancário, correios e urbanização.

A presença de despoldadeira de arroz, de sede própria de associação, de ruas pavimentadas e com eletrificação, estabelecimentos rurais servidos de poços, posto de saúde avançado e escola expressa parte das conquistas, da luta e da organização dos trabalhadores do campo neste espaço.

No final do século XX, o progresso e a modernização chegaram com mais intensidade ao campo reestruturando uma série de atividades e de capitais. Um conjunto de atividades produtivas e de trabalho reestruturados sob uma estrutura agrária desigual e concentrada coexistindo modos de produção distintos: tradicional/rudimentar ao moderno. O avanço do progresso produziu mudanças na ordem político-econômica, ideológica e territorial, sem, contudo alterar o ordenamento social. Para a pequena produção, trabalhadores camponeses, arrendatários e sem terra a estratégia da diversificação do sistema agrícola sofre limitações e está associada à disponibilidade do principal meio de produção: a terra. Portanto, o tamanho dos estabelecimentos define as possibilidades de uso da terra e manejo do solo e quando combinadas à criação, de modo similar ao apontado por Grabois et al no início dos anos 1990, permite associações entre diferentes culturas e suas relações:

O rudimentarismo dos sistemas agrícolas e pastoris aí encontrados não exclui sua associação, traduzida em alguns traços fundamentais: os animais são utilizados para tração; o estrume, apesar de perdido na maior parte, vem sendo gradualmente utilizado em culturas como a do alho e a da palma; parte da alimentação do rebanho se baseia no restolho das culturas.

Assim, a existência do roçado não pode ser compreendida isoladamente, mas, ao contrário, deve ser vista em suas relações orgânicas com a pecuária [...] (GRABOIS, MARQUES, SILVA, 1991, p. 89).

É preciso destacar que o movimento do trabalho no espaço agrário tornou-se historicamente um complexo de sistemas em disputas territoriais ora em conflito aberto, ora em cooperação. A diferenciação, nos processos de apropriação e distribuição de terras, ocorre desigualmente nos territórios e a tendência é que produtores com maior potencial em se capitalizar, ou seja, àqueles estabelecimentos de uso intensivo e maior aproveitamento tecnológico, expressão do avanço da reestruturação produtiva, fragmente e desterritorialize as diversas categorias de trabalhadores do campo.

Somados a isto o aparato ideológico do Estado capitalista, seus programas, projetos e agentes simultaneamente ao financiam a

modernização da agricultura reproduzem ideologicamente valores como universalidade, cidadania, inclusão e benefício a todos, desconsiderando os interesses de classe vigentes na sociedade capitalista. Assim, suas ações definem como moderno e de vanguarda o produtor rural que usa todo o potencial hídrico, as inovações e os pacotes tecnológicos estimulados em projetos de irrigação e aproveitamento de águas fluviais e/ou subterrâneas. São sistemas agropecuários praticantes do confinamento e seleção das melhores e produtivas raças bovinas, na compra e aquisição de sementes geneticamente modificadas e rações balanceadas facilmente encontradas no mercado local e regional. No entanto, o uso dos pacotes tecnológicos nas grandes fazendas de criação de gado e produção de monoculturas com elevados níveis de capitalização e técnicas e tecnologias inovadoras não concretizou as previsões de maior rendimento e produtividade agrícolas, conforme o discurso do capital agroindustrial, do agronegócio subsidiados pelo Estado capitalista. Os resultados econômicos, financeiros e sociais da agricultura capitalista quando comparado aos praticados pela pequena produção e pelo conjunto dos trabalhadores do campo são ínfimos e pífios e expressam o esgotamento do modelo importado de produção agrícola e uso da terra Oliveira (1995).

Desta maneira o Estado capitalista com seus agentes planejadores e condutores da política de modernização agropecuária não levam em conta as estruturas econômicas, políticas e sociais alienadas do trabalho na sociedade do capital. Ao desconsiderar o complexo sistema social e a realidade dos mundos do trabalho “esfumaça” leis econômicas que ordena a sociedade atuais como a mais-valia retirada da mercadoria força de trabalho bem como o saque da renda da terra produto do conjunto dos trabalhadores camponeses no momento da circulação das mercadorias. As ações de modernização na agricultura perdem de vista a totalidade e o movimento contraditório em que a práxis do trabalho se insere na relação com o capital e ao transformar a natureza.

Quando indagamos ao conjunto de trabalhadores camponeses e arrendatários se predominam sistemas agrícolas ou pastoris, de criação ou de roça, verificamos que em todos os territórios estudados as respostas não foram unânimes, ocorrendo uma diversidade de táticas na organização da produção e

nos processos de trabalho. As evidências apontam para, apesar de lentas transformações, o predomínio da criação como atividade essencial nos territórios em franca pecuarização.

O avanço da pecuarização no espaço do município de Santana dos Garrotes, no entanto, sofre limitações em última instância da estrutura e da malha fundiária municipal concentrada e estabelece as condições para a subordinação entre diferentes sistemas agrários: a grande e a pequena propriedade. Quando indagamos o conjunto de trabalhadores a respeito de qual atividade predominava obtivemos respostas que vão nesta direção, por exemplo:

A criação. A gente vende ovos e galinha. A gente vende quando precisa pra comer uma carne e a gente mata e come. A criação em função da terra está em litígio na herança e a gente não tá cultivando nada, apenas criando (Maria Aparecida - Pitombeira de Dentro, 2012).

A roça de arroz exige mais trabalho. Depende de chuva e quando não chove a gente tem de molhar. Quando no inverno isso aqui é área de ficar molhada e se não tiver cuidado o rio leva tudo. A agricultura gera mais, mas a terra é pouca e não permite criar muito (Maçal Marcelino, Gravatá, 2011).

A partir da fala dos trabalhadores, verificou-se que quando a “invernada” é boa os trabalhadores têm nos roçados a principal forma de geração de renda, apesar da exigência maior de braços e força humana para o trabalho quando comparado à criação. Mesmo naquelas comunidades, como em Gravatá e Aroeiras cuja presença de água fluvial permite o cultivo contínuo de arroz vermelho durante a safra agrícola, os trabalhadores e pequenos produtores esbarram na descapitalização e nos limites impostos pela intensividade que o manejo do solo e o uso da terra reproduzem nos estabelecimentos estudados Grabois et al (1991; 1992)

Assim os planos de modernização e maior racionalidade agrícola do Estado capitalista, com o discurso de inclusão produtiva do agricultor familiar, intensificaram a diferenciação sócio-espacial e reproduziram a desigualdade. O desenvolvimento das forças produtivas encontra seus limites no estabelecimento das relações de produção que quando fragmentadas produz as condições para intensificar a desterritorialização dos trabalhadores do campo, ampliar a mobilidade social no espaço e precarizar as condições de vida e de trabalho das diferentes formações sociais.

A partir de 1970 o Estado capitalista, ordenado por condições distintas de reprodução mundial do capital, inicia um período histórico caracterizado por reduções e perdas de direitos sociais e do trabalho anteriormente conquistados. No Brasil a política de redução e avanço do Estado “mínimo” incluiu o espaço do campo através da política agrária e agrícola de caráter assistencialista implicando conseqüências para o conjunto de trabalhadores do campo e das cidades (CARVALHO, 2007). Antes, contudo, de passarmos a compreender a participação e o pertencimento de classe, nos espaços de organização e luta dos trabalhadores rurais analisaremos as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores do campo.

4.1 Condições de Vida e de Trabalho no Espaço Agrário de Santana dos Garrotes

Em relação aos dados mais gerais tais como as condições sócio-demográficas, de consumo e saúde e educação preferiu-se condensar parte dos dados nas Tabelas 5 e 6. As informações resultam da aplicação de 69 formulários de pesquisa junto aos estabelecimentos rurais estudados e levantam questões de caráter mais gerais tais como: gênero, escolaridade, o lugar de origem, se trabalhou em outra atividade além da roça e quais são os equipamentos eletro-eletrônicos mais consumidos. Podemos inferir das tabelas 5 e 6 abaixo que a presença predominante no espaço agrário do município de Santana dos Garrotes é de homens com ensino básico, fase fundamental incompleta cujo local de origem é o espaço do município de Santana dos Garrotes. Além de ter nascido predominantemente na cidade de Santana dos Garrotes muitos sujeitos da pesquisa têm no sítio em que vivem e mora a resposta do lugar de origem denotando importante relação com a terra. Cidades vizinhas como Nova Olinda, Piancó e Itaporanga aparece como resposta embora com menor frequência. Dois fatos despertaram nossa atenção: a alta mobilidade social no espaço denotando a reprodução do trabalho migrante, a presença feminina e de idosos, principalmente nos estabelecimentos cujo trabalhador reproduz a condição mais precária de trabalho e de reprodução social: migrante e arrendamento de terras.

TABELA 5 – Quadro Sócio-demográfico dos Trabalhadores do Campo

Comunidade Rural	Sexo		Escolaridade				Lugar de Origem			Teve outra atividade fora da roça		
	M	F	Anal.	Alf.	Fund	Médio	Sítio em que vive	Santana dos Garrotes	Outros – Qual?	Não	Sim – Quais?	
Maracujá (16)	8	8	2	6	4	4	1	13	Sítio dos Morros; Piancó;	15	Doméstica(1); auxiliar de enfermagem(1);AS (1)	
Pereiros (4)	3	1	2	-	2	-	-	3	Pedra Branca	4	-	
Pé de Serra (4)	3	1	1	1	1	1	-	4	-	4	-	
Cabaceiras (4)	3	1	1	1	2	-	-	4	-	4	-	
Serra Branca (3)	2	1	1	-	1	1	-	3	-	2	Agente de saúde(1)	
Gravatá (2)	1	1	-	-	2	-	-	2	-	2	-	
Palestina (6)	2	4	-	2	4	-	-	5	São Paulo	5	Bóia-fria(1); construção(1)	
Pitombeira de Dentro (16)	8	8	3	7	4	2	11	-	Itaporanga (2);Nova Olinda; Tavares;Brejo dos santos	14	Doméstica(1); Pedreiro(1); escola(1)	
Aroeiras (14)	10	4	5	1	5	3	11	1	Maracujá (2);	12	Professora(2);merendeira(1);	
Subtotal- 69	40	29	15	18	25	11	23	35	11	62	12	
Total	69		69				69			74		

Fonte: Dados coletados em pesquisa de campo entre os anos de 2010 a 2012. Organizado por Jackson V. Souto

Ao enumerar os aparelhos eletrodomésticos e eletroeletrônicos consumidos e em uso nos estabelecimentos observamos geladeira, fogão e celular, os que apresentaram maior frequência. O destaque é o uso combinado de fogão a gás e à lenha.

O acesso à geladeira e televisão indica dentre outras mudanças o hábito e a dieta alimentar mais dependente das mercadorias industrializadas razão pela qual a geladeira e o fogão foram os itens de consumo 100% presentes nos estabelecimentos mesmo naqueles mais precarizados. Nestes o uso do fogão à lenha aparece como alternativa de barateamento dos custos. Quando consideramos o computador, item relativamente supérfluo, a proximidade espacial com a sede da cidade pode indicar a presença maior nos estabelecimentos. O sítio Maracujá foi aquele com maior número de estabelecimentos com computador, dois registros, enquanto no item impressora não houve ocorrências. Podemos inferir que a ausência de conexão à rede mundial de computadores, Internet, implica no número reduzido de computadores e acessórios como as impressoras.

Chama atenção o número elevado de eletroeletrônicos no distrito de Pitombeira de Dentro, totalizando 92 equipamentos em 16 estabelecimento estudados girando em torno de 6 aparelhos por estabelecimento, enquanto no sítio Aroeiras apenas 72 registros para um total de 14 estabelecimentos rurais.

TABELA 6 – Registro de Aparelhos Eletroeletrônicos nas Comunidades e Sítios

Equipamento/ Sítios	Maracujá 16		Pereiros 4		Pé de Serra - 4		Cabacei ras- 4		Serra Branca-3		Gravatá -2		Pales tina-6		Pitombeira de Dentro-16		Aroeiras 14	
	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N
TV	16	-	4	-	3	1	4	-	3	-	2	-	6	-	16	-	13	1
Celular	16	-	4	-	4	-	4	-	3	-	2	-	5	1	13	3	10	4
Rádio	14	1	4	-	4	-	4	-	3	-	2	-	5	1	16	-	14	-
Geladeira	16	-	4	-	4	-	4	-	3	-	2	-	6	-	16	-	13	1
Fogão - gás/lenha	16	-	4	-	4	-	4	-	3	-	2	-	6	-	16	-	14	-
Liquidificador	4	12	2	2	2	2	3	1	3	-	2	-	5	1	12	4	7	7
Ventilador	3	13	1	3	-	4	1	3	3	-	2	-	5	1	10	6	8	6
Lavadora	1	15	-	4	-	4	-	4	2	1	-	2	2	4	1	15	-	14
Computador	2	14	1	3	-	4	1	3	-	3	-	2	1	5	-	16	-	14
Impressora	-	16	-	4	-	4	-	4	-	3	-	2	-	6	-	16	-	14
Outros	Video game e DVD - 5	11	DVD e ferro - 2	2	DVD e ferro - 3	1	DV D e ferr o - 2	2	Bate deira , ferro , DVD -5	-	Fer ro - 2	-	DVD, ferro micro - onda s -8	-	Ferr o - 6	10	Ferr o - 3	11
Subtotal	83	41	26	18	24	20	26	17	28	7	16	6	49	19	92	70	82	72

Fonte: Dados coletados em pesquisa de campo no ano de 2011. Elaborado por Jackson V. Souto.

Quanto à presença e ausência de escolas rurais observamos existência, estrutura e espaços destinados às escolas rurais. Apenas em quatro das nove comunidades rurais estudadas há escolas, todas em precário funcionamento e estrutura. Os relatos dos trabalhadores e seus filhos, no entanto, evidenciam a ausência quase total de manutenção nas escolas rurais pelo gestor municipal. Quando indagamos a respeito se membros da família já deixaram de morar na comunidade e/ou sítios para estudar, as respostas são variadas inclusive naquelas comunidades onde há presença de escola rural:

Sim, dois filhos em João Pessoa. Uma na UFPB estuda Serviço Social e outro cursinho para tentar fisioterapia (Francisco Adilson – Serra Branca, 2011).

Os dois filhos. A filha que estuda direito em Patos e o filho que está em João Pessoa na casa do estudante no 2º ano do ensino médio (Averlúcia Costa – Maracujá, 2011).

Entendendo o ensino-aprendizagem como momento importante para a formação humana característico da sociedade moderna é que compreendemos o espaço da escola como possibilidade formadora de diferentes níveis de consciências, muito embora predomine a formação para atender aos interesses do mercado de trabalho.

Aquele processo é pautado em valores urbanos, tais como o consumismo, na democracia burguesa e na liberdade dentro e no interior do mercado, tornando-se mero instrumento de reprodução da lógica capitalista. Quando procuramos relacionar mobilidade social no espaço e educação observamos que parte importante dos filhos de trabalhadores que saem das comunidades deve-se a luta por trabalho e renda na conquista de emprego. A ausência e mesmo manutenção adequada das escolas e do ensino no campo contribui para ampliar a elevada migração campo-cidade especialmente junto aos estabelecimentos rurais cuja reprodução é de trabalhadores sem terra e arrendatários. A declaração em relação ao valor que a educação tem para os trabalhadores é expressa quando perguntamos se gostaria de ter continuado os estudos:

Teria sim. Foi um grande erro ter deixado! Devia ter me formado em alguma coisa. Papai tinha 4 filhos, ele era pobre e hoje percebo que agente passa fome. Papai ficou numa situação difícil, endividado e eu deixei a escola. **A agricultura não dá mais para viver! O pequeno produtor está desaparecendo! No sistema capitalista o pequeno produtor desaparece. Eu via como uma lenda, mas hoje eu to vendo jovens e velhos deixarem a agricultura.** Acabou o algodão, aí o pessoal tá desestimulado a continuar. Eu vivia da agricultura, mas quando acabou o algodão eu tive que ficar na roça, pois eu não tinha outra opção. A gente tem que estudar! Quem não estuda tá “ferrado” (Manoel Nelito Leite – Pereiros, 2011).

Se por um lado a agricultura produtora de alimentos não permite que o trabalhador se aproprie da renda suficiente para sua reprodução e reproduza a mobilidade necessária do trabalho no espaço por outro o capital realiza a redução necessária do valor trabalho no espaço urbano. A educação pode ser uma alternativa no tempo futuro do trabalhador do campo mesmo com as dificuldades existentes na época em que estudavam, inclusive aquela de pagar professores particulares:

No tempo em que estudava, minha mãe pagava os professores e para pagar era complicado! Nós pagava e depois só dava o dinheiro para comer. O cansaço da vida e do trabalho. Eu pensei errado! Mas aqui as escolas foram sempre difíceis. Pra começar o aprendizado dos alunos é zero e a estrutura fica muito a desejar. Veio melhorar de uns anos para cá. A escola que tivesse privilégio do prefeito era beneficiada (Raimundo Isidro – Maracujá, 2011).

A consciência é revelada pelo trabalho ao refletir a ação do Estado capitalista, cuja escola burguesa é espaço de reprodução da alienação não permite que os filhos dominem a leitura e a escrita mesmo passados alguns anos de frequência escolar. É o analfabetismo estrutural. As falas denotam o valor que os trabalhadores dão ao processo de formação relacionado às possibilidades de trabalho e renda. Reproduz também a possibilidade de diferenciação econômica e social entre os trabalhadores dependendo dos níveis de aprendizado adquiridos:

Eu me casei, comecei a botar roça e aí foi quando parei. As professoras vinham ensinar em casa. Antigamente eu estudava de dia e a noite. Hoje o menino passa 12 anos na escola e não sabe nem ler nem escrever (Antônio Passos, Maracujá, 2011).

A referência do ensino antigo revela um estudo, apesar de particular, de turno integral vinculado aos momentos de trabalho. O interesse de classe é reproduzido no espaço escolar em função da qualidade e dos indicadores de

ensino da escola pública em relação aos colégios particulares o que denota um sistema educacional que distingue escola para trabalhador de escola para formar os quadros técnicos do Estado burguês. Novos estudos devem ser realizados para a temática da educação do campo que longe de esgotar apenas esboçamos já que não foi nosso objetivo.

Quanto ao quadro amplo das condições de saúde e moradia dos trabalhadores do campo, camponeses e sem terra a realidade é preocupante em virtude da incidência de doenças crônicas. Estruturalmente são moradias que possuem 5 a 6 cômodos em média, de alvenaria de tijolo, telha simples, piso cimentado, contando com energia elétrica, banheiro no interior da casa, fossa séptica e água encanada que através de motor-bomba é transportada de cisterna para caixa de água no interior da residência. O número de membros nas famílias é de predominantemente 3 a 5 pessoas, embora tenhamos observado estabelecimentos com casais morando em casas de taipa. A ausência de política de urbanização e estrutura de moradias no município foi observada no espaço da sede municipal. Outro aspecto são as condições de transporte dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, até a rede hospitalar na região, indicativo de descaso municipal com a saúde dos trabalhadores:

A gente não escolhe quando vai adoecer, mas deveria ter acesso à transporte. Daqui pra Piancó eles cobram R\$100,00 pra levar. Em Santana dos Garrotes não tem atendimento (Maria Aparecida – Pitombeira de Dentro, 2011).

As doenças crônicas, típicas da senilidade observada nas comunidades rurais e sítios demonstram o predomínio de idosos nos estabelecimentos rurais. O uso de medicamentos para doenças como hipertensão em 30 estabelecimentos rurais pesquisados na comunidade de Pitombeira de Dentro e Aroeiras indica que 40% (13), dos sujeitos da pesquisa faz uso de medicamentos para controle da pressão arterial. Esta situação se repete nas outras comunidades e sítios e pode indicar desde a automedicação até a falta de condições de trabalho nos estabelecimentos rurais. As declarações reproduzem a ausência de condições de trabalho adequadas já que nas atividades produtivas o manuseio de equipamentos cortantes e perfurantes é normal:

No posto de saúde é difícil mesmo. Quando o povo do sítio chega no posto, o remédio só serve para a cidade. O povo da cidade é vivo! Nós somos menos informado. Quando o povo do sítio chega eles já sabem e quando pergunta eles já dão informação errada (Leonor Teresa- Aroeiras, 2011).

Sim meu esposo foi internado no hospital de Itaporanga. Ele foi ajeitar um motor e aconteceu o acidente (Maria José- Pitombeira de Dentro , 2011).

A avaliação que fazem do atendimento hospitalar, as causas de internação nos relatos dos trabalhadores dão conta de que 40% das internações mais simples são realizadas em Piancó e têm como causas doenças típicas de países da periferia do sistema: bronquite asmática, gastrite e infecção urinária, dores de cabeça, febre e diarréias. Para o Hospital Regional de Patos são enviados os casos mais complexos como os Acidentes Vasculares Cerebrais - AVC e aqueles mais graves o destino é o Hospital Regional de Campina Grande: traumatismos, intoxicações diversas e problemas vesiculares. A elevada prevalência de doenças relacionadas ao coração pode indicar a ausência de condições de saúde adequadas dentre elas uma dieta alimentar balanceada e que forneça o mínimo calórico requerido. Quando indagados a respeito da relação da saúde com a dieta alimentar as falas denotam uma relação direta:

Tem, sabe por quê? Eu não posso comer comida salgada e não posso comer muitas coisas carregadas. Tem que ter frutas!(Jorge Calixto – Maracujá, 2011).

As repostas positivas quando a pergunta refere-se à avaliação da saúde no município denota dentre outras questões o uso político que é feito pelo poder público local na contramão dos interesses e necessidades do conjunto dos trabalhadores do campo estudados. Quando comparamos saúde e (in) existência de alimentos saudáveis ou envenenados as declarações evidenciam possíveis relações entre os efeitos negativos provocados pela industrialização dos alimentos, ao abuso no uso de agrotóxicos até a imposição de padrões e da dieta alimentar pela lógica do mercado:

Sim, primeiro as coisas é industrializada, é uma química danada e as coisas é tudo com veneno (Raimundo Isidro – Sítio Maracujá, 2011).

Eu acho que sim! Tipo frutas compradas na cidade é tudo com agrotóxicos e eu acho que isso afeta a saúde da população. O veneno sempre faz mal. Por que eles pensam mais no dinheiro do que em si próprio. Quem cuida de roça não está preocupado com quem vai comprar! (Maria de Fátima – Aroeiras, 2011.)

Alimento industrializado e as frutas de qualidade consumidas no espaço urbano estão contaminados e devido à industrialização são considerados como alimentos de qualidade inferior. Afetam diretamente a saúde do trabalhador que tem no fetiche da mercadoria e do dinheiro sua preocupação maior.

Já para o item atividade que os trabalhadores realizam no estabelecimento rural foi importante notar que dos 69 sujeitos de pesquisa, 62 responderam ter na agricultura e na criação de animais as principais atividades, muito embora apareça em menor número o exercício da profissão de doméstica (2), construção (2), agentes de saúde (1), merendeira (1) e professor (1). Foi importante destacar que parte das atividades assumidas pelos trabalhadores que não consta a agricultura como principal, as declarações tem no serviço público municipal a fonte de renda em ocupações vinculadas às escolas rurais e aos postos de saúde.

A presença concreta do trabalhador bóia-fria, cortador de cana, como atividade em um dos estabelecimentos não altera a condição predominante entre os trabalhadores arrendatários de trabalho migrante e reforça o quadro econômico e social de intensa mobilidade dos trabalhadores no espaço²⁸. A quase totalidade dos estabelecimentos estudados aponta para a presença de migração temporária e menos intensa aquela permanente. Juntamente com a reprodução da atividade do corte de cana, trabalhador rural bóia-fria, o trabalho informal foi observado quando da migração para outras regiões e cidades.

A dependência da renda oriunda do trabalho precário no assalariamento temporário a cada safra no corte de cana no estado de São Paulo pode indicar a ausência de terra, principal meio de produção, bem como uma tendência ao arrendamento como relação de produção.

Quando indagamos o tamanho da propriedade e confrontamos com o quadro mais amplo de atividades desenvolvidas, tais como a criação de

²⁸ A referência à reprodução do caso de bóia-fria é apenas para indicar qual atividade é dominante e não representa a situação geral de mobilidade temporária dos trabalhadores no espaço das comunidades rurais estudadas.

animais e a agricultura as respostas confirmam o que aponta parte do referencial teórico. A diversidade de sistemas agrícolas e agropastoris, as técnicas de trabalho empregadas no cultivo e na criação, o manejo e uso da terra variam conforme a disponibilidade, uso e intensividade de capital, terras e trabalho.

De outra forma a ocupação do espaço agrário no município de Santana dos Garrotes quando comparados às outras regiões do sertão paraibano apresenta especificidades que não nos permite realizar generalizações Grabois et al (1991). A presença de rios e riachos temporários cuja rede de drenagem é pouco desenvolvida, formações rochosas cristalinas expostas, clima quente e seco com chuvas escassas e relevo ondulado impede a evolução de solos adequados ao desenvolvimento agrícola. Há presença de solos granodioritos, ou seja, granuloso e o relevo levemente aplainado próximo aos últimos contrafortes da chapada da Borborema na Paraíba no sentido PE-PB, conforme a Figura 6 do pontão na página 125. Desta forma o uso agrícola e o manejo do solo têm nos espaços dos interflúvios grandes depósitos de sedimentos e matérias orgânicas, o que favorece os roçados de arroz vermelho exigentes de umidade. A imagem abaixo demonstra a prática do roçado no “baixio” de arroz em área próxima ao riacho de Aroeiras no sítio Serra Branca. O regime de mutirão entre camponeses membros da mesma família se combina ao uso de trabalhadores no regime de arrendamento:

FIGURA 7 – Baixio de Arroz Vermelho no sitio Serra Branca

Fonte: pesquisa de campo, 2011. Org. Jackson Vital Souto

A forma que assumem os “pacotes de solos” delimita, sem determinar, a possibilidade de desenvolvimento dos sistemas agropastoris e agrícolas em terrenos mais úmidos. A presença de *inselbergs* e pontões contribuem para aumentar a capacidade de armazenamento hídrico, embora insuficientes já que a rede de drenagem apresenta fraca evolução. As formações rochosas cristalinas e a forma que assume o relevo em vale têm nos interflúvios a possibilidade do domínio da natureza pelos seres sociais. Parte das práticas produtivas e do manejo dos solos tem nos roçados de arroz vermelho, nas áreas de baixio cujo acúmulo de sedimentos é maior e ondulações relativamente planas, espaços por excelência dominados pelo trabalho vivo produtor de excedentes. Os baixos investimentos de capital exigidos para o cultivo de arroz nos sistemas agrícolas em desenvolvimento no campo de Santana dos Garrotes são compensados por frações de terras mais úmidas, férteis e cuja possibilidade de uso da força produtiva possa (re) produzir socialmente os trabalhadores camponeses e arrendatários. Dentre as

limitações impostas aos trabalhadores a exiguidade de terras, a falta de instrumentos adequados de trabalho e a incapacidade de acumular capital produtivo. Assim os sistemas agrícolas de cultivo de arroz vermelho tem status de “roça” junto aos sujeitos pesquisados. Quando indagamos se é mais comum o cultivo irrigado ou sequeiro, o pequeno produtor relata sua práxis e *insights* de por teleológico:

Assim tanto ele dá de sequeiro como em irrigação. Irrigado ele ainda produz melhor, por que não farta água. De sequeiro, no tempo adequado às vezes não tem água, não tem chuva. É não!! É Sequeiro. **Se o rio que passa ai fosse um rio perene, isso aqui tudo é terra de arroz. Tudo é baixio de arroz** (Raimundo Isidro – Maracujá, 2011).

A declaração do trabalhador acima demonstra o que Marx em momento histórico distinto já recordara que **“nós transformamos a nossa relação com o mundo e transcendemos a nossa alienação dele criando as nossas próprias relações distintamente humano-naturais pela ação, isto é, através da nossa práxis humana”** apud (FOSTER, 2005, p. 18). É através da práxis do trabalho que os seres sociais ao transformarem a natureza transformam-se a si mesmo e adquirem consciência transcendendo espaços e momentos de alienação. Apesar das diferenciações do espaço do campo se vincular às possibilidades e limites da reprodução e coexistência de formações sociais e de produção o que pode evidenciar certas especificidades territoriais, o desenvolvimento da sociabilidade entre os homens na luta por transformar o espaço agrário de Santana dos Garrotes apontam para o que de forma ampla alguns estudos localizados na região do Cariri paraibano já descreviam no início da década de 1990:

O baixo Vale do Taperoá consiste num exemplo didático de organização do espaço do Cariri. No conjunto desta região a paisagem é marcada pela sucessão fortemente contrastada de vales e interflúvios: aos grandes espaços vazios essencialmente pastoris dos interflúvios recobertos pela caatinga, que serve de pasto natural, opõem-se os vales, mais úmidos e de solos melhores, onde se concentra a atividade agrícola e onde se adensa a população. [...] (GRABOIS, MARQUES e SILVA, 1991, p. 82).

Ou seja, em Santana dos Garrotes as possibilidades de manejo do solo e uso da terra são limitadas pelo arranjo e quadro natural, embora as possibilidades de constante domínio de frações de terra e condições de

trabalho e de produção pelos seres sociais revelem que está na estrutura agrária um dos fundamentos da reprodução do trabalho no campo. Estruturalmente a distribuição da terra no regime de minifúndios impede e tem na presença da grande propriedade, potencial “inimigo”. A presença do duplo sistema agrário ao subordinar trabalho ao capital tem na reprodução da grande propriedade capitalista da terra parte das contradições inerentes em seu desenvolvimento. Os espaços de baixios, quando as condições técnicas e sociais permitem, são para o cultivo de arroz vermelho conforme a Figura 7 abaixo cujo momento de colheita é indicativo da intensidade de uso da força de trabalho. A presença da cerca no detalhe e ao fundo fortalece aquela contradição e dá o tom das contradições presentes na produção do espaço agrário. O sistema agrícola produtor de arroz tem nos meses de janeiro a Março período de pousio quando o gado pisoteia parte da área a ser cultivada de arroz.

FIGURA 8 – Trabalhadores durante refeição na comunidade Serra Branca



Fonte: pesquisa de campo, 2011. Org. Jackson V. Souto

As falas denotam que a partir de abril até os meses de junho, período mais intenso de chuvas o solo deve está preparado e cortado para o plantio

das sementes que germinarão e serão colhidas no final do ano. O preço do quilo de arroz vermelho já sem a polpa (despolpado) é vendido ao atravessador quase sempre pequeno comerciante local ao preço de 1,5R\$/Kg, chegando a R\$90,00 o preço final da saca de 60 quilos.

Uma das táticas empregada pelos trabalhadores na comunidade de Gravatá é não despolpar o arroz e armazenar a produção de arroz para garantir o preço mínimo no momento da comercialização, o que depende do alcance do trabalho organizativo realizado nas associações. Por diversas razões dentre elas a dispersão geográfica, falta de estrutura física, de formação produtiva e econômica além da unidade política a maior parte dos trabalhadores e pequenos produtores não avançaram na organização da comercialização apesar da consciência da importância que tem a venda direta e coletiva dos produtos para a manutenção das condições de (re) produção social e da vida.

Quando indagamos o processo produtivo às falas denotam simultaneamente à necessidade de coletivização do trabalho a organização é o momento político e econômico perpassado por processos de dominação de classe. A propriedade dos meios de produção e instrumentos de trabalho regulam relações de trabalho e produção social na terra. Uma das máquinas essenciais no processo de produção do cultivo de arroz, a despolpadeira, permanece controlada pelos pequenos comerciantes e atravessadores locais, ou seja, quando o produto já se encontra na circulação. Apenas em 2 comunidades os trabalhadores possuem despolpadeira de uso coletivo utilizada e em funcionamento:

Mas também isso é muito falta de uma formação do pessoal. Vamos dizer que se comparar: a gente despolpa o arroz da gente e a gente leva 60Kg de arroz em palha e ai a gente recebe 40 kg, não sabe? Mas tem direito a poagem que serve de ração para o animal, a palha mesmo serve pra você vender pras granjas. Então ai leva, bota lá numa despolpadeira lá em Santana, leva 60kg só recebe 36Kg, 4Kg já foi e a poagem e a palha. Quer dizer que o lucro dele ele deu aos outros. Não quis! (Raimundo Isidro, Sitio Maracujá, 2011).

As relações de dominação, embora controlada pelo Estado capitalista, são expressas nos diversos momentos e fases do processo produtivo e de trabalho. São lembradas pelos trabalhadores do campo em Santana dos Garrotes o que demonstra a precarização e degradação das condições de vida

e de reprodução sociais. Dentre os efeitos que a fragmentação do trabalho sob domínio metabólico do capital produz nas comunidades rurais é que nos momentos e espaços potencialmente reprodutores de unidade e pertencimento de classe o domínio da propriedade privada da terra reproduz controle político e econômico nas relações entre as formas de capital e o trabalho.

As declarações confirmam que a minifundiarização do espaço agrário avança lado a lado com a pecuarização extensiva, moderna e racionalizada. O desenvolvimento de sistemas agrícolas pelos pequenos produtores encontra limites simultaneamente às possibilidades ao conformar paisagens, ordenar distintos territórios e organizar o espaço agrário. Dentre os limites de reprodução nas frações de terra do trabalhador camponês, arrendatário e migrante as contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de trabalho e de produção e as possibilidades oriundas da luta de classes no campo, expressão viva da questão agrária:

É não! Tudo é pequeno! De 60 hectares abaixo. Só tem uma grande ali encima que é de Joaquim Felix. Que lá é grande, mas as outras são tudo pequeno proprietário! Essa propriedade aqui é do ex-prefeito!! Aí tem um redeiro dele, que trabalha naquela feirinha que plantou essa área ai pra poder tirar um milhozinho, fazer canjica, pamonha, bolo essas coisas assim! (Raimundo Isidro, Sítio Maracujá, 2011).

Assim o desenvolvimento da força produtiva encontra seu limite na reprodução do arrendamento e no uso potencial de frações do território. Ao redeiro, assalariado pago na diária, cabe apenas o cuidado com a reprodução do rebanho bovino se restringindo aos limites impostos pelo dono da terra. Nestes casos cabe ainda ao arrendatário a produção de alimentos barateando os custos de sua reprodução simultaneamente à manutenção e disponibilidade no interior da propriedade de força de trabalho. Além da exploração a que está subordinado deve o arrendatário ceder parte da renda da terra quando divide os frutos do seu trabalho, no regime de meação, com o grande proprietário capitalista da terra.

No limite o arrendamento é uma estratégia utilizada por frações de trabalhadores sem terra e/ou com exigüidade de condições e meios de produção e de trabalho. O assalariamento de trabalhadores rurais é um fato histórico entre os trabalhadores camponeses e deve-se a uma diversidade de

condições dentre as quais a diferenciação econômica e social reprodutora de formações sociais distintas, o que favorece o domínio e o controle sobre os trabalhadores. A especialização produtiva a que está sujeito, o avanço da pecuária no espaço agrário, a exiguidade de terras expressão de uma estrutura agrária concentrada e a incapacidade do pequeno produtor acumular capital produtivo pode indicar os limites do desenvolvimento das forças produtivas.

Quando perguntamos se a terra e a casa em que residiam eram próprias aproximadamente 25% dos trabalhadores responderam positivamente para o arrendamento de terras, o que confirma o percentual atual de trabalhadores sem terra mais intensamente precarizados no município conforme Tabela 4 da página 129. Quando indagados quem executa as atividades a presença de relações de trabalho tipicamente capitalistas na contratação de trabalhadores rurais diaristas em coexistência às relações não tipicamente capitalistas, como o trabalho em regime de mutirão e familiar:

½ hectare de arroz, 1 ½ de milho – eu faço destoca e a aração é por minha conta. Eu pago R\$200,00 para o carro de boi arar a terra. Eu, meu filho e um vizinho. Para o vizinho eu pago a diária pelo dia de trabalho na hora de plantar (Arrendatário Luiz Martins - Pitombeira de Dentro, 2011).

Fica evidenciado na declaração que, conforme o calendário agrícola adotado o roçado de arroz vermelho, por demandar maior quantidade de força de trabalho e pela ausência de mão-de-obra familiar em virtude da mobilidade social no espaço, se concretiza via pagamento de trabalhadores na diária. A inexistência de formas alternativas de emprego e ocupação para o conjunto mais amplo de trabalhadores do campo em Santana dos Garrotes não significa apenas ausência de renda, mas concretamente a possibilidade do capital reduzir salários e custos de produção com a força de trabalho no espaço urbano e fabril Moreira (1993). Dentre os efeitos da relação desigual entre os espaços do campo e da cidade a existência de um exército industrial de reserva ou ainda a produção de uma população para o capital é resultado das possibilidades de realização concreta de trabalho vivo no campo:

A gente faz é trabalhar, pois não tem terra. A terra é dos outros e não tem como criar. Às vezes quando dá pra vender a gente vende, mas quase sempre é só para o autoconsumo. Nós

lucramos o arroz por que nós aguamos (Arrendatário Rita Souza - Aroeiras, 2011).

As duas coisas combinadas, mas é mais roçado. A ordem do proprietário é pra criar até 10 reis de gado (Arrendatário Angelita Mendes – Aroeiras, 2011)

O destaque das declarações confirma nossas observações anteriores à respeito das comunidades rurais com maior produtividade de arroz vermelho: Aroeiras, Serra Branca e Gravatá. Nestes casos a organização do trabalho e da produção resulta não só da existência de associações de trabalhadores estruturada, assim como da evolução de uma rede de drenagem e hidrográfica e solos férteis o que permite a realização de estratégias produtivas e de trabalho que combine criação-roçados. Nestas comunidades o trabalho assalariado do arrendatário ocupa uma escala mais ampliada, muito embora se combine com regimes de trabalho camponês como o mutirão:

Contratação de trabalhador rural no período de limpa da roça. Na roça de arroz, feijão-milho. A criação é do proprietário da terra. Eu tiro somente o leite (Arrendatário Maria do Socorro - Pitombeira de Dentro, 2011).

Limpando e no seco é fazendo cerca, arrancando toco (destocar). Pago trabalhador rural na diária quando tenho de bater o arroz. Logo de primeiro era roçado, mas com invernos fracos agora é mais criação (Arrendatário Lucileide - Aroeiras, 2011).

Embora o trabalho não menos pesado durante as fases de semeadura e cultivo combine momentos de limpeza do solo, destoca, corte da terra e melhorias na estrutura dos estabelecimentos como o reforço de cercas é principalmente nos momentos de colheita e despolpa da roça de arroz vermelho que o arrendamento torna-se comum entre os trabalhadores pesquisados.

Dentre as transformações na organização do espaço agrário o desenvolvimento de sistemas agrícolas tem na estratégia da diversificação de culturas uma das alternativas: a policultura. A importância que assume a diversificação e o consorcio roçado-criação entre os pequenos produtores varia conforme as condições de trabalho e a disponibilidade do meio de produção, terra. O avanço de espaços destinados a pecuarização expressos na ampliação do rebanho bovino entre os pequenos produtores além de ampliar a subordinação do espaço agrário e social do trabalho ao capital agroindustrial privatiza concretamente ao cercar as terras produtoras de alimentos. Neste

caso a teoria já apontava nas décadas de 1980 e 90 para os processos de subordinação entre diferentes espaços agrários. No limite, a reestruturação espacial, e a valorização e a homogeneização que o capital reproduz em determinadas regiões sobre outras:

[...] no Litoral, a cana-de-acúcar era cultivada em grandes propriedades situadas nas várzeas dos rios conseqüentes que cortam a região, [...] No agreste a policultura alimentar [...]. No sertão, o algodão, a pecuária extensiva e a policultura alimentar, determinavam a organização da produção regional (MOREIRA E TARGINO, 1997, p. 104).

Considerando que o processo de pecuarização no espaço agrário de Santana dos Garrotes resultou da modernização no campo a partir de 1970, atrelado ao pacote tecnológico da revolução verde, novas transformações econômicas conduzidas pelo capital e pelo aparato ideológico do Estado capitalista entram em ação mais atualmente Andrade (1984).

A teoria aponta o fato histórico na produção do espaço agrário, enquanto expressão de contradições econômicas ocorre subordinando desigualmente regiões. Termos desiguais de troca realizados entre a cidade e o campo, entre as regiões do litoral-sertão, bem como a sujeição dos valores de uso aos valores de troca (MOREIRA e TARGINO, 1997). No município de Santana dos Garrotes a evolução da pecuarização ora intensiva ora extensiva tende a denotar no limite o recuo dos espaços produtores de alimentos e da policultura na conformação da paisagem rural. A economia de trabalho vivo no espaço agrário do município de Santana dos Garrotes por um lado denota o avanço de sistemas modernos de irrigação e manejo do solo fazendo avançar pacotes tecnológicos intensificadores de insumos e investimentos de capital por outro é uma exigência do capital na mobilização da mercadoria força de trabalho no espaço urbano, reajustando constantemente a composição orgânica do capital.

Dentre as contradições no desenvolvimento da produção no espaço a reprodução de variadas formas de cercamento de terras expressa não só a importância que assume os valores e a ideologia burguesa da propriedade privada da terra entre os pequenos produtores no interior dos estabelecimentos rurais, mas, sobretudo caminho para garantir segurança e determinar limites e fronteiras entre os estabelecimentos vizinhos. Assim as terras de criação

conhecidas como “mangas de solto”, cujo gado reproduzia-se invariavelmente se alimentando da vegetação nativa na atualidade esbarra nas vias e estradas, fronteira urbana no campo conforme os autores:

[...] como prolongamento da fachada da casa, uma cerca, separando a parte mais importante da propriedade do mundo **exterior, da via pública, para além da qual existem apenas as “mangas de solto” que, pouco a pouco, entretanto, vão deixando de ter este caráter pelo seu progressivo cercamento** (GRABOIS, MARQUES e SILVA, 1991, p. 82).

As cercas foram observadas não só no ordenamento territorial, mas, sobretudo para isolar áreas de cultivo e roçado daquelas do rebanho. Mesmo naqueles estabelecimentos cujas frações de terra resultam da partilha de frações de terra entre parentes e familiares há a reprodução de cercas. Ainda na conformação da paisagem a morfologia agrária ora apresenta moradias dispersas e organizadas de acordo com a disponibilidade de água, terras férteis no fundo de vales como observamos nas comunidades de Pedra Branca e Pereiros. Nestes casos a localização de vertentes mais suaves encontra nas estradas e na presença de *inselbergs* parte dos limites.

Constatou-se a coexistência de 3 sistemas agrícolas: a pecuária extensiva, a roça de arroz vermelho e o consórcio das leguminosas e cereais: milho-feijão. Os espaços dos fundos de vales reconhecidos por baixios são aproveitados pelo roçado principal de arroz vermelho que divide frações de terra usadas pela criação junto às áreas de margem e início dos interflúvios. O predomínio daquele último é evidenciado nas declarações:

A luta é maior com o gado. Por que eu tenho o leite e aqui e acolá eu vendo um garrote. Se for esperar pela roça não dá não, pois não tem inverno (Jorge Calixto – Maracujá, 2011).

Nos 69 estabelecimentos rurais pesquisados podemos observar que a organização do espaço produtivo e de trabalho se estrutura combinando roçado principal de arroz vermelho com sistemas agropastoris. A criação além de resguardar valor, ou seja, serve como “poupança” para os momentos de maior urgência e despesas permitem que parte dos custos com a dieta alimentar seja reduzido. O desenvolvimento da roça e do roçado varia conforme a disponibilidade de capital produtivo e “invernadas”. A presença da

pecuária varia diretamente à disponibilidade de terras para a produção de capim. Os relatos apontam para reduzido número de estabelecimentos que há aproveitamento do roçado de arroz pelo gado:

24 hectares. A criação é feita de acordo com a disponibilidade de capim. A gente plantava de acordo com o que tivesse, 2 a 3 hectares de arroz e duas de milho (Damiana Ferreira – Maracujá, 2011).

O que podemos inferir após observarmos a organização dos espaços produtivos e de trabalho no campo de Santana dos Garrotes é que há indícios de que a disponibilidade de força de trabalho no campo, mercadoria privada pelo capital, tem nas táticas e estratégias de resistência dos trabalhadores uma das contradições políticas em desenvolvimento aberto. Quanto maior o avanço do domínio do capital, fragmentando o trabalho e os trabalhadores nos espaços produtivos, maior sentido, concretude e pertencimento inclusive de classe ganha as lutas e os conflitos no espaço social e agrário. As ações, isoladas ou não, ao se institucionalizar torna-se referências para ações coletivas organizadas nos espaços das Associações de Trabalhadores, nos movimentos sociais e Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STR (FABRINI, 2003).

A distribuição dos espaços produtivos é outro elemento importante destacado pelos trabalhadores. Nestes espaços as mudanças em curso resultam de uma diversidade de fatos e fenômenos de ordem natural, econômica, política e histórica. A valorização da produção leiteira, por exemplo, tem na mediação do Estado capitalista uma das determinações.

Projetos como o de compra direto ao produtor executados pela EMATER-PB, cujo preço final do litro de leite é subsidiado pelo Estado, repercute, no limite, na manutenção ou transformação das relações de trabalho e técnicas no interior dos estabelecimentos. Apesar de importantes, as ações de compra direta podem estimular e ampliar as condições para a pecuarização e o aumento da precarização entre os trabalhadores sem terra e pequenos produtores:

Aquele plano do governo né, dá o leite lá no banco de leite e chama eles. Compra o leite direto. Esse leite não sei se é a Parmalat ou outra que vem pegar esse leite aí. É uma indústria por aí!! (Raimundo Isidro – Maracujá, 2011).

O saque de parte da renda da terra é evidenciado na fala e demonstra que o discurso do Estado capitalista não passa de mera assistência já que promove a subordinação da pequena produção e do trabalho ao capital agroindustrial.

Aspecto estrutural a presença-ausência de poços artesianos, amazonas e condições de acúmulo de água para a manutenção e uso nas comunidades rurais. No limite estas condições estruturantes permitem o desenvolvimento de sistemas técnicos e tecnologias de irrigação. Neste sentido quando indagamos se houve algum apoio do Estado seja do poder público municipal, estadual ou federal para a construção das estruturas de poços a resposta é para projetos de grande monta e valor, o que impede sua concretização em função das garantias que a política de crédito dos bancos oficiais exige. Não há diferença na realização de empréstimos e financiamentos entre os grandes e pequenos produtores.

Dentre as estratégias dos trabalhadores para garantir minimamente as condições sociais e técnicas de trabalho perpassa a formação de grupos e coletivos de trabalho além do debate realizado no espaço das capelas conhecidos por “momentos de partilha” entre diferentes sítios e comunidades. O desenvolvimento coletivo de espaços de trabalho ao promover o diálogo de diferentes territórios fortalece os sentidos da luta e da resistência política no interior das Associações de Trabalhadores Rurais.

Por outro lado a formação de grupos coletivos de produtores é uma das exigências que o Banco do Nordeste do Brasil- BNB faz. Para garantir o financiamento na construção de galpões para a criação de galinhas (aviário) e uma série de investimentos como a construção de poços artesianos e aquisição de silos, os trabalhadores se unem na luta para a consecução dos objetivos do projeto. Passados alguns meses após o acesso aos recursos oficiais os problemas começaram a surgir permanecendo apenas duas famílias de um grupo de mais de dez envolvidas em um dos projetos na comunidade de Maracujá. A fala do trabalhador do Sítio Maracujá é alusiva em relação à falta de condições de trabalho que enfrenta o conjunto dos trabalhadores do campo de Santana dos Garrotes:

Não, não, não! Isso aqui é aquela história que eu contei, isso aqui é daquele convênio que fizemos do projeto como eu já disse no BNB. Aí saiu uma reforma pra aí e existia esse outro poço aqui mas a água dele não saía e com a minha experiência e nós do grupinho que tava trabalhando agente viu que a água vinha mais desse lado! Então vamos fazer assim e afastar um metro, cavar desse lado aí (Raimundo Isidro- Maracujá, 2011).

A avaliação que os trabalhadores fazem dos projetos de empréstimos para viabilizar é de forma geral negativa em virtude das exigências, da inexistência de assistência e orientação técnica e social qualificada e da ausência de crédito no momento certo do calendário agrícola. Quando indagamos a respeito dos projetos financiados o diálogo entre dois trabalhadores permite inferir que o endividamento é uma questão a ser solucionada:

Faz muito medo essa questão de projeto e financiamento. O cara se endivida e não sai mais nunca do buraco! (Raimundo Isidro, Sítio Maracujá, 2011).
 -Tem muito cabra enrolado ai viu!!(Jorge Calixto, Sítio Aroeiras, 2011).
 -Eu não vou dizer que projeto é ruim não. Mas tem muito projeto que o cabra se endivida!! (Raimundo Isidro, Sítio Maracujá, 2011).

Diferentemente de outras culturas o roçado de arroz vermelho não suporta a falta nem o excesso de água devendo no tempo e no espaço agrícola ser irrigado corretamente. O calendário agrícola é para o final de cada ano destinado às primeiras tarefas como corte do roçado e no início do período chuvoso que vai de fevereiro a maio as etapas de plantio e semeadura mais intensivas no uso da força de trabalho. A relação de arrendamento em algumas comunidades tais como Aroeiras, Gravatá e Serra Branca, é mais intensa em virtude da fertilidade do solo, da existência de água e sistemas de irrigação por gravidade, do abastecimento de água pelos açudes do município, mas, sobretudo pelo espaço agrário cuja malha fundiária é intensamente concentrada.

Em virtude do clima quente e seco e do relevo levemente ondulado observamos o presença de sistemas simples de irrigação por gravidade que através de moto-bomba retira água de poços localizados em maiores altitudes e permite lançar água com vazão e força suficientes nos vales e baixios de arroz ou ainda nos interflúvios.

A fala do conjunto de trabalhadores do Sítio Serra Branca revela a importância quem tem a água para a semeadura e evolução do grão e as relações entre os sistemas agrícolas e agropastoris no desenvolvimento do espaço agrário:

A gente planta só uma vez por ano. Depende do período. De janeiro a maio. Quando a terra enxuga a gente bota o gado pra pisotear. O replantio é no final de dezembro pra janeiro. As vezes tem o trator que corta e arroz a gente vende aqui mesmo na região. A água não deixou o arroz se situar muito bem. Foi água demais no começo, é que tem o açude de Nova Olinda e um rio que passa ai!! (Grupo de Produtores - Serra Branca, 2011).

A importância do clima e da chuva no período correto do calendário agrícola é uma das condições impostas para o “lucro” do pequeno produtor. O mês em que o número de tarefas aumenta compreende o período entre fevereiro e maio demandando maior quantidade de trabalhadores nos estabelecimentos. Quando a “invernada” é boa o cuidado com o roçado dobra as tarefas e os serviços de manutenção com a criação se desenvolvem simultaneamente. O controle e a liberação da água do açude pelo Estado através da Agencia de Água do Estado da Paraíba – AESA, afeta diretamente as comunidades beneficiadas pelo sistema de irrigação por gravidade então em funcionamento.

O que ficou patente para nós é que os trabalhadores, pequenos produtores, têm no segundo semestre do calendário agrícola demanda mais intensa de trabalho enquanto no primeiro o uso da força de trabalho é direcionado à manutenção da criação, em especial do gado leiteiro. Este constitui um verdadeiro “fundo de reserva” do trabalhador sertanejo já que na “precisão”, se desfaz de parte da criação: doenças, casamentos, festas, morte, mudanças e renda são algumas das causas declaradas.

O caráter de fundo de reserva ou poupança que assume a criação é reforçado nas declarações sendo comuns respostas paradigmáticas:

A criação pois o gado é mais caro. O arroz e o legume não tem valor (Antonio Passos – Aroeiras, 2011).
O alimento, pois nunca criamos para vender! (Lenice Maria – Serra Branca, 2011).

É o valor pago pelo mercado à renda produzida uma das referências na avaliação dos trabalhadores e pequenos produtores. A pecuarização dos espaços expressos na expansão quantitativa e qualitativa do rebanho bovino nos estabelecimentos rurais é apenas uma das faces do avanço da modernização agrícola, sob domínio do capital. O apoio necessário para a expansão da atividade vem financeiramente e de políticas de racionalização econômica estimuladas pelo Estado capitalista. Ao lado do aparato econômico, campanhas publicitárias trabalham ideologicamente os benefícios da modernização agrícola tais como as campanhas de vacinação anual contra febre aftosa. Como recordam os autores, as transformações no processo de trabalho e mudanças nos sistemas agrícolas alteram o ordenamento econômico substituindo as frações de terra de policultura por monoculturas de exportação ou ainda de matérias primas para a agroindústria:

[...] O processo de modernização da agricultura, levado a efeito na Paraíba a partir de 1970, foi responsável por profundas alterações nessa dinâmica da organização da produção. **Isso porque ele promoveu a substituição tanto de culturas alimentícias e de matérias-primas destinadas ao abastecimento do mercado interno, quanto da vegetação natural** [...] (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 104).

Nos estabelecimentos em que os trabalhadores têm a atividade mais importante a criação de animais a exigência de capital se amplia quando comparado ao uso e disponibilidade de força de trabalho. Os processos produtivos e de trabalho determinantes na organização do espaço agrário e sistemas agrícolas são mediados pela presença de técnicas intensivas no uso de ração balanceada, vacinas e medicamentos industrializados, silos para armazenamento, cercas e instrumentos de trabalho. Estes não participam do processo de trabalho como acessórios e são instrumentos de trabalho e insumos adquiridos no comércio. É a troca subordinando os valores de uso no momento de aquisição do aparato produtivo.

A estratégia da diversificação produtiva na organização do trabalho avança simultaneamente à homogeneização dos espaços de pecuarização, esta última de forma lenta. A estrutura agrária rígida, secular e espacialmente concentrada reproduz contradições econômicas no movimento dialético da especialização-policultura do trabalho no campo. Simultaneamente à

intensificação da tecnologia e das técnicas a tendência a maior especialização expressa além dos pacotes tecnológicos o avanço do capital reduzindo as áreas de cultivo alimentar no interior dos estabelecimentos rurais (GRABOIS, MARQUES e SILVA, 1991) e (GRABOIS, SILVA E MACIEL, 1992).

A disponibilidade de força de trabalho e de terra, meios de produção essenciais na agricultura sob domínio do sistema metabólico do capital é regulada pela necessidade constante e pelas transformações que o sistema de acumulação e lucro do capital reproduz no espaço agrário, inclusive demandando a mercadoria força de trabalho no espaço urbano. A exigüidade de terras pelos pequenos produtores no sertão paraibano simultaneamente ao expressar a subordinação do espaço agrário do sertão às demandas do Litoral também reduz os campos de cultivo alimentar para a pecuária além da rotação de terras, hábito ancestral que exige espaços maiores controlados pelos trabalhadores. Os autores em virtude da necessidade de rotação de terras na cultura do alho relatam os limites que a exigüidade de terras produz, diferindo dos roçados de arroz menos exigente de solos férteis:

[...] problema que obviamente se acentua nas pequenas propriedades – é, assim, um fator de impedimento de uma condição básica dessa lavoura, qual seja, a do deslocamento do campo de cultivo (GRABOIS, MARQUES e SILVA, 1991, p. 83).

No caso em nosso estudo como a roça é de arroz vermelho, diferentemente do alho, não se concretiza no sistema de rotação de terras. Uma das especificidades históricas do trabalho camponês no capitalismo resulta da homogeneização produtiva que o capital reproduz. Neste caso a simples produção de mercadorias tende à especialização produtiva e do trabalho no campo:

O camponês sob o capitalismo [...] produtor de mercadorias, é produto das transformações que a agricultura feudal sofreu na sua transição para o capitalismo. Mais que isso, esse camponês produtor de mercadorias, hoje ultra-especializado e com invejável capacidade produtiva, é produto do capitalismo [...] (OLIVEIRA, 1990, p. 68).

Para além da produção de mercadorias as falas expressam momentos de (des) realização da totalidade viva do trabalho no interior do modo de produção e regulação social em vigor: o capitalismo. Dentre estes momentos que o trabalho se sujeita está o controle exercido pelo Estado capitalista ao

reordenar o território. Neste processo o capital agroindustrial se apropria de parte da renda da terra, por exemplo, quando compra na forma de leite o resultado do excedente do trabalho repassado à Cooperativa Agropecuária do Cariri Ltda. - COAPECAL.

A pecuarização, sinônimo de modernização agrícola, avança sobre o espaço agrário de Santana dos Garrotes e uma das formas é através da comercialização direta com o capital agroindustrial. Neste caso representado pela COAPECAL, localizada na cidade de Boqueirão esta última realiza a coleta de leite cujo resfriador é mantido no escritório da Empresa Paraibana de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/PB, localizada na sede do município de Santana dos Garrotes apesar de não oferecer assistência técnica e social - ATES nos estabelecimentos rurais analisados. As falas iluminam o quanto estão ideologicamente envolvidos os trabalhadores nos projetos de estímulo à expansão da pecuária e da agroindústria do leite quando entregam parte da renda da terra via aquisição e compra direta do leite e ainda trabalho excedente:

A criação é mais importante por que dá trabalho, mas dá mais dinheiro. Um garrote por R\$ 1.000,00 dá pra comprar legumes para o ano todo! (Maria Desterro – Maracujá, 2011).

Cuido de ovelha, gado, galinha, peru e pato. Nos momentos de seca, ele corre que nem doido (*o marido*) atrás de pasto e ração para o gado. No inverno tem pasto para o gado comer. É o melhor tempo que tem! O pessoal planta e as vezes não dá. Não “tira” nada e perde. **E o gado não! Ele vende o leite, ele entrega para os tanques de Santana.** São 57 bois e 1 cavalo (Averlúcia Costa – Maracujá, 2011).

Os esforços do conjunto de trabalhadores na garantia de entrega do leite indicam no limite, que a reprodução da pecuária leiteira junto aos trabalhadores e pequenos produtores, mesmo que a um custo elevado em função da descapitalização, signifique potencial erosão da “poupança” do trabalhador na relação indireta e comercial com o capital, já que via Estado.

Outro elemento a reprodução da forma-conteúdo dinheiro nas comunidades e sítios como equivalente de troca expressa simultaneamente a possibilidade concreta de realização das trocas necessárias à reprodução social dos trabalhadores. São espaços de subordinação e sujeição de frações do trabalho ao capital. O trabalhador do campo sem terra e o pequeno produtor detentor de frações do território e de força de trabalho ao adquirirem parte dos

instrumentos e meios de trabalho necessários à produção econômica e a reprodução social, tem que sujeitar parte da renda da terra e do trabalho excedente nos momentos de aquisição produtiva dos instrumentos e ferramentas de trabalho no comércio. O efeito ideológico e político na consciência do trabalhador e o fetiche que a reprodução do dinheiro exerce nas comunidades rurais e sítios degradam a natureza e as condições sociais. Neste caso o consumo de mercadorias é o grande momento de realização do ciclo produtivo do capital.

A Tabela 6 acima na página 135, expõe a presença de mercadorias nos estabelecimentos rurais reveladora de “status social” para os trabalhadores com maior número de aparelhos em casa. A ilusão e a sensação de auto-realização humana e de felicidade na sociedade sob controle metabólico do capital e das forças de mercado somente torna-se possível no interior das relações de consumo, escapando os sentidos essenciais de realização e emancipação humanos.

Já para frações de trabalhadores desterritorializados como os observados na Tabela 4 da página 117, que totalizam aproximadamente 25% do trabalho no espaço do campo de Santana dos Garrotes a subordinação do trabalho ao capital se concretiza sob outros sentidos, valores e momentos. Quando indagamos quem lucra na relação trabalho migrante-capital a resposta indica consciência:

O patrão. Eles têm muita mão-de-obra barata! Os caras daqui vão trabalhar de servente de pedreiro ou senão cortar cana por um salário que nenhum de lá vai! Então quem ganha são os empresários, os donos das indústrias! (Nelito, comunidade de Pereiros, 2011).

Assim uma das especificidades da reprodução social nas comunidades rurais pesquisadas é a reprodução do trabalho migrante além da subordinação camponesa. Para estes a sujeição da renda da terra incorpora-se no movimento e circulação do capital e da mercadoria Oliveira (1990), enquanto para os trabalhadores arrendatários a aqueles com exiguidade de terras a degradação e precarização das relações de trabalho e de produção da vida se reproduz no espaço urbano, nas grandes obras e construções e ainda no espaço fabril. A produção simultânea de processos de acumulação primitiva e

ampliada do capital tem no deslocamento e na mobilidade social no espaço, ou seja, na movimentação da mercadoria força de trabalho um dos momentos de realização na circulação das mercadorias da reprodução ampliada do capital. Assim quando indagamos os motivos do deslocamento e mobilidade de parte dos membros da família as respostas foram variadas, ricas e intensas:

Três filhos. Por que a agricultura não tava dando e foram para São Paulo. Um dos dois voltou para Pedra Branca e trabalha em Itaporanga na fábrica (Jorge Calixto – Maracujá, 2011)

Três pessoas, 2 filhos e o marido que está em São Paulo e volta no inverno para trabalhar (Maria Desterro – Maracujá, 2011).

Se o inverno é bom o retorno às terras de trabalho é garantia de lucro, entendendo lucro não como compreende o capitalista, mas enquanto possibilidade de reprodução social nas terras de trabalho. Neste caso quando as possibilidades de realização concreta do trabalho não se concretizam nos estabelecimentos rurais, enquanto forma humana de emancipação social na sociedade do capital, o arrendamento de terras caracteriza-se pela precarização econômica e fragmentação política e social do conjunto mais amplo dos trabalhadores rurais em questão. Assim o trabalho migrante subjetivamente e concretamente reproduzem no deslocamento as condições de superexploração, momento de desterritorialização e (des) realização do trabalho. Como se não fosse suficiente o quadro de precarização o trabalho migrante coexiste com o trabalho informal. Estes reproduzem no espaço do campo e das cidades momentos distintos, mas que socialmente relacionados pelo movimento de reestruturação produtiva e do espaço pelo capital. Faces da estratégia de dominação e alienação que o capital impõe aos trabalhadores e as possibilidades de organização do trabalho, tais como são as Associações de Trabalhadores Rurais.

É preciso notar que historicamente a formação do mercado mundial engendrou reviravoltas econômicas transformadoras das condições sociais e de trabalho além do desenvolvimento que as forças produtivas provocou. Dentre as condições para a dissolução de sociedades naturais a separação do trabalho de seus meios de produção foi um momento histórico essencial merecedor de nota:

[...] deve ser entendida como dissolução das sociedades naturais, como reviravolta das velhas relações entre o homem e a natureza e dos limitados âmbitos locais: como criação da história universal, através da formação do mercado mundial [...] (QUAINI, 1979, p. 125).

Portanto o avanço do capitalismo na agricultura redundou em mudanças no quadro político e econômico e atualmente o movimento de reestruturação do capital no espaço se assenta em 3 pilares: acumulação flexível, desregulamentação produtiva e financeirização do capital (HARVEY, 1992). As transformações conduzidas pelo capital no momento histórico atual (re) colocam para pensarmos se os trabalhadores, na luta por espaços, mantem a posse da terra como bandeira política e econômica a ser conquistada ou se há espaços de reprodução social para além da luta pela terra. Discute-se se é conseqüente nos dias de hoje a luta dos trabalhadores, no limite, pela posse da terra conforme apontou outrora (ANDRADE, 1981). A luta por trabalho perpassa outros direitos e conquistas sociais e uma delas reproduz o Movimento de Luta dos Trabalhadores Desempregados – MLTD, movimentos sociais e eclesiais de base que tem na reprodução do trabalho migrante, desempregados e formas atuais de trabalho escravo bandeiras de luta e de conquistas sociais.

A escassez de emprego, a falta de condições de vida, de renda e terra no campo são alguns dos argumentos dos trabalhadores pesquisados. Apesar da precarização social e degradação das terras quando indagamos a participação e o sentido de pertencimento que assume os sujeitos sociais nas Associações de Trabalhadores Rurais, especialmente o significado da reprodução destes espaços para as mulheres trabalhadoras que permanecem nos estabelecimentos rurais a resposta indica que o horizonte do trabalho coletivo, enquanto produto das conquistas das trabalhadoras mulheres:

É muito positiva por que nós já trouxemos também e já passamos por vários treinamentos e antigamente, por exemplo, antes de fundar a associação nós não recebíamos incentivos pra fazer produtos de higiene e limpeza, pessoal está treinado pra isso. Corte-costura já foi feito isso aqui também e a participação delas é imensa. Agente encontra até dificuldade por que quase todas querem participar então é ótima neste sentido quanto à participação delas (João Alexandre - Presidente da Associação de trabalhadores de Pitombeira de Dentro, 2012).

Assim, quando indagamos os motivos do deslocamento e mobilidade dos trabalhadores e seus familiares as respostas são ricas, variadas e intensas. A mobilidade social do trabalho no espaço do município de Santana dos Garrotes tem nas determinações econômicas da produção de mais-valia uma das razões de sua reprodução (DAMIANI, 2002).

É preciso levar em conta que na agricultura as taxas de lucro e acumulação do capital são tendencialmente menores quando comparado a outros setores exigindo para manutenção da composição orgânica do capital a realização de fluxos e movimentos mais intensos do trabalho-mercadoria entre os espaços campo-campo e/ou campo-cidade. Dentre estes movimentos o número de trabalhadores migrantes de Santana dos Garrotes para São Paulo, Brasília e Minas Gerais evolui conforme a organização dos trabalhadores e a luta de classes. Quando indagamos quais os destinos e razões para o deslocamento dos trabalhadores a fala denota a migração como destino:

Pronto no período que é esse ano que é uma seca grande dessa, o pessoal mais novo vão tudo se embora e passa um ano ou seis meses e quando melhora eles voltam. É por que aqui não dá pra sobreviver! Não tem um emprego e ai não tem condição. Aqui mesmo no mês de dezembro por diante onde tá mais o período do inverno e onde a gente precisa mais deles e eles não tão pra trabalhar com a gente. As vezes os pais de famílias ficam só. É São Paulo, Brasília, Rio e outros vão pro interior de São Paulo vão pro corte de cana. Como eu mesmo eu já fui. Em 2007 eu passei o ano lá que aqui a situação tava ruim ai eu fui obrigado e passei um ano no corte de cana. **É bom porque você fica bem atualizado. Agora o problema lá nesse corte de cana eu não achei suficiente pra mim. É um serviço muito pesado e muito arriscado também!** Meus filhos ficaram e tem um mais velho em São Paulo que ele trabalha em fábrica lá. **Agora que ele até foi mandado e tá esperando receber o seguro-desemprego e já tem outra firma pra ele entrar!** O ano trasado eu fui trabalhar em construção e fui incentivado e dizendo que era bom e quando chegou lá ganhava R\$35,00/dia em serviço mais pesado do que aqui. Passei pouco tempo e vim simhora e a alimentação não era suficiente, fraca e ai eu digo pra eu passar pior que lá eu disse vou voltar. **Lá eu era clandestino por causa da idade e ai eu não fichei mais se não eu não me aposentava.** (Bia, Presidente da Associação de trabalhadores do sitio Aroeiras, 2012).

O domínio que o capital realiza sobre o trabalho inclui a seleção de força de trabalho em idade ativa, jovens, homens com pouca ou nenhuma formação, o que explica a presença maciça de casais idosos e mulheres nos estabelecimentos estudados. O relato pessoal dá conta da superexploração a

que se submete parte dos trabalhadores migrantes muitos em situação de trabalho informal.

A literatura acerca do tema migração e mobilidade social no espaço explicam o movimento de dominação na relação capital-trabalho, inclusive recolocando o fenômeno da acumulação primitiva. O sentido da acumulação e do lucro do capital tem na oferta maior de força de trabalho no espaço das cidades e mesmo na agricultura capitalista a garantia da recomposição orgânica do capital e níveis de lucro pela via do achatamento salarial e maior fragmentação política dos trabalhadores (DAMIANI, 2002). Adicionalmente como nos recordam o autor, os sentidos que assumem a reestruturação espacial diferem de acordo com o conflito de classes e as estruturas desiguais entre diferentes países, regiões e espaços:

A acumulação primitiva na fronteira é tão vital como a acumulação primitiva e o desemprego tecnologicamente induzido na terra natal. As condições internas e externas da luta de classes estão intimamente entrelaçadas (HARVEY, 2005, p. 121).

Dentre as lutas e os conflitos no plano nacional as declarações dos trabalhadores pesquisados associam processos de alienação e de interesse de classe, vis-à-vis a política agrícola, reforma agrária de mercado e seu caráter assistencialista levado adiante pelo Estado capitalista (CARVALHO, 2005). Os reclames se vinculam à inexistência e a irregularidade de crédito, terras e instrumentos de trabalho, ou seja, da total falta de condições de trabalho e de produção:

Não é suficiente a água não! Fazer plantio, plantar bananeira, mamão e coco. Ninguém quer trabalhar. Você vê, todas as casas tem ajuda. O povo novo não quer trabalhar não. Aqui se o cabra lutar dá pra comer! Umas partes é o governo. O governo era pra cavar poço nesses lugares aqui. Você vê essa estrada ai de Santana a Nova Olinda, não sai não! Parece que os governos em Pernambuco se interessa mais. Os prefeitos só querem saber de quem tem dinheiro. **O prefeito negocia com o povo. O voto que leva daqui é comprado. Os governantes pegam o dinheiro e a pobreza é quem paga!** (João Araújo - Pitombeira de Dentro, 2012).

Se o prefeito, representante do Estado na escala local, negocia o voto o Estado da Paraíba não realiza os investimentos necessários quando comparado à Pernambuco. O assistencialismo, a falta de investimentos em infraestrutura e geração de emprego são críticas constantes feitas pelos

trabalhadores, o que demonstra a pertinência e a consciência do ser que vive do trabalho.

No espaço do Sertão, em última instância, o controle que o Estado capitalista exerce sobre os trabalhadores tem no discurso da modernização agrícola parte do aparato ideológico. O caminho aberto para pulverizar a hegemonia e os interesses da classe dominante junto aos trabalhadores concretamente se realiza através de valores, ações, programas e projetos planejados e em execução. Faz avançar as condições de reprodução de sistemas agrícolas intensivos em capital como os reproduzidos nas grandes propriedades privadas capitalistas de terra na forma da racionalização dos grandes rebanhos bovinos. As transformações, apesar de lentas, indicam a pecuarização do espaço agrário especificidade no desenvolvimento rural do sertão atual (GRABOIS; SILVA; MACIEL, 1992).

Para além do rigor da relação sociedade-natureza na falta de invernada as relações sociais e de trabalho são dominadas pela imposição que a estrutura fundiária rígida, concentrada exerce na subordinação entre diferentes espaços agrários (MOREIRA; TARGINO, 1997). A exigüidade de terras e de estruturas para acúmulo de água surge nas falas dos sujeitos como outro elemento importante. No limite os trabalhadores sem terra e os pequenos produtores cuja família estar em idade produtiva foram os que apresentaram a condição mais intensamente degradante de trabalho e de produção. A política assistencialista adotada pelo Estado capitalista revela qual classe é beneficiada:

A, eu precisaria de mais ou menos uns 8 ou 9 mil litros/hora. Aí dava pra você plantar uma área pra produzir 100 sacas de arroz ou até mais né. Entendeu? A área mesmo que é favorável é Aroeiras e Serra Branca por que têm os rios perenes. **Lá tem os açudes grandes que eles sortam água** (Raimundo – Maracujá, 2011).

A capacidade teleológica implica o acúmulo de conhecimento do potencial, condições e relações entre os seres inorgânico-orgânico-sociais. Dentre os açudes o de Queimadas e de Nova Olinda quando o volume é suficiente é liberada água em suas comportas que são drenadas para riachos nas comunidades de Aroeiras, Gravatá e Serra Branca. A exigüidade de terras aparece no limite como imposição na produção de renda da terra, muito

embora o domínio das condições técnicas e tecnológicas implique maior capitalização dos produtores:

A criação dá, mas a terra é pequena e só cabe 30 cabeças de gado. Já a roça de arroz exige mais trabalho. A irrigação é por gravidade e a água é bombeada em poço (Janduí Pacheco – Pitombeira de Dentro, 2012).

Quando o açude enche eles usam, mas faz dois anos que o açude não toma água. Aqui é por gravidade. Se eu pudesse cavar um poço artesiano eu não perdia o arroz. Aqui é semi-árido e as chuvas são mal distribuídas. (Manoel Nelito - Pereiros, 2011).

Mesmo para os estabelecimentos rurais beneficiados pela infra-estrutura construída pelo Estado como não há continuidade, devido à insuficiência e falta de integração das ações e estratégias o desenvolvimento econômico e o valor da produção alimentar é reduzido. A tabela 4 da pagina 129 revela-nos o aumento no número de arrendatários e parceiros entre os trabalhadores estudados o que pode indicar o caminho sem volta da proletarização. Relações de produção e condições de trabalho se fundem em unidade orgânica na forma do trabalho migrante que o arrendatário diarista estabelece no campo de Santana dos Garrotes. As falas denotam parte das razões:

Quando é época de colheita de arroz eu pago a diária a um trabalhador rural. Apenas bombeamos água de poço para o baixo de arroz vermelho (Edmilson Batista – Aroeiras, 2012).

O patrão paga e tem mutirão (um trabalha na roça do outro). O patrão ajuda e eu planto no arrendamento (Maria Esmeralda – Pereiros, 2011).

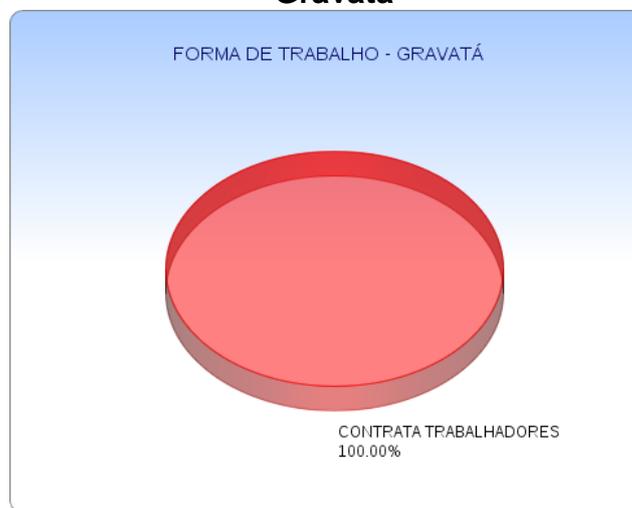
A prática do arrendamento não ocorre durante todo o ano e é originalmente ligada aos roçados de arroz, nos estabelecimentos cujo relevo mais aplainado permite a evolução de razoável rede de drenagem e baixios nos interflúvios. Embora no início de cada ano o uso do trabalho torne-se mais intenso como também é o período de desenvolvimento do ciclo de corte da cana-de-açúcar parte dos jovens e trabalhadores se deslocam para São Paulo. A ligação orgânica do trabalho migrante com os roçados de arroz vermelho expressos na continuidade da atividade agrícola, muito embora na dupla condição de sujeição e subordinação experimentada pelo trabalhador:

Oxente, a juventude daqui ta toda em São Paulo, por que aqui não oferece oportunidade pra juventude! A juventude sonha alto! Agora mesmo chegou um monte e hoje ta chegando um bocado! Agora mesmo ta chegando um bocado e vem pra festa e quando é em

dezembro chega outra camada (Luis Francisco, Presidente da Associação de Cabaceiras, 2012).

A presença da divisão do trabalho familiar nos estabelecimentos rurais coexiste com o uso da força de trabalho do arrendatário. A maior divisão do trabalho pode indicar além da intensividade nos tratos culturais com o arroz vermelho a possibilidade de diferenciação social por acumulação. Dentre as formas de pagamento o assalariamento se concretiza sob as mais diversas estratégias dentre elas o pagamento de diárias. Tentamos ilustrar nos Gráficos abaixo os extremos da reprodução de relações de trabalho e de produção predominantes em 3 diferentes sítios e comunidades.

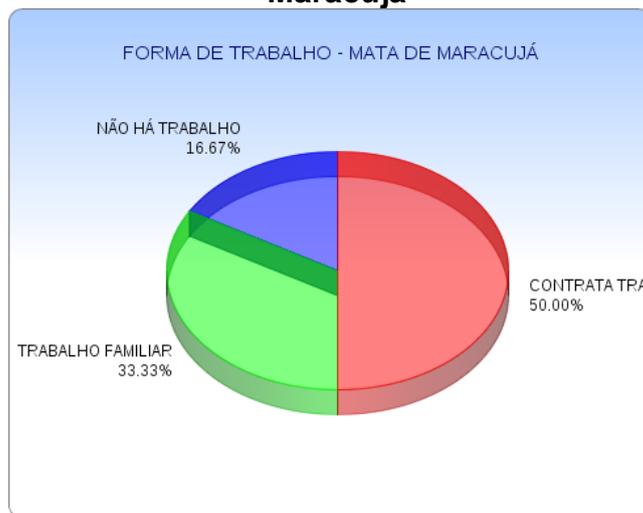
Gráfico 1- Distribuição das Formas de Trabalho Predominantes em Gravatá



Fonte: Dados de Pesquisa de Campo, 2012. Organizado por Jackson Vital.

No sítio Gravatá a presença de trabalho contratado em 100 % dos estabelecimentos estudados indica o uso intenso no roçado de arroz vermelho de força de trabalho. É importante frisar que são os sítios Gravatá, Aroeiras e Serra Branca aqueles que apresentaram a maior produtividade e volume de produção de arroz vermelho. A presença da rede de riachos e rios temporários em cota/altitude inferior aos açudes de Queimadas e Nova Olinda permite o aproveitamento da água dos reservatórios pelos trabalhadores pequenos produtores e sem terra.

Gráfico 2 - Distribuição das Formas de Trabalho Predominantes em Maracujá



Fonte: Dados de Pesquisa de Campo, 2012. Organizado por Jackson Vital.

Já para a comunidade de Maracujá a coexistência de duplo regime de trabalho está relacionada à organização social dos trabalhadores. A história de diálogo e lutas coletivas com o sítio de Pereiros deve-se à localização no espaço agrário do município. O desenvolvimento comum de lutas, de formações coletivas entre os grupos e famílias de trabalhadores e reuniões evidencia diferenciações no ordenamento socio-espacial. Este último sob controle do Estado capitalista e domínio das formas que assume o capital na agricultura.

Gráfico 3 - Distribuição das Formas de Trabalho Predominantes em Aroeiras



Fonte: Dados de Pesquisa de Campo, 2012. Organizado por Jackson Vital.

No sertão paraibano historicamente as políticas de desenvolvimento econômico tiveram durante várias décadas o combate à seca uma de suas maiores metas, como se a reprodução da miséria e da pobreza do homem do campo fosse uma questão meramente climática. Sobre isso (ANDRADE, 1981, 1985), pontua os termos alertando para as estruturas econômicas e sociais do espaço agrário reprodutoras do duplo sistema agrário no espaço. Neste sentido o Estado capitalista ao promover o desenvolvimento econômico faz ampliando as condições de reprodução do capital. Desde a gênese até o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, enquanto momento determinado na história universal, objetivamente se concretizou transformando e revolucionando o espaço, sem, contudo alterar a ordem social: construção de vias de acesso, ampliação da comunicação e dos transportes entre os espaços e na garantia do avanço da mais-valia relativa e absoluta na evolução das forças produtivas e das trocas:

A criação de mais-valia absoluta – de mais trabalho objetivado – por parte do capital é condicionada pelo alargamento constante do círculo da circulação. A mais-valia criada num ponto exige a criação de mais-valia em outro ponto, com a qual possa entrar em intercâmbio [...]. Em relação as comunicações e ao transporte é importante notar que o capital tende a, na criação do mercado mundial, ampliar o perímetro de circulação quebrando o isolamento de velhos modos de produção baseados em valores de uso e revoluciona os meios de transporte e de comunicação (QUAINI, 1979, p. 126).

Dentre as múltiplas ações de (re) ordenamento sócio-territorial sob controle do Estado capitalista no município de Santana dos Garrotes a conclusão da rodovia PB-426, os financiamentos para a construção de passagens molhadas nos sítios Gravatá e Aroeiras através de projetos financiados com recursos do COOPERAR, bem como projetos de compra e aquisição direta de leite nas comunidades e sítios estudados. Outro elemento não menos importante é que a mobilidade social no espaço, sob domínio do capital, revela a revolução que a exploração do trabalho exerce na produção de mais-valia absoluta. Como lembra o autor os circuitos da produção e do consumo são constantemente ampliados:

[...] sob o impulso da necessidade de produzir mais-valia absoluta. De fato, da produção de mais-valia relativa Marx deduz conseqüências ainda mais revolucionárias. Por outro lado a produção de mais-valia relativa, ou seja, a produção de mais-valia baseada sobre o aumento e desenvolvimento das forças produtivas, exige a produção de novos consumos; isto é, exige que o círculo do consumo no âmbito da circulação se alargue do mesmo modo em que antes se alargava o círculo da produção [...] (MARX, 1970 apud QUAINI, 1979, p. 127).

O desenvolvimento das fases do capitalismo produção-circulação-distribuição-consumo no espaço reproduz momentos de desrealização do trabalho nos territórios. Ao revolucionar os espaços sociais do trabalho em conteúdo-forma o capital degrada natureza, precariza condições e relações de trabalho, mobiliza e faz migrar de forma permanente os trabalhadores entre o campo-campo/campo-cidade, fragmenta política e ideologicamente as possibilidades de organização do trabalho, sujeita o circuito produtor de valores de uso aos circuitos comerciais e financeiros baseados na intensificação e valores de troca. No limite o desenvolvimento do sistema do capitalismo na agricultura e no campo ao desterritorializar o trabalho reproduz a diferenciação social e econômica (THOMAZ JR.,2002).

É preciso recordar que a gênese do Estado moderno capitalista emergiu no momento em que a institucionalização dos processos de regulação, por exemplo, das disputas por terra e a apropriação dos meios de produção entre os trabalhadores camponeses e os grandes proprietários abriram espaço para as mediações do Estado moderno no campo e nas cidades no centro do sistema do capital. A constituição de um organismo acima da sociedade, contendor e distribuidor das formações e forças sociais, tinha como ideologia combater a pobreza e os conflitos sociais (HARVEY, 2005).

Por outro lado as ações e os investimentos do Estado capitalista simultaneamente ao reestruturar o espaço e o tempo da produção de mais-valia reproduzem os momentos da negação do capital (FABRINI, 2003). Os espaços de organização dos trabalhadores nas Associações de Trabalhadores Rurais nas comunidades rurais e sítios pesquisados são indicativos de potencial resistência à fragmentação política. Para o autor :

A organização e luta de resistência dos trabalhadores do campo sempre estiveram presentes no território brasileiro. [...] Nos dias atuais, outros exemplos podem ser citados, principalmente aqueles surgidos nos assentamentos de trabalhadores sem-terra, como associações, grupos coletivos, cooperativas e etc. (IDEM, p. 7).

Observamos que um dos impasses, a participação e o sentido de pertencimento, inclusive de classe, dos trabalhadores rurais nas associações é perpassado por contradições políticas e econômicas dentro delas a reprodução da mobilidade social do trabalho no espaço. O trabalho migrante ao reproduzir certas contradições, sua natureza fragmentada, é capaz de opor espaços de resistência frente ao Estado capitalista e ao domínio do capital? É para esta questão que nos preocupamos adiante.

4.2 O Começo da História? As Associações de Trabalhadores Rurais Como Possíveis Espaços de Resistência

Passados mais de cinco séculos de invasão europeia a história da gênese e institucionalização do trabalho no Brasil ajuda-nos a entender a constituição de diferentes espaços de resistência e lutas coletivas e individuais dos trabalhadores do campo. Como recorda o autor, dentre as lutas históricas do trabalhador camponês:

[...] num passado distante, das iniciativas de organização dos escravos fugitivos nos quilombos e, num passado recente, das roças comunitárias desenvolvidas entre camponeses rebeldes na década de 1950, por exemplo (FABRINI, 2003, p. 7).

A história de rebeliões e contestações não é recente e é carregada de signos, valores, subjetividades e concretude. Massacres como o de Corumbiara, práticas de pistolagem no sertão nordestino, assassinatos de lideranças e vingança contra líderes sindicais como “Chico Mendes” faz parte da história passada e recente. São ações violentas de domínio do capital sobre o trabalho devidamente sob controle do Estado capitalista no Brasil. Na virada do século XX, novo ordenamento econômico e político se desenvolve no campo do Brasil com a organização do trabalho ganhando fôlego nas experiências trazidas por trabalhadores migrantes de origem italiana, polonesa e japonesa. A luta, os conflitos e interesses de classe são acentuados pelo avanço do capitalismo na agricultura e sob a forma de indústrias.

Dentre as novas demandas do capital a emergência de maior controle social sobre o trabalho foi legitimada inclusive ideologicamente no interior da classe trabalhadora com a institucionalização de novas formas organizativas nos mundos do trabalho tais como as cooperativas, associações e especialmente os conselhos no espaço das fábricas e indústrias em franca expansão no Brasil. Se por um lado as organizações de classe como os sindicatos e os partidos expressavam parte dos anseios dos trabalhadores por mudança, dentre elas a transformação social, por outro foi uma maneira do Estado capitalista regular os focos de conflito capital-capital e capital-trabalho (THOMAZ JR., 2002).

A segunda metade do século XX foi permeada pelo avanço ideológico e político do bloco comunista sobre regiões e continentes, fruto da revolução russa de 1912 a 1917. Nos países latino-americanos o movimento revolucionário repercutiu positivamente na luta de classes no campo abrindo espaços para revoluções em Cuba e El Salvador e históricas resistências. O espaço do trabalho do campo no Brasil foi disputado ideologicamente por vários agentes privados e estatais dentre eles os movimentos católico, sindical, partidário e social como a presença das Ligas Camponesas em São Paulo, Pernambuco e Paraíba. Como nos recorda o autor a luta do trabalho pós II grande guerra mundial foi oxigenada e reestruturada quando:

[...] em 1964, o movimento havia adquirido uma presença política sem precedentes na história do país. Suas propostas foram construídas com base na aprovação pública e em uma crescente posição de influencia na estrutura agrária. O movimento promoveu greves e outras ações coletivas e individuais haviam causado mudanças nas relações de trabalho nas fazendas e modificações nas práticas dos fazendeiros [...] (WELCH, 2010, p. 22).

Organicamente somente a partir do final das décadas de 1960 e início de 70 que os trabalhadores, pequenos produtores, camponeses e sem terra no município de Santana dos Garrotes constituíram processos de organização política e econômica de caráter coletivo. Quando indagamos a respeito da história, dos objetivos e finalidade das Associações de Trabalhadores Rurais e cruzamos com informações de possíveis grupos de orientação, as respostas são variadas e indica a presença de interesses diversos:

Por orientação de Dom Geraldo da Diocese de Patos, hoje falecido, então ai nasceu da minha cabeça, como eu morei em Brasília 12 anos, lá essa experiência de associação de moradores. Ai nós juntamos um grupo de pessoas, com 22 pessoas e começamos a nos reunir e vendo se dava certo (João Alexandre, Presidente da Associação de Pitombeira de Dentro, 2012).

Historicamente a presença do movimento religioso esteve orientada para a formação eclesial e católica passando a atuar posteriormente na organização dos grupos de famílias e de trabalhadores nas comunidades, inclusive cedendo o espaço das capelas nos sítios e comunidades para os momentos de partilha e reuniões entre trabalhadores. Apesar da presença de padres e bispos liberais e progressistas o núcleo conservador e reacionário da igreja predominou nas ações e projetos da Diocese de Patos, sertão paraibano, ampliando o sentido da alienação entre os trabalhadores do campo.

O caráter de classe na orientação teórica assume importância vital na sociedade do capital enquanto momento concreto na formação dos trabalhadores perpassados pela práxis do trabalho. Sem avançar no interesse da classe trabalhadora a doutrina cristã, apesar da existência de grupos e do Movimento Eclesial de Base – MEB e as diversas orientações das pastorais (terra/negro/índio), perde espaço para as forças sindicais na representação e comando do trabalho. Temos clareza da dimensão que assumiu a relação entre o movimento paroquial e os trabalhadores do campo e que não foi linear tendo momentos de fratura, no entanto a mediação esteve pautada na orientação pela paz sem jamais questionar a base teórica da formação humanística e holística da filosofia cristã.

Por outro lado as conversas informais nos conduziram a outro grupo de questões. As lideranças sindicais e dos trabalhadores rurais quando perguntadas a respeito da história da formação das comunidades e sítios a fala elucida parte da dinâmica espacial do trabalho. O sítio de Pereiros, sob auxílio dos serviços da pastoral de Patos e da ação individual de professores se constituiu como espaço e gênese da história local de organização dos trabalhadores. Os primeiros espaços coletivos tiveram nas reuniões entre os trabalhadores do campo momentos iniciais na organização:

A comunidade de Pereiros a gente fundou ela através de uma professora velha de nosso sítio, sítio Pereiros. Tinha uma professora e ela começou freqüentando uma igreja, a pastoral de Patos. Ai começou participando lá em Patos com apoio do padre Olevir naquele tempo. Então ela falava pra lá que tava fazendo reunião e formando uma comunidade de Pereiros com os alunos dela no caso que era eu e muitas e muitas pessoas. Ai daí surgiu formar uma comunidade, formamos uma comunidade. Era um trabalho muito sofrido na zona rural e a gente aprendeu através das reuniões a trabalhar coletivo. Ajudar uns aos outros [...] fazer trabalho de colheita de arroz vermelho em grupo de até 30 pessoas sem gastar um centavo, trocando as idéias. Ai daí foi surgindo essa comunidade e formamos uma comunidade em 1974/74 (Zezito – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, 2011).

A presença do Estado capitalista e da Igreja é uma constante no controle e regulação do movimento dos trabalhadores. A tática do poder estatal local é manter o controle através do estabelecimento de relações pessoais junto aos trabalhadores, tornando-os dependente politicamente. Desta maneira os espaços para o exercício do controle dos trabalhadores são simultaneamente aqueles espaços sociais: a escola, postos de saúde, a capela ou ainda servindo como “moeda de troca” no tempo de eleição os investimentos em melhorias na infraestrutura. Quando indagamos a respeito dos projetos em execução e já executado nas comunidades, a presença do Fundo Rotativo Solidário – FRS, as experiências com barragens subterrâneas e a construção de cisternas no Projeto 1 Milhão de Cisternas – P1MC não passaram imunes as ações ideológicas e de fragmentação política dos trabalhadores nos sítios de Pereiros, Pé de Serra e Maracujá conforme nos lembram as falas:

-Olha, deixa eu voltar um pouquinho. Se a questão da formação como foi implantada nos primeiros projetos de cisterna de placas, o Fundo Rotativo Solidário - FRS podia ter crescido. Mas ai um parceiro meu que participou do FRS do começo até o final assim da devolução ele foi um dos que devolveu 100% da devolução. Mas ai com esse novo programa e essa nova coisa não vem mais! Vem e a família recebe e a única coisa quando o FRS aparece é só a mão-de-obra dele que vai ajudar e mais nada. O FRS acabou por ai! Quando chegou o P1MC parou o FRS. Entendeu parceiro? (Raimundo Isidro – Maracujá, 2011).

- Aí entrou a política seu Raimundo! (Jorge Calixto- Pé de Serra)

-Ai se não entra a política no meio, pronto! Nós tava muito bem organizado pois nois tinha um grupo forte! Não era não compadre Chico? Mas quando entrou esse negocio ai, pronto acabou tudo! Como a gente temos uma política que tem essa questão de manter o pobre desinformado, cativo, se é isso, se é aquilo. Tudo ser eles que fazem pra enganar e dizer que foram eles. A Articulação do Semiárido - ASA mesmo, disse que tem que ter o contrato e o político diz que não tem. Vocês não têm

que pagar nada! Isso ai é dinheiro de vocês e não sei. Ai o pobre coitado já acha difícil tirar dez conto do bolso ai o político chega e manda ele não tirar! Ele não tira mesmo não! Nós sofremos aqui com essa questão. A gente faz um trabalho organizativo por um lado e o político faz outro destruindo no que você ta fazendo (Raimundo Isidro – Maracujá, 2011).

O político, gestor do poder público municipal, é o agente central e representa o Estado capitalista. As falas dos sujeitos do trabalho dão a exata dimensão que assume o papel ideológico e de “cortina de fumaça” junto aos trabalhadores e suas Associações. Se o Estado, no plano ideológico e do discurso, promove ações e projetos que atenda os cidadãos independentemente da orientação e dos interesses de classe, o que explica as ações dos seus agentes nas comunidades rurais e sítios estudados? Como nos lembram o autor o papel ideológico na história do Estado é dissimular as contradições (LEFEBVRE, 1971).

Quando indagamos a respeito dos benefícios, da participação e pertencimento de classe na história de organização dos trabalhadores do campo nas associações as falas são indicativas da capacidade organizativa e do potencial de coletivização do trabalho:

O nosso trabalho antes foi muito bom pra continuar na associação por que quando a associação ela é formada, quando vem de fora como diz você ou por interesse de algum político, **ai não funciona não! Por que nem toda vez, você recebe aquilo que deseja, e o político só quer voto mesmo. Como a nossa era uma associação que antes se reunia e já tinha um trabalho antes, ela continua firme por conta disso ai! Mesmo que a gente receba beneficio político nós tamos juntos! Nós entende que o que vale é nossa organização, né? Nos tá junto discutindo os problemas e reivindicando.** Isso ai tem de ter toda vida quer seja associação ou quer não seja (Nelito, Presidente da Associação de Trabalhadores Rurais de Pereiros, 2011)

O que fica patente é a clareza da importância da associação enquanto espaço de organização dos trabalhadores que somente juntos e reunidos estarão firmes para a luta. A sua força perpassa por entender e discutir os problemas para reivindicar soluções junto ao Estado, independente das ações isoladas de políticos. A constituição formal da Associação de Trabalhadores no caso de Pereiros é consequência do desenvolvimento de espaço de diálogo e debate entre os trabalhadores:

Eles começaram primeiro **trabalhando só a questão de evangelização e depois foram sentindo a necessidade de se**

organizar pra buscar soluções pra seus problemas e foram juntando e trabalhando a questão de juntar várias comunidades que eles trabalhavam sempre juntos: Pereiros, Maracujá, Cabaceiras. Ainda hoje há essa ligação e a gente sempre faz o trabalho em conjunto (Ana Presidenta da Associação dos Trabalhadores Rurais de Maracujá, 2012)

A organização e a luta nas comunidades inicialmente individual ganha o caráter coletivo quando as comunidades e sítios espacialmente próximos realizam não só mutirões e “momentos de partilha” coletivos, inclusive na busca de soluções dos problemas. A luta dos trabalhadores articula momentos concretos de realização do trabalho à espaços de organização política. Portanto, condições materiais e subjetivas são pautadas no espaço social das associações de trabalhadores rurais:

Olha, nós garantimos em primeiro plano para **elas a organização e depois vem a questão material: máquinas de plantar arroz, temos dois silos de armazenamento para produção**, nós temos também sempre quando essa lei do meio ambiente não permitia nós distribuía, o Estado e o município doava para a associação sementes, inseticidas e são esses benefícios que agente tem pra oferecer aos trabalhadores associados (João Alexandre – presidente da associação de trabalhadores rurais de Pitombeira de Dentro, 2012).

Além do caráter organizativo os trabalhadores valorizam as formas coletivas de luta e de conquista. No limite o ordenamento do espaço agrário do campo e as estratégias de reestruturação, expressas na modernização agrícola sob controle do Estado e domínio do capital entram em conflito com os espaços sociais potencialmente produtores da resistência do conjunto de trabalhadores camponeses e sem terra no município de Santana dos Garrotes. Quando indagamos a respeito do desenvolvimento de lutas e resistências na história de organização do espaço das Associações as falas evidenciam a importância do trabalho unido e politicamente coletivo:

Já. Nós já inclusive fomos em Santana dos Garrotes por que tinha uma terra da padroeira e da Santa lá e tava lá um cidadão que apossou e até no tempo de Padre Luciano, isso já faz muito tempo! E juntou todas as comunidades aqui e a gente foi lá e foi um tipo aqueles sem-terra, pra tomar mesmo. Foi uma luta! Faz uma faixa de 20 anos. Oxente! **Sem associação não vale nada. Todo mundo precisa ter uma associação, toda categoria tem de ter uma associação. Na minha opinião! Se é agricultor, se é médico, se é dentista e se é advogado. Pra mim todos precisam ta agregado numa associação por que primeiro é a associação que**

representa a classe! (Luis Francisco –Presidente da Associação do Trabalhadores de Cabaceiras,2012).

A Associação é um espaço de resistência com sentido concreto de coletividade e pertencimento de classe reproduzido na fala. A respeito da resistência e do movimento do capital frente aos trabalhadores camponeses e pequenos produtores a literatura científica recorda que a luta de classe é o motor da história. Motor que transforma, coexiste e destrói modos de vida, de ser e de produção já que em contradição o desenvolvimento das forças produtivas com as relações de produção:

Resistência explica as condições internas e externas da luta de classes. Eis como Marx descreve a relação no caso das colônias fundadas por meio da livre migração de trabalhadores: Em todo lugar, o regime capitalista colide contra a resistência do produtor, que, como proprietário de suas próprias condições de trabalho, emprega esse trabalho para enriquecer a si mesmo e não o capitalista. Nesse caso, a contradição entre esses dois sistemas econômicos diametralmente opostos manifesta-se na luta entre eles. Onde o capitalista tem atrás de si o poder do país Natal, ele tenta limpar o caminho à força, eliminando os modos de produção e apropriação com base no trabalho independente do produtor (MARX, 1967 apud HARVEY, 2005, p.121).

No limite o desenvolvimento do capitalismo na agricultura e no espaço agrário reproduziu diferenciando socialmente espaços e tempos. Uma das contradições na origem do capital explica as razões por que no capitalismo há um contingente de trabalhadores migrantes e em mobilidade no espaço. Quando indagamos aos presidentes de associações se a mobilidade do trabalho no espaço fragiliza a resistência dos trabalhadores as respostas nos permitem inferir que o medidor para o movimento do trabalho no espaço, sob domínio do capital são os conflitos de interesses:

Eu acho que não. O certo seria ficar aqui, ele lutar por aqui! Lutar por aqui. Afraca nosso trabalho aqui, por que olha: enquanto a gente ta aqui a gente ta fazendo por eles lá. A gente ta fazendo pros empresários, as multinacionais lá em São Paulo! Podendo ta fazendo aqui. O movimento aqui podia ser mais forte aqui! (Luis Francisco, Presidente da Associação de Trabalhadores de Cabaceiras, 2012).

A totalidade viva do trabalho revela que na consciência e na práxis do trabalho a importância da luta. Esta varia conforme a qualidade e a quantidade potencializadas pelo trabalho em movimento no espaço. Ao sair o movimento

que o trabalho realiza fragiliza o sentido e a concretude das lutas e amplia a fragmentação do trabalho potencializando relações precarizadas de trabalho. Por outro lado quando perguntamos “por que os trabalhadores migram” é a conquista da renda e do emprego o que move parte dos trabalhadores do campo de Santana dos Garrotes:

A dificuldade da renda que não têm! Então eles procura o corte de cana em São Paulo, outros procuram empresas e fábricas e por causa da crise financeira e então eles procuram através disso. Atrás de uma vida melhor pra sobrevivência da família e então eles vão atrás de renda (Roseilton – Presidente Associação de Trabalhadores Rurais de Palestina, 2012)

Outro elemento importante na produção de espaços de resistência e luta dos trabalhadores as ações coletivas ou individuais. E neste sentido ao estudar as ações de resistência dos trabalhadores camponeses nas áreas de assentamentos rurais o autor distingue ações coletivas de ações comunitárias. Aquelas têm como fim a “supressão da fragmentação campo-cidade e da luta desenvolvida por operários e camponeses” (FABRINI, 2003, p. 11). Neste sentido continua o autor observando que o fenômeno da dispersão do trabalho no espaço pode limitar a construção de ações coletivas pelos trabalhadores do campo já que se encontram desagregados.

Indagamos a respeito de potenciais inimigos e observamos que:

Os administradores públicos estão contra! O político só quer ver o trabalhador desorganizado e mais pobre. Quanto mais pobre mais melhor pra eles. É bom, por que o cara quanto mais pobre favorece mais ele. É mais fácil dele chegar aqui e iludir com um chinelo, com qualquer besteira, com um boné, com uma “tirineta” besta. As comunidades e as associações só estão se acabando por que a política entrou no meio das comunidades. Se não existisse políticos existia organização no mundo! Por que a comunidade é grande, é o povão e o político é bem pouquinho. Você vê só tem quinhentos e poucos deputados e quantos milhões de pessoas são pra botar eles lá. Eles lá são um grupinho de 500 pessoas bem fácil de organizar! (Luis Francisco, Presidente da Associação de Trabalhadores de Cabaceiras, 2012).

Por que exatamente a pessoa organizada a pessoa é esclarecida, a pessoa que busca esclarecimento ele não é lesado com facilidade. Ele não é lesado com facilidade então eu acredito que os poderosos eles ficam de “orelha em pé” quando vê as pessoas se organizando. Eu acredito que é tanto que um poderoso vê um grupo assim eles não vão lá, mas eles podem mandar alguém lá: o que se está discutindo, o que está acontecendo acolá? (João Alexandre, presidente da Associação de Trabalhadores de Pitombeira de Dentro, 2012).

Por que o trabalho organizado potencializa a luta? Os espaços sociais do trabalho são espaços intensos de possibilidades de luta e conquista de direitos. Contra a fragmentação e a precarização da vida e do trabalho está o conjunto de trabalhadores migrantes desterrados por ações do Estado capitalista e do Capital desenvolvendo as lutas no espaço do campo e das cidades. As ações são variadas desde ações de ocupações de terra até a resistência aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STR, sem qualquer legitimidade e representação. Os poderosos são aqueles que detêm os meios de produção, as grandes fazendas privadas capitalistas e que são apoiados pelo Estado burguês. Numericamente reduzido os capitalistas se beneficiam pela facilidade em se unir além do poder político e econômico reproduzido nos processos de dominação. Somente coletivamente os trabalhadores conquistarão o poder e lutarão contra os interesses da classe e do Estado burguês.

A construção de espaços de resistência do trabalho perpassa pela formação da consciência ideológica do trabalho e das Associações de Trabalhadores Rurais espaços potenciais de organização da luta de classes no campo seja através de ações coletivas de organização do trabalho ou ainda nos espaços de representação da categoria como os Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STR. A declaração abaixo ilumina o sentido e o pertencimento de classe entre os trabalhadores do campo:

É falta de conhecimento, falta de organização, de formação! O cara tem que conhecer que ele, eu acredito muito que era melhor quando o menor passe a acreditar no menor. É quando o pobre acreditar nisso! O pequeno acreditar no pequeno né? Não ficar esperando que doutor fulano resolva. Melhorar a ideologia do cara, da pessoa! (Nelito, Presidente da Associação de Trabalhadores de Pereiros, 2011).

A fala ilumina a concretude do sentido e pertencimento de classe que a práxis exerce no trabalho ontológico. O pequeno, pobre e menor refere-se aos trabalhadores que somente em luta coletiva construirão as condições de transformação social. O papel regulador do aparelho ideológico burguês e do Estado capitalista é devidamente repostado pelo autor:

[...] a execução constante e correta do trabalho, produz conflitos continuados, até diários, hora a hora, e o modo de sua decisão muitas vezes pode conter, direta ou indiretamente, questões vitais para a respectiva sociedade. Por isso, a ideologia – em última análise – tem de ordenar essas decisões isoladas em um contexto de vida geral dos seres humanos e esforçar-se por esclarecer ao indivíduo como é indispensável para sua própria existência avaliar as decisões segundo os interesses coletivos da sociedade (LUKÁCS, 2010, p. 47).

Quando indagamos se a mobilidade e o controle do trabalho no espaço pelo capital afetam os processos políticos e econômicos a resposta coloca no horizonte o possível caminho da proletarização:

Pra mim é um fracasso, se você sai fica menos gente aqui e o pessoal não acredita que aqui vai dar certo! Fica só os velhos e aposentados e alguns que resiste aqui mesmo, mas fracassa muito! Eu acho que o êxodo rural, desertifica e fica aquilo sem jeito. Sem gente. É um fracasso pra aqui, pra comunidade! Atrapalha! Por que você não acredita, aqui não dá mais não. Eu acho que a gente tem de enfrentar! O sistema capitalista a tendência é essa mesma, o pequeno se acabar. Ai a realidade é tão dura daqui que o pessoal não resiste e chega o ponto de a única saída daqui é você se proletarizar lá fora! Trabalhar né! (Nelito, Presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais de Pereiros,. 2012).

O espaço urbano para parte dos trabalhadores do campo estudados é sinônimo de proletarização, de sujeição e dominação que os poderosos exercem sobre o trabalho. O sentido da desertificação e do êxodo é aquele da mobilidade no espaço e reflete o fracasso das possibilidades de trabalho e geração de renda. A resistência ao capital e seus agentes perpassa inclusive pelos momentos de (des) realização que a proletarização reproduz no mundo do trabalho. Muito embora a realidade seja dura o enfrentamento, as possibilidades de resistência e luta somente são possíveis com ações coletivas seja de formação política ou na práxis do trabalho. A via do desaparecimento das culturas alimentares como o arroz vermelho, o umbu e a mangaba, conforme notícia veiculada em jornal de circulação estadual em anexo, reflete não só a expropriação material que sofre os trabalhadores camponeses e sem terra, mas, sobretudo, cultural e valores.

No próximo item trataremos de aproximar o leitor não de conclusões finais, como se a realidade não estivesse em movimento, mas de argumentar sugestões e possíveis encaminhamentos no fortalecimento das Associações enquanto espaços de luta e de resistência no combate contra o Capital e o Estado capitalista.

5. CONCLUSÕES

Não precisamos só do remendo, precisamos o casaco inteiro. Não precisamos de pedaços de pão, precisamos de pão verdadeiro. Não precisamos só de emprego, toda a fábrica precisamos. E mais o carvão. E mais as minas. O povo no poder. É disso que precisamos. Que tem vocês a nos dar? Canção do remendo e do casaco, de Bertolt Brechet.

Iniciamos o trabalho com o objetivo de estudar a produção de arroz vermelho no município de Santana dos Garrotes que logo que nos permitiu entender a organização do trabalho no espaço do campo através das contradições oriundas da luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho na escala do município sertanejo de Santana dos Garrotes. Ao caminhar surgiram duas questões na fase exploratória da realidade e da aplicação dos formulários: a importância política que assume as Associações de Trabalhadores Rurais na reprodução do trabalho migrante entre os sujeitos de nossa pesquisa. Assim estudar o espaço agrário em Santana dos Garrotes exigiu de nós a compreensão da totalidade do espaço, razão pela qual a escala do estudo avançou sobre a sede do município e de outras regiões. Parte das contradições econômicas se reproduz na relação entre o espaço das cidades e do campo ou entre a região do sertão, em especial o Vale do Piancó e o Litoral paraibano.

Em razão da evolução do desenvolvimento social produzido no avanço do capitalismo na agricultura as relações metabólicas entre a sociedade e natureza são constantemente revolucionadas e a pecuarização dos estabelecimentos rurais é um fato histórico que avança lentamente sobre os espaços de produção de alimentos e da policultura. O desenvolvimento não ocorre de forma homogênea e promove grande diferenciação social e econômica entre os trabalhadores do campo. A dupla evolução do espaço agrário e uma diversidade de sistemas agrícolas são expressões daquela diferenciação sócio-espacial. Fragmenta-se e amplia-se o controle sobre o trabalho com o único fim de acumular capital e fazer avançar os espaços do rebanho bovino, sedimentando a estrutura agrária e fundiária concentrada.

A modernização agrícola e o ordenamento territorial ideologicamente planejado pelo Estado capitalista têm na especialização dos pequenos produtores de arroz vermelho uma das expressões do avanço do capital e do saque da renda da terra bem como a criação voltada para a produção de leite. Transformam-se as relações de produção e de trabalho, sem, no entanto alterar o ordenamento social e muito pelo contrário estabelecendo maiores retiradas do excedente produzido pelo trabalho e da mercadoria força de trabalho inclusive entre trabalhadores sem terra e pequenos produtores. Os sentidos concretos das mudanças revelaram maior precarização das condições de vida e de trabalho entre os trabalhadores desterrados e aqueles que garantem a reprodução social na mobilidade no espaço. Qualitativamente, quando comparado ao conjunto dos trabalhadores sujeitos de nossa pesquisa, os efeitos do domínio do capital sobre o trabalho migrante é mais intenso devido à maior fragmentação ora no espaço do campo ora no espaço urbano ou ainda ao trabalhar na agricultura capitalista do corte da cana.

A possibilidade de fracasso na organização coletiva dos trabalhadores no campo de Santana dos Garrotes é concreta e deve-se ao exercício da dominação do capital sobre o trabalho medido na acumulação regulada por tendência de taxas de lucro menores na agricultura e por outro lado pelas conquistas que a luta de classe produzem. Se na composição orgânica do capital participam capital variável e fixo, trabalho vivo e trabalho morto, quanto maior for o número de trabalhadores expropriados, fragmentados, desterritorializados e sem meios de produção menores serão os salários e o custo de produção para o capital desembolsar.

O enfrentamento ao Capital e ao Estado capitalista no caso das nove comunidades e sítios estudados perpassa pelo sentido concreto da luta e se reproduz na forma das Associações de Trabalhadores. Estas se constituíram de forma desigual, conforme a natureza social das comunidades, enquanto espaços de resistência e do fazer política, desde que constituída processualmente pelo e para o trabalho. São dois os encontros que os trabalhadores terão de construir no conflito com a lógica metabólica do capital. Os trabalhadores do campo em Santana dos Garrotes têm no desafio à ideologia burguesa dominante parte dos sentidos do trabalho no espaço das Associações de Trabalhadores Rurais.

As conquistas e a resistência perpassam por compreender que o combate é no interior do aparelho ideológico do Estado capitalista, representante maior dos interesses da burguesia, seu aparato alienante e a promoção da racionalidade econômica individual. Outra luta a ser desenvolvida pelos trabalhadores, especialmente junto os arrendatários em situação mais intensamente precária é a mobilização do trabalho migrante inclusive como forma de esclarecer os sentidos concretos da fragmentação que o capital realiza e o pertencimento de classe em que a práxis do trabalho produz. É importante ocupar o espaço das Associações de Trabalhadores Rurais na produção de momentos de formação e de práticas coletivas e atos conscientes de trabalho.

6. REFERÊNCIAS

ABRAMOWAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.**

São Paulo: Hucitec, 1998.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A terra e o Homem no Nordeste.** São Paulo: Editora Ciências Humanas Ltda, 1980.

_____. **.O Nordeste: a reforma agrária ainda é necessária?**

Recife: Guararapes, 1981.

_____. **.Poder político e produção do espaço.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Editora Massangana, 1984.

_____. A seca e o combate aos fatores desestabilizadores da economia agrícola do Nordeste. In: **Revista de Ciências Sociais e Econômicas, Raízes**, Campina Grande/PB: UFCG/ PPGCS, ano IV, Nº 4-5, Jan/1984 a Dez/1985. p. 33-38, 1985.

_____. **. Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social.** São Paulo: Editora da UNESP, 1994.

BECKER, Bertha K. **Reflexões sobre políticas de integração nacional e desenvolvimento regional.** Brasília: Presidência da República, 2000.

BRASIL. Ministério de Integração Nacional. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Proposta para discussão.** Brasília: SPDR/SPR, 2003.

BRASIL. Presidência da República. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 2007.

CARVALHO, Horácio M. de. A questão agrária e o fundamentalismo neoliberal no Brasil. In: **Revista de Ciências Sociais e Econômicas, Raízes**, Campina Grande/PB: UFCG/ PPGCS, Vol. 22, Nº 01, Jan.-Jun. p. 100-107, 2003.

_____. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do campesinato no Brasil.** Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

CORRÊA, Roberto L. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Inês E. et al. (Org.) **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

DAMIANI, Amélia Luisa. **População e geografia.** São Paulo: Contexto, 2002.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** São Paulo: Global, 2009.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GARCIA JR. Afrânio R. **Terra de Trabalho.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. A sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura.** Rio de Janeiro/ UFRRJ, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais – UFRRJ, Nº 19, p. 40-71, outubro, 2002.

GRABOIS, José; AGUIAR, Maria de Jesus N. A cultura do fumo aromático no Semiárido da Paraíba e Rio Grande do Norte. **Revista de Ciências Sociais e Econômicas, RAÍZES,** Campina Grande/PB, Mestrado em Economia e Mestrado em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, V. 2, nº 2-3, Jan.-Dez, 1983 .

GRABOIS, José (coord.); MARQUES, Maria Inez Medeiros; SILVA, José da S. A organização do espaço no baixo vale do Taperoá: uma ocupação extensiva em mudança. **Revista Brasileira de Geografia,** Rio de Janeiro, 53 (4), p. 81-114, Out./dez., 1991.

GRABOIS, José; SILVA, Mauro José da; MACIEL, Caio Augusto A. Reordenação espacial e evolução da economia agrária: o caso das terras altas

da transição Agreste – Mata do Norte de Pernambuco. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 54, nº1, p. 121-177, Jan/Mar., 1992.

GRABOIS, José. Reflexões sobre a geografia agrária: uma trajetória. In: OLIVEIRA, Arioaldo U. de; MARQUES, Marta Inez M. (orgs). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Paz e Terra e Casa Amarela, 2004.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GUNDER FRANK, Andre. **Capitalismo y subdesarrollo em América Latina**. Buenos Aires/Argentina: Siglo XXI, 1974.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manoel González. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: edições Loyola, 1992.

———. .A teoria marxista do Estado. In: **A produção capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: LTC, 1986.

IANNI, Octavio. Formas sociais da terra. **Revista de Ciências Sociais e Econômicas, RAÍZES**, Campina Grande, Mestrado em Economia e Mestrado em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba-UFPb, V. 2, nº2-3, jan.-dez. 1983.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **Balço da reforma agrária e da agricultura familiar 2001**. Brasília. Disponível em www.incra.gov.br/reforma/recordes1.html acesso em 20/04/2006.

IBGE. **Censo agropecuário 1995-96**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

LEFEBVRE, Henry. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Ediciones península, 1978.

. **A produção do espaço**. Trad. Grupo “As (im) possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”, do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG. Do original *La production de l’espace*. 4ª Ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000, primeira versão, 2006.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. “O capitalismo na Agricultura.” In: Silva, J.G. e Stolcke, V. (org.). **A Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LUKÁCS, George. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. In: NOGUEIRA, Marco A.; BRANDÃO, Gildo M.; CHASIN, J. e SODRÉ, Nelson Werneck (Orgs.). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1981.

. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira –PB**. Dissertação de mestrado em Geografia Humana. Orientador: Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Depto. De Geografia, FFLCH, USP. São Paulo: 1994.

.O Conceito de Espaço Rural em Questão. **Revista Terra Livre**, Ano 18, v. 2, nº 19, p. 95-112, Jul/dez. 2002. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros/AGB.

_____. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inez M. (orgs.) **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

_____. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO, Eliane T; FABRINI, João E. (orgs.) **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular/UNESP: Programa de Pós Graduação em Geografia, 2008.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1981.

_____. **Caminhada no chão da noite**. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In: MARTINS, José de Souza (org.) **Henri Lefebvre e o retorno á dialética**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1981.

_____. **O capital**. V. I, T. 2. São Paulo: Bertrand Brasil, 1991.

_____. **O capital**. V. III, T. 6. São Paulo: Bertrand Brasil, 1991a.

_____. **Manifesto do partido comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2001.

_____. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social: de um prussiano**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **O método da economia política**. Acessado em www.insrolux.org/textosmarxistas/metododaeconomiapolitica.htm em 23/05/2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Burguesia e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Ática, 1988.

MELO MARIN, Maria Cristina de. Migração sem urbanização – (o caso da cidade paraibana de Serra Branca). In: **Revista de Ciências Sociais e Econômicas, Raízes**, Campina Grande/PB: UFCG/ PPGCS, ano IV, Nº 4-5, Jan/1984 a Dez/1985. p. 197-203, 1985.

MÉSZÁROS, István. **Produção destrutiva e estado capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1989.

_____. **Para Além do Capital. Rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

MILIBAND, Ralph. **O estado na sociedade capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes. **Atlas de geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa/PB: Editora da UFPB, 1997.

MOREIRA, Emília de Rodat F; TARGINO, Ivan. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa/PB: Editora da UFPB, 1997a.

MOREIRA, Ruy. **O círculo e a espiral. A crise paradigmática do mundo moderno**. Rio de Janeiro: Obra Aberta, 1993.

OLIVEIRA, Ana Maria de. A territorialização do Capital Agroindustrial Canavieiro e a Nova Geografia do Trabalho Migrante no Brasil. In: **Revista Centelha/Geografia e Trabalho no século XXI**. UNESP. v. 3, p. 54-83 (2007). Presidente Prudente/SP: CEGET/UNESP, 2007a.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura Brasileira. Transformações recentes. In: ROSS, Jurandyr L. S. (Org.) **Geografia do Brasil**. São Paulo: EdiUSP, 1995.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: editora Ática, 1990.

_____ .A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. In: **Revista Estudos Avançados/** Universidade de São Paulo. v. 15, nº43 (2001) – São Paulo: Instituto de Estudos Avançados/IEA, 2001a.

_____ . **Modo de produção capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: LABUR edições, 2007.

_____ . Agricultura e Indústria no Brasil. **Revista CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária/** Universidade Federal de Uberlândia, v. 5, nº 10, p. 5-64, ago. 2010 - Uberlândia/MG.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inez M. (orgs.) **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social.** São Paulo: Editora Casa Amarela e Paz e Terra, 2004

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista.** Petrópolis/ RJ: Editora Vozes, 1987.

PRADO Jr. Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1969.

_____ . **A questão agrária no Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

QUAINI, Massimo. **Marxismo e geografia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____ . **A construção da geografia humana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

RODRIGUEZ, Janete Lins. **Atlas Escolar da Paraíba.** João Pessoa: Editora Grafset, 2002.

SOUZA, Francisco Teotônio de. **Piancó, o pequeno grande rio.** João Pessoa: Ed.UFPB, 2008.

SPOSITO. Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico.** São Paulo: Editora UNESP, 2004.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista.** São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

_____ . A (des) ordem societária e territorial do trabalho (os limites para a unificação orgânica) In: OLIVEIRA, Ariovaldo U.; MARQUES, Marta I.M. (Orgs.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social.** São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____ Se Camponês, se operário! Limites e Desafios para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil. In: THOMAZ JR., Antonio; CARVALHAL, Marcelo Dornelis; CARVALHAL, Teresinha Brumatti (Orgs.). **Geografia e Trabalho no século XXI**. Presidente Prudente/SP: Ed. Centelha, 2006. V. 2, p. 130-167.

_____ . Desafios teóricos para a geografia do trabalho no século XXI. In: THOMAZ JR., A.; FRANÇA JR., Luzimar B. (Orgs.). **Geografia e Trabalho no século XXI**. Presidente Prudente/SP: Ed. Centelha, 2009. V. 4, p. 162-217.

_____ .As correntes teóricas na geografia agrária brasileira (Uma contribuição à crítica teórica, sem *a priori*). **Revista Terra Livre**. V. 34, p. 35-52, 2011.

VALVERDE, Orlando. Estudo Regional da Zona da Mata, de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Geografia**. Ano XX, nº 1, p. 3-44. Jan-Março, 1958. Rio de Janeiro/ FIBGE.

_____ . Metodologia de geografia agrária. Reflexões sobre a geografia. **Revista Geografia Ontem e Hoje**. p. 53-80. São Paulo: AGB, 1980.

_____ . **Estudos de geografia agrária brasileira**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1985.

WELCH, Clifford Andrew. **A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

APÊNDICES**FORMULÁRIO APLICADO JUNTO AOS TRABALHADORES****1.COMPOSIÇÃO FAMILIAR**

1.1 Nome

1.2 Sexo

1.3 Escolaridade

1.4 Qual o parentesco com o chefe (a) da família?

1.5 Qual o lugar de origem?

1.6 Antes da roça trabalhava com o quê?

2. A MORADA NO CAMPO

2.1 A casa em que a família mora é própria, alugada ou cedida?

2.2 Materiais de construção utilizados na casa: () taipa () alvenaria () ambos

2.3 Quantos cômodos existem na casa?

2.4 A casa dispõe de cozinha?

2.5 O banheiro está dentro ou fora da casa? Do que ele é constituído (sanitário, pia, chuveiro, etc.)?

2.6 A casa conta com água encanada e energia elétrica?

2.7 A água das tarefas domésticas é reaproveitada em outras atividades? Quais?

2.8 Quando a água da criação acaba a água de uso na casa é dividida com os animais? Com que frequência isso corre?

2.9 A residência necessita de abastecer a água de uso doméstico com o carro pipa? Caso positivo, quem paga a água?

2.10 Existe alguma forma de armazenamento de água no interior da casa?

2.11 Existe fossa na casa? Se positivo é fossa negra ou fossa séptica?

2.12 Houve algum financiamento para a construção de fossa séptica? Qual?

2.13 O piso da casa é de terra batida, cimentado ou ladrilhado?

2.14 A casa dispõe de forro ou só apresenta as telhas expostas?

2.15 Se houver forro, qual o material utilizado no mesmo?

2.16 Os cômodos da casa dispõem de janelas? Quais os cômodos que não dispõem de janelas?

2.17 A casa sempre teve esta estrutura? Caso negativo, quando e por que houve a reforma?

2.18 Quantas pessoas vivem na casa? () 2 () 3 a 5 () + 5

3 EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRÔNICOS E ELETRÔNICOS

3.1 Quanto aos eletrodomésticos e eletrônicos existentes no domicílio marcar os itens presentes:

- () TV
 () Telefone celular
 () rádio
 () Lavadora
 () Geladeira
 () computador
 () impressora
 () outros. _____

4. EDUCAÇÃO

4.1 Existe escola na comunidade? Sim () Não ()

4.2 Se o povoado não tem escola, para onde são encaminhados os estudantes?

4.3 Você freqüentou a escola? Por que a deixou?

4.4 Até que ano você estudou? _____

4.5 Se não freqüentou, por quê?

4.6 A escola em que você estudou ficava na cidade ou no campo? Especifique o lugar.

4.7 Como você avalia a estrutura das escolas na atualidade (prédio, professores, livros didáticos)?

Excelente () Boa () Regular () Ruim ()

4.8 Descreva a estrutura física da escola onde estudou.

4.9 Se você pudesse ter escolhido, teria continuado a estudar? Por quê?

4.10 Algum familiar seu continua estudando? Quantos? Quais?

4.11 Onde fica a escola na qual eles estudam?

4.12 Algum membro de sua família saiu da comunidade para continuar os estudos? Quantos, quais e onde terminaram os estudos?

4.13 Estudar para você é/foi importante? Por quê?

4.14 Na sua opinião é possível conciliar os estudos com as tarefas do campo? Explique.

5.SAÚDE FAMILIAR

5.1 Quais são as doenças mais comuns que ocorrem nos membros da família?

5.2 Alguma vez a prefeitura realizou alguma ação de saúde preventiva na comunidade?

- () COMBATE A ENDEMIAS () PROGRAMAS DE CONTRACEPÇÃO
 () GRUPOS DE HIPERTENSOS E DIABETICOS () PRÉ-NATAL
 () VACINAÇÃO () ALEITAMENTO MATERNO

OBS: _____

5.3 Já foi ou teve algum membro da família hospitalizado? Qual foi o problema e em que hospital foi atendido? _____

5.4 Com que frequência procura atendimento médico? () Semanal () Mensal () Anual () Dificilmente

5.5 Faz uso de algum medicamento de uso controlado? Se sim, quais _____

5.6 Como tem acesso a esta medicação? _____

5.7 Há algum atendimento médico na comunidade? Qual? Desde quando?

5.8 Na comunidade existe alguma unidade de saúde pública?

() Sim () Não Qual? _____

5.9 Como o senhor avalia o atendimento de saúde no município? Por quê? _____

() Excelente () Bom () Regular () Ruim

5.10 Algum membro da família tem plano de saúde privado? Qual? Por quê?

5.11 A família, quando necessita de remédios, recorre a que tipo de entidade?

() caseiros () farmácia () entidade pública fornecedora () Outros

5.12 Algum membro da família tem alguma doença crônica (diabetes, cardíaco, câncer, AIDS)? Caso positivo, como trata?

5.13 Quando a família precisou dos serviços de saúde do município a secretaria municipal ajudou? Relate como foi.

5.14 Algum membro da família é beneficiado por algum programa social do governo (bolsa família)? Qual o valor que recebe?

5.15 Na sua opinião há alguma relação entre as doenças com a qualidade do alimento produzido e consumido?

6 SANEAMENTO BÁSICO (DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS)

6.1 Qual o destino do lixo doméstico?

() queima () enterra () coletado

6.2 Se coletado quem faz o serviço de coleta e para onde vai o lixo coletado?

7 O TRABALHO NA PROPRIEDADE FAMILIAR

7.1 Quantos trabalham na roça?

7.2 Quais as tarefas executadas na propriedade?

7.2.1 Quem as executa? Há alguma forma de trabalho coletivo na propriedade (mutirão, parceria, cooperação)?

7.2.2 Qual a ocupação ou tarefa principal?

7.2.3 Em que época do ano as tarefas aumentam (meses)? Por quê?

7.2.4 Das tarefas que são executadas na propriedade quais são as que exigem mais tempo de trabalho?

7.2.5 Qual tarefa produz mais renda: a criação ou os alimentos? Por quê?

7.2.6 O senhor dedica mais cuidado para as culturas e/ou criação? Por quê?

7.2.7 Quantas pessoas saíram da propriedade familiar e qual o motivo da saída?

Obsevações: _____

8 USO DA TERRA NA PROPRIEDADE

8.1 Tamanho da propriedade em hectares _____

8.2 Criatório na propriedade

8.2.1 Tipos de rebanho existentes:

() Bovinos (quantidade:)

() Equinos (quantidade:)

() Asininos (quantidade:)

() Moares (quantidade:)

() Suínos (quantidade:)

8.2.1 Os animais são para consumo interno da propriedade ou são, também, vendidos?

8.2.2 Se são vendidos, quem os compra?

8.2.3 Há financiamento bancário ou de outra natureza para o criatório? Qual o valor?

8.2.4 Há criação de galinhas para consumo interno ou, também, para a venda? Qual o apurado mensal?

Se vendidas, quem as compra? Quanto paga por unidade?

8.3 Cultivos desenvolvidos na propriedade

8.3.1 Quais as culturas alimentares são desenvolvidas na propriedade?

8.3.2 Qual a quantidade produzida de cada uma dessas culturas alimentares?

8.3.3 As culturas alimentares produzidas na propriedade são para consumo interno ou sobram para serem vendidas?

8.3.4 Se há sobra de cultura alimentar, onde esta sobra é vendida?

8.3.5 Essas culturas têm financiamento bancário ou de outra natureza?

8.3.6 Quais as culturas comerciais desenvolvidas na propriedade?

8.3.7 Qual a quantidade produzida de cada uma delas?

8.3.8 Essas culturas comerciais são vendidas onde?

8.3.9 Essas culturas têm financiamento bancário ou de outra natureza?

8.3.10 Há reserva de mata na propriedade? Se existente, quantos hectares de terra?

9. RECURSOS HÍDRICOS

9.1 Quais os recursos hídricos existentes na propriedade?

() Rio (perene ou temporário?) () Riacho (perene ou temporário?) ()
 Cacimbão () Cisterna de placas () Poço Individual () Poço coletivo
 () Barragem subterrânea

9.2 Há irrigação em seu sítio? Se existente qual o tipo de irrigação (gotejamento, micro-aspersão, gravidade)?

9.3A água irrigada é bombeada do poço ou do rio?

9.4 Seu sítio recebe água de alguma barragem/açude que alimenta os rios?

Sim () Não ()

9.5 Se o uso da água é controlado, tal controle é exercido pelo poder público ou pela iniciativa privada?

9.6 A água é suficiente para as tarefas na propriedade? Sim () Não ().
 Explique por quê?

9.7 Como o senhor economiza água?

9.

8 Na sua opinião, o ambiente natural, onde está situada a sua propriedade, tem mudado ao longo do tempo?

9.9 Do seu ponto de vista, se ocorreram mudanças na natureza, quais os motivos de tais mudanças?

9.10 Na sua opinião, quem é o responsável pela degradação da natureza?

9.11 Na sua opinião, o que o homem poderá fazer para diminuir a degradação da natureza?

ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS SUJEITOS

1) Das associações e da participação dos trabalhadores

1.1 Qual o ano e a história de criação da associação? (Motivo da criação e objetivos/finalidade)

1.2 Na história da associação alguma decisão dos trabalhadores sofreu influencia dos agentes do Estado?

1.3 Quais os benefícios que a associação garante aos trabalhadores?

1.4 Que trabalhador participa da associação?

1.5 Como avalia a participação das pessoas na associação? Em caso de reduzida participação, como explica?

1.6 A associação já organizou na sua história alguma atividade de formação coletiva com os trabalhadores? Qual? (intercambio, visitas técnicas, cursos de formação, trocas de experiências)

1.7 A associação já realizou atividades conjuntas com outras associações? De que comunidades? Quais atividades?

1.8 Na sua opinião a associação contribui de alguma forma para a resistência e a luta dos trabalhadores na comunidade? Explique.

2) Das causas da mobilidade espacial dos trabalhadores

2.1 É comum a migração de trabalhadores para outros lugares? Qual o período do ano ocorre com mais freqüência?

2.2 Quais são os destinos mais comuns dos trabalhadores?

2.3 Quais as principais causas deste movimento? O que atrai os trabalhadores? Você conhece algum trabalhador associado que faça a migração? Relate esta história.

2.4 Em que atividades os trabalhadores costumam se envolver nos destinos?

2.5 A migração dos trabalhadores influencia de alguma forma a organização da luta e da resistência dos trabalhadores? Explique?

2.6 Aqui na região o trabalhador camponês também faz esses deslocamentos temporários?

2.7 Na sua avaliação o trabalhador que se desloca deixa de ser trabalhador camponês? Explique.

2.8 Na sua opinião quem ganha e quem perde com a migração, o trabalhador ou o patrão? Por que?

2.9 Na sua avaliação quem está a favor e quem está contra a organização da luta e da resistência dos trabalhadores associados?

ANEXOS

16

PARAÍBA, DOMINGO, 21 DE MARÇO DE 2010

GERAL

JORNAL DA PARAÍBA

EM BREVE/ O arroz-da-terra, umbu e a mangaba estão na lista dos alimentos ameaçados

Alimentos típicos da Paraíba correm o risco de desaparecer

■ NATÁLIA XAVIER

Baixo valor comercial, substituição pelo plantio de novas culturas e exploração desordenada são alguns dos problemas que têm ameaçado de extinção “sabores” típicos na nossa terra. Segundo uma lista elaborada pela fundação internacional *Slow Food* para Biodiversidade, o arroz vermelho, o umbu e a mangaba são alguns dos alimentos cultivados na Paraíba que correm o risco de desaparecer caso nada seja feito nos próximos anos. A lista elaborada pela fundação é denominada “Arca

do Gosto” e possui outras 18 espécies produzidas no Brasil.

Das espécies paraibanas que integram a lista, o arroz vermelho, também conhecido como arroz-da-terra, tem despertado a atenção de especialistas. Cada vez mais substituído pelo plantio do arroz branco, que é considerado mais produtivo, já perdeu cerca de dois terços de sua área de plantio nos últimos 50 anos.

Segundo o pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), José Almeida Pereira, que é especialista na cultura do arroz vermelho, atualmente

esta espécie é cultivada apenas no Vale do Piancó, na Paraíba, e em pequenos espaços na região semi-árida dos Estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Bahia e Minas Gerais. “Hoje, o Vale do Piancó, na Paraíba, é onde se concentra a maior área de plantio de arroz vermelho no país. O vale do Piancó pode ser considerado um verdadeiro refúgio do arroz vermelho no Brasil”, afirmou o pesquisador que já publicou um livro sobre a cultura desta espécie no Brasil.

Muito usado na alimentação dos sertanejos e na culinária regional, por muito tempo o arroz ver-

melho foi considerado, sobretudo nas regiões Sul e Sudeste, apenas como uma erva daninha do arroz branco, mais cultivado no Sul do país. Além de pouco conhecido em outras regiões, o pesquisador José Almeida aponta também uma possível razão histórica para que esta espécie tenha perdido tanto espaço. Segundo ele, o arroz da terra foi trazido para o Brasil ainda na época de Capitânias Hereditárias, entrando no país pela Capitania de Ilhéus (atual Bahia), onde não prosperou, e posteriormente chegando pelo Maranhão, onde a cultura se desenvolveu.



PB lidera produção de arroz vermelho

Vale do Piancó tem 3 mil hectares cultivados e Estado tem potencial de exportar produto para a Itália

EDSON VERBER

A região Vale do Piancó, no Alto Sertão da Paraíba, é a maior produtora de arroz vermelho do país com uma área plantada de três mil hectares. O município com a maior área plantada, nesta região, é Santana dos Garrotes, distante 414 quilômetros de João Pessoa. Com boa aceitação na culinária italiana, o produto tem potencial para exportação.

Os dados foram revelados pelo assessor técnico Faepa (Federação da Agricultura do Estado da Paraíba) e do Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), Domingos Léris, no momento em que foi realizada, no final de semana, a 1ª Festa do Arroz Vermelho da Paraíba no Vale do Piancó.

O evento reuniu mais de 200 produtores e envolveu toda a região do Vale do Piancó, especialmente os municípios de Santa dos Garrotes, Nova Olinda, Piancó, Itaporanga e Pedra Branca.

De acordo com o técnico da Faepa, as variedades cultivadas no Vale são Arroz Vermelho Maranhão e Arroz Vermelho Caqui. Cerca de 80% da produção é consumida na própria re-



Aproximadamente 80% da produção de arroz vermelho é consumida no próprio Vale do Piancó

gião, enquanto o restante é comercializado na Paraíba e uma pequena parte é enviada para outras regiões do País, como São Paulo e Brasília.

Pelas avaliações de Domingos Léris, "há um grande potencial para exportação, visto a boa aceitação do produto, especialmente na culinária

Italiana, que é especializada em risotos. Há informações de uma demanda de 1.200 toneladas por ano para Itália, o que falta é produção".

Ele assegurou que algumas barreiras ainda impedem os produtores de expandir a produção e conquistar novos mercados - em sua maioria ações

governamentais, como a implantação de pequenas barragens de acumulação de água, linhas de financiamento para a produção, acesso a tecnologia, entre outros.

O evento foi realizado pela FAEPA e Sindicato dos Produtores Rurais, com o apoio do SENAR-PB, prefeituras e outras instituições.

???? Souto, Jackson Vital.
Resistência e Trabalho no Campo no Município de
Santana dos Garrotes / Jackson Vital Souto. –
Recife, 2012.
197p.
Orientador: Caio Augusto Amorim Maciel
Dissertação (Mestrado) UFPE/CFCH
1. Geografia do Trabalho. 2. Migrante.
3. Resistência. 4. Estado Capitalista.

UFPE/BC

CDU: ????????